

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM METODOLOGIA DE PROJETO DE
ARQUITETURA E URBANISMO

ANA CAROLINA PUSSI DE BRITO

**MODERNIZAÇÃO E MODERNIDADE EM MARINGÁ 1947-1967:
EPISÓDIOS DE ARQUITETURA E CIDADE EM UMA REGIÃO PIONEIRA**

Maringá, Paraná
Março, 2014

ANA CAROLINA PUSSI DE BRITO

**MODERNIZAÇÃO E MODERNIDADE EM MARINGÁ 1947-1967:
EPISÓDIOS DE ARQUITETURA E CIDADE EM UMA REGIÃO PIONEIRA**

Dissertação apresentada como parte das exigências para obtenção do título de MESTRE EM METODOLOGIA DE PROJETO, no Programa de Pós-Graduação em Metodologia de Projeto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá.

Área de concentração: Metodologia de projeto
Orientador: Prof. Dr. André A. de Almeida Alves

Maringá, Paraná
Março, 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

B862m Brito, Ana Carolina Pussi de
Modernização e modernidade em Maringá 1947-1967:
episódios de arquitetura e cidade em uma região
pioneira / Ana Carolina Pussi de Brito. -- Maringá,
2014.
110 f. : il. color., figs.

Orientador: Prof. Dr. André Augusto de Almeida
Alves.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Tecnologia, Departamento de
Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação
em Metodologia de Projeto de Arquitetura e
Urbanismo, 2014.

1. Arquitetura moderna - Maringá - 1947-1967. 2.
Modernização - Brasil - 1947-1967. 3. Urbanização -
Norte do Paraná. 4. Circulação de ideias - Centro-
periferia. I. Alves, André Augusto de Almeida,
orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro
de Tecnologia. Departamento de Arquitetura e
Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Metodologia
de Projeto de Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD 21.ed. 724.6

MN-001399



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA

**MODERNIZAÇÃO E MODERNIDADE EM MARINGÁ
1947-1967: EPISÓDIOS DE ARQUITETURA E CIDADE
EM UMA REGIÃO PIONEIRA**

Autora: Ana Carolina Pussi de Brito
Orientador: Prof. Dr. André Augusto de Almeida Alves

TITULAÇÃO: Mestre em Metodologia de Projeto de Arquitetura e
Urbanismo

APROVADA em 24 de março de 2014.

Prof. Dr. Fernando Atique

Profª Drª Fabíola Castelo de Souza Cordovil

Prof. Dr. André Augusto de Almeida Alves
(Orientador)

Agradecimentos

À Universidade Estadual de Maringá, pela minha formação como arquiteta;

Ao professor André Augusto de Almeida Alves, pela orientação e contribuição ao trabalho e pelos valiosos ensinamentos;

À minha família, pelo apoio incondicional;

A Guilherme Singh, pelo carinho e companhia;

Aos velhos amigos que estão sempre presentes, apesar da distância;

À Capes, pelo apoio financeiro à realização da pesquisa.

Resumo

Nascida de um projeto moderno, Maringá se insere como um episódio de planejamento urbano-regional promovido por uma empresa privada tomando parte, ainda que por caminhos peculiares, do cenário da modernização brasileira do segundo pós-guerra. Os estudos de história da arquitetura e do urbanismo da área de colonização da CTNP/CMNP são marcados pelas recorrentes e estreitas relações estabelecidas entre frente pioneira e metrópole paulistana, desde a conjuntura da economia cafeeira e o loteamento e implantação dos núcleos urbanos, até a atuação de profissionais paulistas, sempre citados como responsáveis pela concepção de uma paisagem urbana e de uma expressão arquitetônica moderna. Ainda que superadas as teses dualistas do subdesenvolvimento brasileiro em fins de 1960, as noções de centro e periferia revelam ter lugar no debate contemporâneo, possuindo implicações na elucidação das dinâmicas de intercâmbio cultural e de circulação de ideias na América Latina. Retomando este debate, pretende-se realizar neste trabalho uma revisão crítica da produção historiográfica e lançar hipóteses de trabalho referentes a episódios de arquitetura, urbanismo e urbanização de Maringá, Pr, enquanto ensaio de uma nova visão interpretativa sobre esta produção. Vislumbra-se que a investigação destas dinâmicas possa lançar novas perspectivas à investigação dos processos de urbanização e construção do território e das cidades brasileiras.

Palavras-chave: Maringá, Pr. Modernização. Centro-periferia.

Abstract

Built according to a modern urban plan, Maringá consists in an episode of urban and regional planning promoted by a private company taking part, even in particular ways, of the Brazilian modernization process in the post-Second World War period. Researches on the history of architecture and urbanism of the colonization area of the CTNP/CMNP are marked by recurrent and close relations between pioneer front and São Paulo metropolis, from the considerations on the coffee-growing economy and the allotment and settlement of urban areas, to the work of São Paulo-based professionals, always indicated as responsible for the conception of a modern urban landscape and architectural expression. Despite the fact that the dualistic theories of Brazilian underdevelopment have been overcome since the late 1960s, the notions of center and periphery still find place in the contemporary debate, specially when discussing the dynamics of cultural exchange and circulation of ideas in Latin America. Resuming this debate, the research intends to perform a critical review of the historiography and establish hypotheses concerning episodes of architecture, urbanism and urbanization of Maringá, Pr, while testing new interpretive visions of this production. It assumes that the investigation of these dynamics may cast new perspectives on the investigation of the urbanization processes and the construction of Brazilian territory and cities.

Keywords: Maringá- Pr. Modernization. Center-periphery.

Lista de Figuras

Figura 1 – Estado do Paraná - Região Norte, 1965.	19
Figura 2 – Área de concessão da CTNP/CMNP no norte do Paraná com núcleos urbanos principais e secundários.	21
Figura 3 – Localização das terras da CTNP e ferrovias.	26
Figuras 4 e 5 – Obra sobre o rio Tibagi, 1932. Ponte ferroviária sobre o rio Tibagi, década de 1930.	27
Figura 6 – Fundação dos núcleos principais da área de concessão da CTNP/CMNP no norte do Paraná.	29
Figura 7 – Modelo de repartição de terras da CTNP/CMNP.	31
Figura 8 – Perspectiva do parcelamento de terras executado no empreendimento colonizador.	32
Figuras 9 e 10 – Anúncios de publicidade da Companhia de Terras Norte do Paraná (1946) e da Companhia Melhoramentos (1958).	36
Figura 11 – Anteprojeto da Cidade de Maringá. Jorge de Macedo de Vieira, meados da década de 1940.	40
Figura 12 – Anteprojeto da Cidade de Maringá com a divisão em zonas por cores conforme a legenda da planta anterior.	41
Figuras 13 e 14 – Trecho da proposta final de Vieira mostrando a zona 5 e zona 3 como unidade de vizinhança ou centro secundário.	41
Figura 15 – Trecho do Anteprojeto da Cidade de Maringá, mostrando a composição do complexo esportivo e da área destinada aos edifícios públicos.	43
Figura 16 – Vista área de Maringá mostrando o eixo que liga o complexo esportivo à área destinada aos edifícios públicos, 1972.	43
Figuras 17 e 18 – A primeira figura mostra trecho do Anteprojeto da Cidade de Maringá com destaque para a área destinada aos edifícios públicos e Igreja. A segunda mostra o mesmo trecho no mapa da cidade de 1957, evidenciando as modificações.	44
Figura 19 – Publicidade referente ao crescimento acelerado de Maringá.	46
Figura 20 – Vista aérea de Maringá e o desenho de seu traçado, 1972.	47
Figuras 21 e 22 – Edificações em madeira construídas nos primeiros anos da cidade.	50
Figuras 23 e 24 – Figuras da maquete do Cemitério Municipal de Maringá. Projeto de José Augusto Bellucci.	51
Figura 25 – Cemitério Municipal de Maringá, década de 1980.	51
Figura 26 – Planta da sede e piscinas do Maringá Clube. Projeto de José	52

Augusto Bellucci.	
Figura 27 – Vista área leste do Maringá Clube, 1958.	52
Figura 28 – Igreja Matriz de São Jorge do Ivaí. Projeto de José Augusto Bellucci.	53
Figura 29 – Primeira proposta para o Banco Sul Americano: planta do pavimento térreo. Projeto de Rino Levi.	54
Figura 30 – Perspectiva da primeira proposta para o Banco Sul Americano.	55
Figura 31 – Perspectiva da proposta final para o Banco Sul Americano.	55
Figura 32 – Vista aérea do Country Clube na década de 1960. Projeto de Ícaro de Castro Mello.	56
Figura 33 – Área de lazer do Country Clube em Maringá.	56
Figura 34 – Perspectiva do Banco Lavouras de Minas Gerais em Maringá. Projeto de Salvador Candia.	57
Figura 35 – Planta da agência bancária no pavimento térreo.	58
Figura 36 – Planta do pavimento tipo.	58
Figura 37– Elevações.	59
Figuras 38 e 39 – A primeira figura mostra o Edifício Maringá de foto tirada da Praça Napoleão Moreira da Silva, 1972. A segunda figura é do Edifício Maringá em Abril, 1987.	59
Figuras 40 e 41 – Primeira figura mostra a construção do Edifício Maringá na década de 1960. A segunda figura é uma vista parcial da Avenida Brasil e o Edifício Maringá, 1972.	60
Figuras 42 e 43 – Residência “Modernista”. Projeto do Eng. Luty Kasproicz (1966).	61
Figuras 44 e 45 – Residências com “atributos formais modernistas”. O primeiro projeto é do engenheiro Maurício Impelizeri (1970), e o segundo projeto é de autoria do engenheiro Romeu Egoroff (1969).	61
Figura 46 – Foto da maquete do Grande Hotel Maringá. Projeto de José Augusto Bellucci.	64
Figuras 47 e 48 – Etapas da construção do Grande Hotel Maringá em maio de 1953 e junho de 1954.	65
Figuras 49 e 50 – Inauguração do Grande Hotel Maringá, 1955.	66
Figura 51 – Primeira proposta: planta do pavimento térreo.	68
Figura 52 – Primeira proposta: planta do 1º, 2º e 3º andar.	68
Figura 53 – Segunda proposta: perspectiva do Grande Hotel Maringá.	69
Figura 54– Segunda proposta: planta do pavimento térreo.	70

Figura 55 – Segunda proposta: planta do 1° e 2° andar.	70
Figura 56 – Quarta proposta: planta do pavimento térreo.	72
Figura 57 – Quarta proposta: planta do 1° e 2° andar.	72
Figura 58 – Quinta proposta: planta do pavimento térreo.	73
Figura 59 – Quinta proposta: planta do 1° e 2° andar.	73
Figura 60 – Sexta proposta: planta do pavimento térreo.	74
Figura 61 – Sexta proposta: planta do 1° e 2° andar.	74
Figura 62 – Sétima proposta: planta do pavimento térreo.	75
Figura 63 – Sétima proposta: planta do 1° andar.	76
Figura 64 – Oitava proposta: planta do pavimento térreo.	77
Figura 65 – Oitava proposta: planta do 1° e 2° andar.	77
Figura 66 – Nona proposta. Projeto definitivo: planta do pavimento térreo.	79
Figura 67 – Nona proposta. Projeto definitivo: planta do 1° andar.	79
Figura 68 – Nona proposta. Projeto definitivo: planta do 2° andar.	80
Figura 69 – Nona proposta. Projeto definitivo: cortes.	80
Figura 70 – Vista do Grande Hotel Maringá, 1972.	81
Figura 71 – Grande Hotel Maringá, 1957.	82
Figura 72 – Fachada do Grande Hotel Maringá, 1957.	83
Figura 73 – Foto montagem da maquete da catedral. Projeto de José Augusto Bellucci.	83
Figura 74 – Foto mostrando a área destinada aos edifícios públicos e a Praça Dom Pedro II.	84
Figura 75 – Igreja de madeira, 1950.	85
Figura 76 – Igreja de madeira, 1972.	85
Figura 77 – Foto mostrando o centro de saúde, a antiga igreja de madeira ao fundo, e o início da construção da nova catedral.	86
Figura 78 – Recorte de Jornal conservado por Dom Jaime em seu arquivo particular.	87
Figura 79 – Anteprojeto da Catedral. Planta da nave nível 0 e cripta nível -3,50.	89
Figura 80 – Anteprojeto da Catedral. Planta nível +3 e +6.	89
Figura 81 – Anteprojeto da Catedral. Planta nível +15 e +81(mirante).	90

Figura 82 – Anteprojeto da Catedral. Corte norte-sul e leste-oeste.	90
Figura 83 – Foto da construção da catedral em contraste com a antiga igreja de madeira, 1970.	92
Figura 84 – O edifício de concreto armado na paisagem urbana da cidade, 1972.	92
Figura 85 – Catedral vista da Avenida Getúlio Vargas, década de 1980.	94
Figura 86 – Foto da Maquete do Paço Municipal de Maringá, 1967. Projeto de José Augusto Bellucci.	95
Figura 87 – Anteprojeto Paço Municipal de Maringá. Planta do pavimento térreo.	96
Figura 88 – Anteprojeto Paço Municipal de Maringá. Planta do pavimento intermediário e 1º andar.	96
Figura 89 – Anteprojeto Paço Municipal de Maringá. Corte longitudinal e transversal.	97
Figura 90 – Anteprojeto Paço Municipal de Maringá. Elevação oeste e norte.	98
Figura 91 – Anteprojeto Paço Municipal de Maringá. Elevação leste e sul.	98
Figuras 92 e 93 – Fotos mostrando a primeira etapa de construção do Paço Municipal de Maringá, 1969.	99
Figura 94 – Obra do bloco do gabinete do prefeito, 1969.	99
Figura 95 – Gabinete do prefeito realizado na primeira etapa da construção.	100

Sumário

Introdução	01
Ideias do lugar	02
Forma Artística e Conteúdo Social: O modelo de análise literária de Schwarz e seu lugar	07
As limitações inerentes à história das ideias e as ideias acerca da história de Maringá: breve revisão	09
Capítulo 1	
1. Um episódio urbanístico: território e urbe modernos no norte do Paraná, Maringá	18
1.1. A indústria paulista, o café paranaense e a colonização e urbanização do norte do Paraná	18
1.2. As vias de comunicação: a expansão das redes de integração no desenvolvimento dos assentamentos urbanos	25
1.3. A estruturação agrária e urbana do território: as propriedades rurais e a rede urbana	31
1.4. O projeto do núcleo urbano	37
Capítulo 2	
2. Um episódio arquitetônico: arquiteturas da modernidade na boca de sertão	48
2.1. O quadro da arquitetura na região pioneira	49
2.2. O Grande Hotel	63
2.3. A Catedral	83
2.4. O Paço Municipal	94
Considerações finais	102
Referências	106

Introdução

O processo de ocupação e urbanização do Norte do Paraná é recorrentemente referenciado pela historiografia local ao quadro otimista de modernização e industrialização experimentado pelo país no segundo pós-guerra, em especial como ele era percebido através da metrópole paulistana. Daí a experiência norte paranaense chega a ser definida como “um capítulo da vida paulista, mas, em território paranaense” (MULLER, 1956, p.89). Estas concepções encontram eco na produção acerca de profissionais de arquitetura, urbanismo e engenharia forâneos, em grande parte estabelecidos ou oriundos da cidade de São Paulo, que para clientes maringauenses elaboraram projetos ou prestaram serviços nesta cidade. Enfim, seja partindo de concepções como a da “influência” da capital paulista sobre a vida local, seja buscando sua superação através de instrumentos analíticos mais refinados, a referida historiografia caracteriza-se pelo foco nas relações estabelecidas entre a região de ocupação recente e a metrópole paulistana.

A perspectiva deste trabalho é de que aprofundar a compreensão da relação estabelecida entre centro e periferia, a partir da retomada do debate metodológico por ela suscitada no âmbito do pensamento brasileiro e mesmo latino-americano, revela-se promissor para a investigação do processo de urbanização da área compreendida pelo empreendimento colonizador, bem como da construção de sua paisagem urbana, para a qual contribuí os profissionais da cidade. É este universo de reflexões, e mais especificamente aquele das especificidades na concepção, produção, apropriação e reelaboração de ideias e ideais de modernização e modernidade na construção da paisagem urbana de porções do território brasileiro ocupados a partir de meados do século XX, que delinea a discussão desta pesquisa.

Trazemos para a frente de debate a questão da circulação de ideias na América Latina, principalmente no que se refere ao seu desdobramento nas narrativas historiográficas e à especificidade da produção da arquitetura e do urbanismo. No curso da escritura, o ensaio *As ideias fora do lugar* (1973) de Roberto Schwarz, revelou-se texto fundamental para o debate e reflexão. De outro lado, tomamos por referência alguns autores que abordaram diretamente a questão, como Maria Sylvia de Carvalho Franco, e a sua retomada nas mais recentes argumentações de Elias Palti e Maria Stella Bresciani. Constata-se, assim, nos trabalhos dedicados à história do pensamento político, econômico e social brasileiro e latino-americano, a recorrente interrogação acerca das peculiaridades e semelhanças de seus processos de modernização, em especial das ideias vigentes nesta região “periférica”, frente aqueles dos países “centrais”.

Ideias do lugar

Um marco da reflexão sobre o caráter da história intelectual e das ideias latino-americanas é a publicação, por Roberto Schwarz, do ensaio *As ideias fora do lugar* (1973). Nele, o autor efetua uma aproximação ao campo da produção cultural tomando como ponto de partida a concepção da coexistência de ideias liberais e sociedades atrasadas, que marca a historiografia dos processos de independência dos países latino-americanos no século XIX, concepção esta que problematiza¹.

Iniciando seu ensaio com citações de opositores e defensores da escravidão, Schwarz aponta como, “cada um a seu modo, estes autores refletem a disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as ideias do liberalismo europeu”, num quadro em que certa percepção ou sensação de “impropriedade de nosso pensamento foi uma presença assídua, atravessando e desequilibrando até no detalhe, a vida ideológica do Segundo Reinado” (SCHWARZ, 2000, p.13) – e além –, como provaria a prosa literária do período e a produção historiográfica posterior, em que se tornaria “lugar comum”. À citação, recorrentemente pinçada de seu contexto inicial e que mais incendiou o debate posterior sobre o tema, de que “ao longo de sua reprodução social, o Brasil põe e repõe ideias europeias, sempre em sentido impróprio” – e que traz à tona e condensa a ampla e longa polêmica que caracteriza o debate em tela, repercutindo ainda nos dias atuais – segue-se a afirmação de Schwarz de que “é nesta qualidade [de “ideias fora do lugar”] que elas serão matéria e problema para a literatura”, e poderíamos acrescentar, para a historiografia, a arquitetura e o urbanismo.

Uma vez assim situado o problema, deve-se notar que, a despeito da tendência do autor afirmar de certo modo aprioristicamente a incompatibilidade entre escravidão e liberalismo – tanto no plano das convicções quanto no plano prático² – é numa segunda chave que ele identifica o “nexo efetivo da vida ideológica”: o favor. Neste mesmo texto de 1973, Schwarz descreve como, no Brasil colonial, a relação produtiva de base continuou a ser mantida pela força, enquanto o favor unia duas classes da sociedade, “a dos que têm e os outros livres”, combinando as mais diversas atividades e passando a ser *nossa mediação quase universal* (grifo do autor). Dessa forma, enquanto o escravismo desmentia as ideias liberais,

¹ A relação entre centro e periferia encontrar-se-ia na base do ensaio, e conforme afirma Bresciani (2012, p.152) “essa teoria de ampla difusão e adesão em todas as disciplinas das ciências humanas marcou toda uma geração e as que a sucederam e passou a ser fórmula interpretativa para as várias dimensões dessa sociedade: política, cultural, econômica, arquitetônica e urbanística”.

² Ao discutir sobre estes dois polos divergentes o autor aponta o fato “impolítico e abominável” da escravidão no Brasil que por sua mera presença “indicava a impropriedade das ideias liberais”.

o favor, ainda que um tanto incompatível quanto o primeiro “as absorve e desloca, originando um padrão, particular” (SCHWARZ, 2000, p.17):

Além dos naturais debates, este antagonismo produziu, portanto, uma coexistência estabilizada – que interessa estudar. Aí a novidade: *adotadas as ideias e razões europeias, elas podiam servir e muitas vezes serviram de justificação, nominalmente “objetiva”, para o momento de arbítrio que é da natureza do favor. Sem prejuízo de existir, o antagonismo se desfaz em fumaça e os incompatíveis saem de mãos dadas* (SCHWARZ, 2000, p.18).

Ao fazer parte das ideias que regulam os homens livres, o liberalismo seria incorporado na forma do favor. Ao tratar de escravidão e favor introduzindo viés nas ideias liberais, “reconhecivelmente nossas, nessa mesma qualidade”, Schwarz assim as descreve no que tange à sua dinâmica de apropriação e reelaboração.

Assim, posto de parte o raciocínio sobre as causas, resta na experiência aquele “desconcerto” que foi nosso ponto de partida: a sensação que o Brasil dá de dualismo e fictício – contrastes rebarbativos, desproporções, disparates, anacronismo, contradições, conciliações e o que for – combinações que o Modernismo, o Tropicalismo e a Economia Política nos ensinaram a considerar (SCHWARZ, 2000, p.21).

O crítico passa a discorrer sobre tais “desconcertos” que, como afirma, compõem um panorama da “comédia ideológica brasileira, *diferente da europeia*”. Cita as revistas; o Hino da República que trata da Abolição em um passado longínquo que é na verdade de apenas dois anos; um manifesto revolucionário que originalmente atendia aos proprietários de terra; e trata de seus desdobramentos sobre a produção historiográfica arquitetônica, quando cita um trecho de Nestor Goulart Reis Filho sobre as casas paulistas no século XIX:

A transformação arquitetônica era superficial. Sobre as paredes de terra, erguidas por escravos, pregavam-se papéis decorativos europeus ou aplicavam-se pinturas, de forma a criar a ilusão de um ambiente novo, como os interiores das residências dos países em industrialização. Em certos exemplos, o fingimento atingia o absurdo: pintavam-se motivos arquitetônicos greco-romanos – pilastras, arquivoltas, colunatas, frisas, etc. – com perfeição de perspectiva e sombreamento, sugerindo uma ambientação neoclássica jamais realizável com as técnicas e materiais disponíveis no local. Em outros, pintavam-se janelas nas paredes, com vistas sobre ambientes do Rio de Janeiro, ou da Europa, sugerindo um exterior longínquo, certamente diverso do real, das senzalas, escravos e terreiros de serviço³.

O trecho ilustra com clareza a tendência, então vigente na produção historiográfica, de se reduzir as análises da produção local em termos de contradições entre a realidade nacional e as ideias estrangeiras, em oposição a uma abordagem que perscrutasse com maior precisão as complexas dinâmicas que marcam os processos de circulação e apropriação de ideias, ou nas palavras de Schwarz: “o desacordo entre a representação e o que,

³ REIS FILHO, Nestor Goulart – Arquitetura residencial brasileira no século XX, p. 14-15 (manuscrito) *apud* SCHWARZ, Roberto – Ao vencedor as batatas. São Paulo: Duas cidades. Ed. 34, 2000, p. 22-23.

pensando bem, sabemos ser o seu contexto”. Diante de tais “desajustes”, entre os quais se destacaria o da prática das ideias liberais no Brasil, como assinala o autor, “ajuda pouco insistir na sua clara falsidade”, ao invés disso, “mais interessante é acompanhar-lhes o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira” (SCHWARZ, 2000, p.26).

Como crítico da cultura, Schwarz utiliza diversos âmbitos da produção cultural para realizar uma crítica da sociedade. Enfocando a relação entre arte e sociedade, localiza na manifestação artística um meio de interpretação da realidade brasileira, tematizando-a a partir da condição de “periferia do capitalismo”. E dessa maneira, a reflexão estética do objeto artístico se torna interessante, ao não dissociar crítica de arte e crítica da sociedade. Assim, apesar do foco principal dos estudos do autor ser os estudos literários, diferentes campos de produções culturais são usados como forma de reflexão crítica; a partir delas, realiza uma interpretação mais significativa da cultura, em seu funcionamento como processo social.

O conteúdo do ensaio gerou grande polêmica e mobilizou um grande debate desde a década de 1970. Uma das principais críticas é elaborada por Maria Sylvia de Carvalho Franco, em *As ideias estão no lugar* (1976), publicado na primeira edição de *Cadernos de Debate - História do Brasil*. Ao ser exposta de forma um tanto crua e superficial à tese de que “o Brasil, por ser um país colonial, tem na Europa a fonte de suas ideias”, a autora de plano a refuta, assinalando a questão de fundo: “em termos gerais, essa formulação aparece inscrita em pelo menos dois séculos de nossa história intelectual”. A crítica às leituras dualistas, “desde a maneira como foram formuladas pelo romantismo nacionalista até o realismo da atual teoria da dependência”, flui agilmente no início da entrevista⁴, inclusive quando reconhece ainda na então nova teoria das ideias fora do lugar uma “variante das interpretações que *combinam* (grifo da autora) diferentes modos de produção...”, reconhecendo nela ainda a persistência do entendimento do centro e da periferia enquanto partes heterogêneas, em que pese articuladas, de um todo que as transcende – dificuldade que adviria da filiação ao quadro do pensamento brasileiro antes exposto. A despeito da controvérsia em relação ao entendimento do binômio centro e periferia enquanto situações ou desenvolvimentos particulares dentro do movimento imanente da constituição e reprodução do sistema capitalista mundial – entendimento que

⁴ Carvalho Franco reforça a interdependência de países centrais e periféricos, sustentando que fariam parte do mesmo modo de produção, favorecendo momentos distintos da constituição e reprodução do sistema capitalista. Os dois polos seriam “desenvolvimentos particulares, partes do sistema capitalista, mas carregam ambas, em seu bojo, o conteúdo essencial – o lucro – que percorre todas as suas determinações” (CARVALHO FRANCO, 1976, p.62).

não difere em essência ao de Schwarz – fica patente o distanciamento em relação a este autor, quando assinala a inadequação mesmo da “dissociação analítica de suas partes”⁵.

Ainda que muito posteriormente, Elías Palti (2002; 2007) recoloca o debate de forma ainda bastante crua ao afirmar que a intenção de Schwarz seria traduzir em termos culturais os postulados da “teoria da dependência”. Como se sabe esta teoria objetivava discutir as “teses dualistas” do desenvolvimento capitalista, que compreendiam as zonas periféricas como resíduos pré-capitalistas e tendentes a se desenvolver pelo modelo dos países centrais. Às teses dualistas, os adeptos da “teoria da dependência” contrapunham existir uma dinâmica complexa entre “centro” e “periferia” como partes constituintes de um mesmo processo de desenvolvimento capitalista, o que não as isentam de certas críticas como as formuladas por Maria Sylvia de Carvalho Franco, assinaladas acima⁶.

Palti afirma que o aporte específico de Schwarz consistiria em “perceber o potencial contido nos postulados dependentistas, que até então haviam apenas se aplicado no campo da história econômica e social, para o âmbito da crítica literária e cultural” (PALTÍ, 2002, p.3). Estas, segundo o autor, permitiriam desmontar os esquemas romântico-nacionalistas sobre os quais se fundavam todas as histórias da literatura brasileira e que levavam a ver esta como a épica do progressivo autodescobrimento de um ser nacional oprimido pelas categorias “importadas”, estranhas à realidade local, as quais desejava superar. Neste sentido, o objetivo de Schwarz seria refutar a crença nacionalista de que bastaria aos latinos americanos desprender-se da “vestimenta estrangeira” para encontrar sua “verdadeira essência interior”. O problema, porém, é mais complexo⁷.

Interessa apresentar aqui o modo como Palti apresenta em sua análise a crítica feita por Carvalho Franco. Segundo ele, para esta autora, as ideias liberais não eram nem menos

⁵ Nesse sentido, por exemplo, enquanto para o autor, posto que numa sociedade ressalvada sempre pela relação produtiva de base, assegurada pela força, o favor passa a ser, então, a nossa mediação quase universal, para Maria Sylvia de Carvalho Franco, o favor “foi tecido como desdobramento da produção lucrativa”, e dentro dessa visão globalizante cumpriu o papel que o princípio da “igualdade” havia desempenhado na Europa.

⁶ Outra contribuição ao debate é fornecida por Francisco de Oliveira em seu texto *A economia brasileira: crítica à razão dualista* (1972). Oliveira propõe uma nova análise sobre o subdesenvolvimento, em confronto crítico com o tradicional modelo de análise econômica da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), rompendo com a dualidade deste modelo que procurava entender o Brasil como dois polos, o atrasado e o moderno, de forma não articulada, em favor da noção de “desenvolvimento desigual e combinado”.

⁷ Como destaca Bresciani (2012, p.55), a crítica de Carvalho Franco toca no ponto nevrálgico da argumentação de Schwarz, sendo que este embate esteve obsessivamente presente em toda a sua trajetória intelectual, desdobrando-se em sucessivas elaborações. Paulo Arantes, em *Sentimento da Dialética: dialética e dualidade em Antonio Candido e Roberto Schwarz* (1992) revela o caráter sutil dos percursos argumentativos em tela, que tornam tênues os limites da validade ou não tanto das formulações de Schwarz quanto das críticas a elas elaboradas.

nem mais estranhas ao Brasil, não estavam nem melhor nem pior ajustadas ao contexto local que as correntes escravistas, de tal modo que as ideias liberais, tal como as correntes de defesa do escravismo constituíam partes integrantes da complexa realidade brasileira. Para Carvalho Franco, Schwarz terminaria recaindo ao tipo de dualismo que tentava precisamente combater, ao “perder de vista os processos reais de produção ideológica no Brasil” (CARVALHO FRANCO, 1976, p.62). Ainda de acordo com Palti, a polêmica desatada por Carvalho Franco instaura um problema metodológico mais geral, pois as ideias, para esta autora, jamais estão “fora do lugar” dado que sempre servem a algum propósito. A autora com uma posição muito mais consistente diluiria a problemática relativa à natureza periférica da cultura local, destacando o caráter eminentemente político das atribuições da “alteridade” das ideias (PALTI, 2002, p.11).

As propostas de Carvalho Franco e Schwarz representariam, finalmente, para Palti, duas formas para solucionar o tema: a da primeira, enfatizando a realidade das ideias e suas condições locais; a do segundo acentuando não a incompatibilidade entre as ideias e a sociedade brasileira, mas sim o desajuste desta mesma sociedade (PALTI, 2002, p.9). De qualquer forma, segundo a argumentação de Palti, para Carvalho Franco tratar do “desajuste da sociedade em relação a si mesma” seria contrabandear com novo nome a oposição tradicional entre duas lógicas de desenvolvimento – a propriamente capitalista e a capitalista-periférica. Porém, não passa igualmente despercebido para Schwarz que não se tratariam de duas lógicas, mas sim uma, a busca do lucro, marcada por conflitos e contradições, tanto no centro quanto na periferia; o que faz Palti concluir que a postura de Schwarz seria mais sensível às particularidades das manifestações culturais locais, ainda que isso aparentemente levasse, por exemplo, ao ceticismo sobre a viabilidade de qualquer projeto emancipatório na região:

Las ideas están en su lugar cuando representan abstracciones del proceso a que se refieren, y es una fatalidad de nuestra dependencia cultural que estemos siempre interpretando nuestra realidad con sistemas conceptuales creados en otra parte, a partir de otros procesos sociales. En este sentido, las propias ideas libertarias son con frecuencia una Idea fuera de lugar, y sólo dejan de serlo cuando se las reconstruye a partir de las contradicciones locales (SCHWARZ *apud* PALTI, 2002, p.10).

Mas, diferentemente de como nos apresenta este autor, a postura de Schwarz não seria contraditória; ao debruçar-se sobre a própria produção cultural e intelectual local, Schwarz revela inclusive o papel desempenhado por esta produção, o real sentido da atuação dos agentes produtores no processo social assim qualificado. Não seria o caso de se adequar ou adaptar as ideias visando torna-las assimiláveis, mas sim reconstruí-las visando a constituição de um sistema de pensamento autônomo, evitando-se, assim, o perigo da

repetição do dilema antropofágico. O fato é então que não são as ideias forâneas que estariam desajustadas, mas sim que estes sistemas de pensamento não elucidariam o Brasil.

Forma Artística e Conteúdo Social: O modelo de análise literária de Schwarz e seu lugar

Para além da problemática das relações entre ideias e sociedade, que se refere a uma esfera cultural mais ampla, trataremos de uma polêmica mais especificamente estética, a qual marcaria uma segunda dimensão da obra de Schwarz: a dialética entre forma artística e conteúdo social. As posições de Schwarz sobre o pensamento brasileiro encontram desdobramentos na formulação de seu modelo de análise literária, cujo alcance é perceptível no seu impacto sobre os estudos machadianos.

No intuito de entender o universo conceitual da obra de Schwarz, o ponto de referência fundamental seria a obra de Antonio Candido, que com mérito desenvolveu um modelo de aproximação sociológica da literatura sem obliterar sua dimensão estética. O método crítico de Schwarz se daria pela elaboração e desenvolvimento deste modelo, tratando basicamente de combinar a análise estética com a análise histórico-social. Procura superar desta maneira tanto os enfoques de “conteúdo” que anulam a riqueza da obra literária, quanto as aproximações formalistas que afastam as produções artísticas do contexto e condições materiais de sua produção. A chave seria o conceito de forma⁸ aplicado simultaneamente tanto na percepção do contexto social do qual nasce uma obra quanto na identificação dos procedimentos de construção linguístico-literária.

A contribuição de Schwarz poderia ter sido de fato, seu aporte teórico em relacionar a dialética entre forma e conteúdo, estrutura e história, análise literária e reflexão social, especificamente, entre “centro” e “periferia”. O dilema do autor, segundo Palti, cairia então na proposição de como explicar a universalidade da obra de Machado de Assis sem renunciar a encontrar nela vínculos com sua condição periférica.

⁸ A exaltação de Schwarz em relação a Candido estaria em sua capacidade de visão “estereoscópica”, efetuando uma analogia ao procedimento semelhante utilizado por Walter Benjamin em seus estudos sobre Baudelaire. “Nestes são privilegiadas as correspondências sociais entre a lírica e as figuras do submundo urbano ou os dramas de funcionamento do mercado, percebendo aí não apenas similitude de atitude, mas o fato de que tais figuras e formas literárias estão marcadas por formas sociais que se correspondem. Não se trata, entretanto, de reduzir uma dimensão a outra mas de entendê-las, em linguagem benjaminiana, dentro de uma constelação, que exige do ensaísta a capacidade de ‘sair’ do texto para perceber e recolher as correspondências soltas e fragmentadas no tecido social” (ALAMBERT, 1998 p.238).

Para Palti, a autoparodização do gênero não é originalidade brasileira ou latino-americana. Na verdade, como afirma o autor, tal mecanismo é passível de ser encontrado, por exemplo, na produção anterior de Laurence Sterne. De fato, isto problematiza a segunda dialética tematizada por Schwarz, onde até para “subverter” os modelos europeus, os autores locais deveriam apelar para modelos europeus (PALTI, 2002, p.17). Assim, se por um lado distorções ocorrem em todos os lugares, por outro, e por conta disso, o fato de ocorrer distorções não significa que as ideias estejam mal colocadas, pois evidentemente, como afirma Palti, “distorcer” as ideias e nomeá-las indevidamente não é uma peculiaridade brasileira ou latino-americana (PALTI, 2002, p.18).

De toda forma, Palti efetua um exercício reflexivo em que avança na hipótese de que se poderia aceitar o tipo de dialética de Machado de Assis como tipo particular de distorção específica das regiões periféricas. Insistindo na dicotomia entre centro-periferia, apresenta a noção de “entre-lugares” proposta por Silvano Santiago. Para este autor, o caso de Machado de Assis seria pragmático da condição particular do “discurso latino-americano” que encontraria seu âmbito específico no “entre-lugar” entendido como desvio da norma, qual seja a marca da diferença no próprio texto original, inscrita como o “outro” dentro do “um” da cultural ocidental da qual faz parte. Neste caso, o aporte de Schwarz recairia na dualidade centro-periferia, apenas passando a qualificar a condição periférica em termos de deficiência, sem cair na ingenuidade nacionalista de vê-la unicamente em termos de mera carência (PALTI, 2002, p.20). A fórmula das “ideias fora do lugar” permitiria, neste raciocínio, ao menos preservar a noção da existência de assimetrias entre centro e periferia, entre “modelo” (europeu) e “cópia” local. Neste ponto Palti afasta-se de Schwarz, apontando que seu esquema de “modelos” e “cópias” seria problemático, pois na sua definição se combinam razões de ordem tanto teórico quanto extrateórico em uma perspectiva ético-política, simplificando demasiadamente os processos complexos de geração, transmissão, difusão e apropriação de ideias.

Ao invés disso, Palti desvia o foco da questão para outro plano de análise, o da história das linguagens e de seus modos de articulação, insinuando ser esta, em contraposição, uma ferramenta mais sofisticada do que o modelo de “modelos” e “cópias”, eixo da análise de Schwarz. Em suma, o postulado fundamental em torno do qual se compõe a proposição de Palti seria a definição de um modelo que permita desvendar a dinâmica problemática das ideias na América Latina na medida em que este envolva uma consideração acerca da dimensão pragmática da linguagem. Enfim, segundo ele, somente a partir de uma consideração simultânea das diversas instâncias da linguagem poderia se estabelecer

relações significativas entre os textos e seus contextos particulares, a fim de criar um vínculo entre análise literária e reflexão social.

As limitações inerentes à história das ideias e as ideias acerca da história de Maringá: breve revisão

Palti, aproximando-se de Schwarz especificamente no que se refere à tematização da peculiaridade e à abordagem da natureza periférica da cultura local, dele distancia-se ao referir-se às suas razões extrateóricas, anteriormente assinaladas. Importa aqui apontar que a posição daquele autor não se revele incompatível com a deste último, mas sim que este oferece instrumentos que permitem uma aproximação não apenas ao universo das ideias vigentes ao longo do tempo na América Latina – e em nosso caso particular, na zona de colonização em questão –, como também à sua própria historiografia, a qual, aliás, insere-se no referido universo.

Assim, Palti afirma que entre as limitações inerentes à história das ideias na América Latina estaria o fato desta basear-se, desde suas origens, na busca e definição de “distorções” ocorridas no movimento das ideias liberais que, supostamente seriam incompatíveis com a cultura e as tradições herdadas (PALTI, 2002, p.25). Além disso, a redução de todas as arestas problemáticas locais impediriam interrogar criticamente os modelos putativos, bloqueando antecipadamente a eventual problematização dos mesmos “que é precisamente, como assinala Schwarz, o aspecto mais interessante na obra de Machado de Assis: como ele se manifestou dentro dos problemas que eram inerentes a ele” (PALTI, 2002, p.25). Desta maneira, uma das limitações referidas estaria no fato de invocar as regiões centrais alegando que as ideias teriam “seu lugar apropriado”, fazendo com que a história das ideias na América Latina se resume a diagnosticar a aplicabilidade de tais ideias do centro no contexto local, – sendo sintomático que as abordagens tradicionais da história das ideias latino-americanas fracassem no sentido de encontrar suas peculiaridades, como pretendem. Simplificando a história das ideias europeias ao aparar as arestas de seus conteúdos problemáticos, não percebem que dificilmente eventuais idiossincrasias ou peculiaridades latino-americanas seriam passíveis de serem descritas como categorias não europeias. Para Palti, parte-se do pressuposto de que os pensadores latinos americanos não realizaram nenhuma contribuição relevante a história “universal” do pensamento, ao mesmo tempo em que as contradições básicas das aproximações centradas nas ideias geram uma ansiedade pela “particularidade” nunca satisfeita, levando a história das ideias latino-americana a um beco sem saída (PALTI, 2002, p.27). Schwarz seria particularmente lúcido quanto a esta questão (a simultânea necessidade-

impossibilidade de “distorções” na história de ideias local). Ao buscarem este objetivo, os pesquisadores limitar-se-iam à impossibilidade de se encontrar as supostas especificidades das ideias no contexto local, uma vez que qualquer sistema de pensamento encontraria um número limitado de alternativas, e nenhuma delas seria exclusiva do universo local.

Passando para uma questão epistemológica mais abrangente, a partir da perspectiva única do conteúdo semântico do discurso, Palti não relaciona “ideias” e “realidade”, apresentando um discurso distinto entre estas partes e evidenciando que entre um e outro nível, ainda não haveria interpenetração real. Em outra dimensão, afirma que ente “texto” e “contexto” existiria uma relação externa, onde o “contexto” aparece como um cenário de fundo para o desenvolvimento das ideias (texto).

Deste modo, como afirma Palti (2002, p.27), as questões citadas em relação à história das ideias resultariam no fato que estas – as ideias – seriam por fim “gerais” – e não se relacionam a critérios “geográficos” – por definição. As ideias de Palti contrariariam, portanto, abordagens que indicam que supostamente os “modelos” seriam construções a priori e as “culturas locais” constituiriam inevitavelmente “destinos”, os quais seriam eternos produtores de “cópias”. De qualquer forma, estas formulações, enfim, encontram desdobramento na produção do próprio Schwarz, que em *Nacional por subtração* (1987), afirma que “a historiografia da cultura ficou devendo o passo globalizante dado pela economia e sociologia de esquerda, que estudam o nosso ‘atraso’ como parte da história contemporânea do capital e de seus avanços” (SCHWARZ, 1987, p.33).

São estes, enfim, alguns apontamentos e reflexões acerca do pensamento brasileiro e latino-americano, a partir das quais se debruça, neste trabalho, sobre a questão das dinâmicas de circulação de ideias no processo de ocupação e construção da paisagem urbana do empreendimento colonizador na região norte do Paraná, através de episódios específicos da arquitetura e do urbanismo maringaense.

Seja no âmbito urbanístico, seja na produção arquitetônica, a historiografia acerca da constituição de projetos modernos nesta região se lança em grande parte na vontade e capacidade de participar de forma autônoma do processo de expansão econômica como também da construção de uma identidade nacional moderna. Ao fazê-lo, reafirma as assimetrias que pretende superar, sendo difícil o convívio entre os discursos modernizadores e o necessário apelo a traçados, projetos arquitetônicos, cálculos estruturais, sistemas estruturais, materiais de construção elaborados e provindos do “centro”. O mesmo ocorre quando recorre insistentemente a categorias de análise

baseadas em conceitos como os de cópia e adaptação. Dedicando-se à identificação de influências, realizações parciais, cópias e simplificações técnicas, programáticas, tipológicas, plásticas e/ou formais, parece claro do ponto de vista do instrumental teórico, que os pesquisadores dedicados ao tema por muitas vezes reproduzem limitações como aquelas anteriormente apontadas frente à história intelectual e das ideias, em que ocupam posição central as dinâmicas de circulação de ideias.

Portanto, há uma questão historiográfica que perpassa o texto e que se torna base para o desenvolvimento de nossa reflexão. A história social do interior do Paraná, e em especial de Maringá, vem sendo objeto de estudo de diversos pesquisadores, e mais recentemente o mesmo ocorre em relação ao urbanismo e arquitetura. Ao mesmo tempo em que procura reconstruir o processo de modernização em que se insere e do qual toma parte a colonização das terras agrícolas, a configuração dos espaços rurais e urbanos e sua arquitetura, tal historiografia revela-se igualmente parte deste construto. Uma leitura preliminar desta historiografia, que foque os temas que se relacionam mais intimamente ao recorte de nosso objeto de estudo – o plano urbanístico inicial, o espaço destinado aos edifícios públicos, e o conjunto arquitetônico nele constituído – já é esclarecedora das questões exploradas neste trabalho.

Um dos estudos mais citados sobre a história da formação e consolidação da cidade de Maringá foi realizado pela historiadora France Luz, em 1980. Em sua dissertação de mestrado, intitulada *O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá*, lançada posteriormente em livro homônimo em 1997, Luz discute o processo de ocupação do Norte do Paraná, focalizando a fase de implantação e consolidação do espaço urbano maringaense. Analisa diversos aspectos da formação e ocupação da cidade entre os anos de 1942, quando se fixaram os primeiros povoadores da cidade no bairro hoje denominado “Maringá Velho”, e 1960, data em que se realizou o primeiro censo após a criação do Município de Maringá (LUZ, 1997).

Fundada em 1947, pela empresa colonizadora de capital privado inglês Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, que operava na região desde 1929, a cidade teve seu plano urbanístico projetado pelo engenheiro Jorge de Macedo Vieira, contratado pela Companhia em meados de 1940. O plano de Vieira oferece ricas possibilidades de interpretação, e vem sendo tema de diversos trabalhos que enfocam as características físicas da cidade, investigando as aproximações e influências das práticas de urbanismo moderno então vigentes não apenas na metrópole paulistana ou no Brasil, como também no exterior.

O arquiteto e sociólogo Carlos Roberto Monteiro de Andrade coordenou em 1999 na IV Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo uma exposição sobre a atuação de Macedo de Vieira. Salienta, no catálogo da exposição à formação profissional de Vieira e seu estágio na Companhia *City*, enquanto elementos relevantes para a conformação do urbanismo por ele praticado.

Andrade (2000) em seu trabalho de análise de algumas das reproduções da concepção de cidade-jardim que compõem em planos de cidades novas brasileiras apresenta um dos primeiros estudos sobre as ressonâncias do tipo cidade-jardim no traçado de Maringá. O autor destaca as características da rede urbana criada pela Companhia na construção de cerca de 40 cidades, e do pioneirismo do planejamento urbano em escala regional, influenciado pelas concepções dos urbanistas ingleses do *town and country planning*. Destaca ainda Jorge de Macedo Vieira dentre os urbanistas paulistanos em que se manifestam claramente os princípios de Barry Parker – que em conjunto com Raymond Unwin projetou Letchworth e Hampstead, relacionando a atuação de Vieira e sua formação urbanística à possível convivência com Parker enquanto este trabalhava na Cia *City*. Tais aspectos analisados por Andrade (2000), encontram ressonâncias em trabalhos como os de Steinke (2007) e Bonfato (2003), que também discutem, entre outros, a atuação e trajetória de Macedo Vieira.

Rosana Steinke (2007) apresenta uma breve retomada das propostas, ideais, formulações teóricas e ressonâncias de concepções urbanísticas de diversos autores que influenciaram os projetos de Jorge de Macedo Vieira, influenciando a sua prática urbanística moderna. Através da análise de documentos originais do acervo de Vieira, a historiadora estuda dentre outras obras, as cidades de Maringá e Cianorte.

Bonfato (2003), por sua vez, discute a aplicação de modelos urbanos consagrados internacionalmente e suas ressonâncias em projetos desenvolvidos no Brasil, durante a primeira metade do século XX, focando a contribuição de Jorge de Macedo Vieira desde sua formação na Escola Politécnica até a década de 1960. Em sua análise dos projetos de Macedo Vieira de loteamentos e cidades novas, destaca a utilização de princípios da *garden city*, creditando igualmente influência deste modelo em seus projetos pela experiência em estagiar na Cia *City*. Ao tratar de Maringá, o autor pontua que:

Nesse projeto Macedo Vieira reflete, além da influência *garden-city*, exemplificada nos parques públicos, o modelo *city beautiful*: no uso das avenidas amplas interligando essas áreas e funcionando como *park ways*, na adoção do *civic center* e na centralidade dos edifícios públicos, além da adoção dos *carrefours* arquetípicos de Hénard e do *beaux arts* francês (BONFATO, 2003, p.85).

Fica assim evidenciada a recorrente busca das ressonâncias do modelo cidade-jardim de Ebenezer Howard em Maringá, além de outros princípios modernos de urbanismo europeus e estadunidenses. Rego (2001) analisa igualmente as características originais do plano da cidade e o urbanismo das primeiras cidades jardins inglesas. Em publicação mais recente (2010), dedica-se à análise das influências de elementos do “grande urbanismo”, no plano da cidade, elementos estes valorizados pelo movimento *City Beautiful*.

Tomando ponto de partida diverso, Andrade e Cordovil (2008), ao abordarem a construção da cidade de Maringá, chamam a atenção para a construção do território baseado na formação de uma rede urbana concebida a partir da noção de modernidade e de planificação, onde o projeto urbanístico assume uma importância fundamental; desta maneira “as cidades surgiram como polos de desenvolvimento e polos modernizadores” (ANDRADE e CORDOVIL, 2008, p.49). Os autores situam Maringá dentro da cultura urbanística moderna que se implantava na construção de cidades novas no Brasil a partir de 1930 e sobre o plano da cidade destacam que:

Tratava-se, sem dúvida, de criar uma cidade moderna no sentido substantivo do termo, isto é, com uma forma diversa daquela das cidades tradicionais. A não adoção do traçado em xadrez e a adequação à topografia do sítio foram, no plano dessas cidades, associados a um zoneamento funcional rigoroso, que definia com precisão as áreas residenciais e industriais, bem como delimitava o centro cívico e de comércio e serviços, além do aeroporto que, em Maringá, tem uma localização e área privilegiadas (ANDRADE e CORDOVIL, 2008, p.51).

Em 2010, em um trabalho de maior fôlego, envolvendo uma pesquisa documental extensiva em sua tese de doutorado, Fabíola Cordovil analisa a construção da cidade de Maringá desde o seu plano inicial, de 1947 até 1982, quando findou a sétima administração municipal. A questão central do texto é entender como uma cidade ideal e planejada se efetivou em uma cidade construída e materializada; a pesquisadora investigou essencialmente a colonização e o contexto regional no qual se formou Maringá, o plano inicial e a construção da cidade. Cordovil (2010) ao investigar a inserção da cidade no contexto regional e sobre a formulação do seu plano inicial, afirma que:

O plano urbanístico moderno de Maringá incluiu-se na propaganda da Companhia e assumiu importância fundamental. (...) No Paraná, um projeto moderno de cidade foi implantado ex-novo, uma década antes do início da construção de Brasília (CORDOVIL, 2010, p. 580).

Por outro lado, sobre atuação de alguns profissionais modernos na cidade, e da construção de seu conjunto arquitetônico, a autora nos expõe que:

A modernidade, entendida pelos governantes pelo uso da “técnica moderna”, estava presente nas referências que buscavam em exemplos de cidades como Brasília e nos arquitetos que projetavam em centros mais dinâmicos como São

Paulo. A ideia de se construir o moderno refletia-se nas exigências da lei de forma clara e direta (CORDOVIL, 2010, p.585).

Em trabalho posterior e mais pontual, Cordovil (2011) trata das aproximações e distanciamentos entre o plano de Maringá e as ressonâncias de concepções urbanísticas de diversos autores nos projetos de Jorge de Macedo Vieira. Além do ideário da cidade-jardim e das teorias de Raymond Unwin, Clarence Perry e Clarence Stein mais comumente encontradas, a pesquisadora estabelece relações com referências como Camillo Sitte, Saturnino de Brito, Werner Hegemann, Nelson Lewis, Jean Claude Nicolas Forestier e Frederick Law Olmsted. Analisa os aspectos formais do plano que se vinculam a determinadas características relacionadas às propostas formuladas pelos autores citados, como forma de “marcar e desvendar o hibridismo das concepções teóricas que embasaram a proposta de Vieira” (CORDOVIL, 2011, p.18).

Sobre a arquitetura nas primeiras décadas da cidade de Maringá, a literatura tem privilegiado essencialmente a produção autoral, revelando especial interesse em inserir determinados profissionais que atuaram na região (e, por conseguinte, a própria região) na narrativa da arquitetura moderna brasileira. Outros trabalhos apontam uma coleção de residências que incorporariam algumas características formais e construtivas inerentes à arquitetura moderna brasileira: coberturas de tesoura invertida, panos de vidro, entre outros, atendo-se, portanto aos aspectos mais tópicos destes projetos modernos.

As obras e a atuação do arquiteto paulista José Augusto Bellucci em Maringá são o objeto de análise do trabalho de Verri Jr. (2001). O arquiteto foi responsável por uma série de projetos para a empresa colonizadora, para o poder público e a igreja. Ao descrever as obras do arquiteto, Verri Jr. enfatiza sua contribuição como representante da arquitetura brasileira, para além dos grandes centros, e principalmente como um grande personagem – forâneo – da arquitetura pioneira do interior do Paraná.

Sobre a “popularização” da arquitetura moderna brasileira na cidade, Renato Delmonico (2010) estuda as edificações residenciais em Maringá do ponto de vista das afinidades e vínculos formais com a chamada arquitetura moderna, entre as décadas de 1950 a 1970. O autor aponta que facilmente se nota características formais da arquitetura moderna no desenho e na configuração de muitas casas maringaenses erguidas nesta época. Argumenta que “essas moradias modernistas, mesmo não apresentando em sua totalidade os princípios modernos, representam o resultado da apropriação da população maringaense em relação a uma nova identidade construtiva e cultural que simboliza uma passagem importante da história da cidade” (DELMONICO, 2010, p.5). Definindo Maringá

como uma zona de fronteira, por seu acelerado crescimento e constantes migrações durante seu processo de fundação e desenvolvimento, Delmonico ressalta que Maringá “se constitui como um município que apresentou intenso fluxo de pessoas com referenciais culturais múltiplos, em um período coincidente com o auge do Modernismo Brasileiro e da arquitetura modernista no país” (DELMONICO, 2010, p.9).

No entendimento sobre as ideias modernas de arquitetura e urbanismo no Norte do Paraná de forma mais ampla no que tange à difusão de modelos de arquitetura e urbanismo citamos o último e mais recente trabalho de Rego (2012). Nele, busca captar uma relação de caráter bidirecional entre São Paulo (capital) e o norte do Paraná, mais especificamente nas cidades de Londrina e Maringá. Ao investigar a interferência dos personagens paulistanos na zona pioneira, o autor aponta que:

Considerando que a construção de ideias forâneas de arquitetura e urbanismo no Norte do Paraná se deu menos por pressão econômica externa do que pela demanda interna – isto é, as ideias metropolitanas parecem ter sido “importadas”, respondendo às aspirações locais (REGO, 2012, p.3).

Ao analisar a conexão entre duas realidades diferentes, a da metrópole e a do interior, assinala que a arquitetura e o urbanismo “modernistas” serviram à expressão local de desenvolvimento e conclui que a atuação dos profissionais forâneos difundindo as ideias internacionais de arquitetura e urbanismo representava o interesse em estabelecer uma imagem moderna, desenvolvimento cultural e progresso econômico, mas que sobretudo, o Norte do Paraná seria um campo fértil para estes profissionais colocarem em prática ideias modernas de arquitetura e urbanismo.

Esta pesquisa em seu escopo mais geral pretende discutir e traçar possibilidades de leitura da produção arquitetônica e urbanística na construção da cidade de Maringá entre 1947 e 1967. O recorte cronológico adotado se refere ao período de fundação do Município até a data do último projeto público construído do arquiteto paulista José Augusto Bellucci, referindo-se, portanto, mais diretamente aos episódios tratados do que ao processo de construção social do espaço maringaense. Busca investigar o processo de modernização na arquitetura e urbanismo da cidade, a partir da dinâmica de apropriação de discursos e práticas de circulação nacional e eventualmente internacional.

A dialética modernização – modernidade, pensada como episódio latino-americano, envolve processos no campo econômico e social, e é na qualidade de instrumento e materialização de ideias e contradições que o campo da arquitetura e do urbanismo se tornam matéria para a história. Assim, o presente trabalho visa, a partir do marco teórico

assim constituído, contribuir para a compreensão da produção urbanística e arquitetônica de que resulta a paisagem maringaense, o conteúdo e sentido de modernidade eventualmente nela presente. Atendo-se ao plano da prática e discurso projetual em arquitetura e urbanismo, investiga do ponto de vista das dinâmicas de circulação, apropriação e reelaboração de ideias e discursos a eles subjacentes, o processo de constituição/construção de um ideário/nação modernos. Imprime à investigação acerca da modernização em determinada região no interior do país uma abordagem que vai além do produto arquitetônico e urbano, mas que permita antever a relação entre arquitetura e sociedade, através do estudo de agentes envolvidos e sua interação nas referidas dinâmicas.

Neste sentido, o levantamento e registro de projetos nas bases documentais e acervos que as abrigam, como também na produção historiográfica arquitetônica e urbanística, constituem-se em método através do qual se almeje a ilustração dessa produção e revele-se passo fundamental. Dessa forma, a sistematização de dados apresentados neste trabalho é, portanto, fruto de levantamentos realizados no Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura da cidade de São Paulo, que contém grande parte dos projetos do engenheiro-urbanista Jorge de Macedo Vieira, e dos levantamentos de fotografias e documentos realizados no Acervo da Gerência do Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de Maringá, no Acervo da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Maringá, e no Acervo do Museu da Bacia do Paraná que igualmente se encontra no câmpus sede da Universidade Estadual de Maringá. Da mesma forma, foi efetuada consulta aos arquivos do Setor de Projetos Originais de Arquitetura da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, onde se encontram os arquivos do arquiteto José Augusto Bellucci. No acervo doado à FAUUSP, não há nenhuma listagem de todos os arquivos e projetos existentes, e este material ainda não foi catalogado e nem teve tratamento adequado devido à falta de espaço físico e carência de funcionários no setor. Desta maneira, ainda não se encontram viabilizados os procedimentos de digitalização e o acervo não está disponível para consulta pública. Apesar disso, durante o período de inventário da Biblioteca da FAUUSP (Fevereiro, 2014), conseguimos ter acesso a alguns exemplares da coleção de Bellucci. Podemos constatar que todos os projetos realizados em Maringá encontram-se no acervo, alguns descritos pelo próprio arquiteto como exemplares de documentos históricos da cidade. No entanto, a possibilidade de reprodução deste material, assim como a digitalização de alguns exemplares ainda se encontra em processo.

A primeira parte do trabalho concentra-se em revisar as condicionantes do processo de exploração territorial baseado no binômio café-ferrovia, do qual descende uma terceira estrutura representada pela rede de cidades. Tentando lançar um olhar para além da importação de modelos modernos de arquitetura e urbanismo, busca-se no Capítulo 1 recolocar questões referentes à urbanização da região norte do Paraná, penetrar e aprofundar as dinâmicas que condicionaram o processo de ocupação da área e o espaço da cidade – notadamente os conteúdos referentes ao plano urbanístico – de Maringá, em especial discutindo as relações estabelecidas com a metrópole paulistana, procurando analisar criticamente as ressonâncias recorrentemente apontadas.

No que tange a arquitetura, tal requalificação parte da reconstrução do panorama cultural/arquitetônico do período, o qual permite desde muito cedo aferir as hipóteses anteriormente aventadas. Nesse sentido, discute o alcance tanto dos discursos em torno da suposta capacidade dos locais de construir ou afirmarem uma condição de igualdade em relação à metrópole paulista, através da “importação” da arquitetura moderna lá produzida, quanto dos discursos aos quais estes intentam superar, referentes à interpretação da produção local enquanto resultante de uma arquitetura exportada ou de consumo imposto. Discutindo leituras sedimentadas na historiografia da arquitetura moderna brasileira referentes ao papel dos “arquitetos nômades e migrantes” na difusão da arquitetura moderna para além do eixo Rio-São Paulo, bem como a noção de importação e autonomia local, propõe-se, no lugar de tudo isso, perscrutar o conteúdo de tais projetos modernizadores, e as dinâmicas que os marcam. Expressiva desse debate seria a construção de três obras: o Grande Hotel (1951), a Catedral (1957) e o Paço Municipal (1967), do arquiteto paulista José Augusto Bellucci. Localizadas na Zona Central, área nobre da cidade, prevista por Macedo Vieira para a locação de edifícios públicos, constituíram projetos arrojados para a época. A partir desta constatação, e estendendo esta crítica ao campo da arquitetura, a segunda parte (Capítulo 2) compreende a construção do espaço urbano pelas iniciativas arquitetônicas que marcaram o espaço citadino, mais especificamente pela investigação do conteúdo dos episódios arquitetônicos citados.

Capítulo 1

1. Um episódio urbanístico: território e urbe modernos no norte do Paraná, Maringá

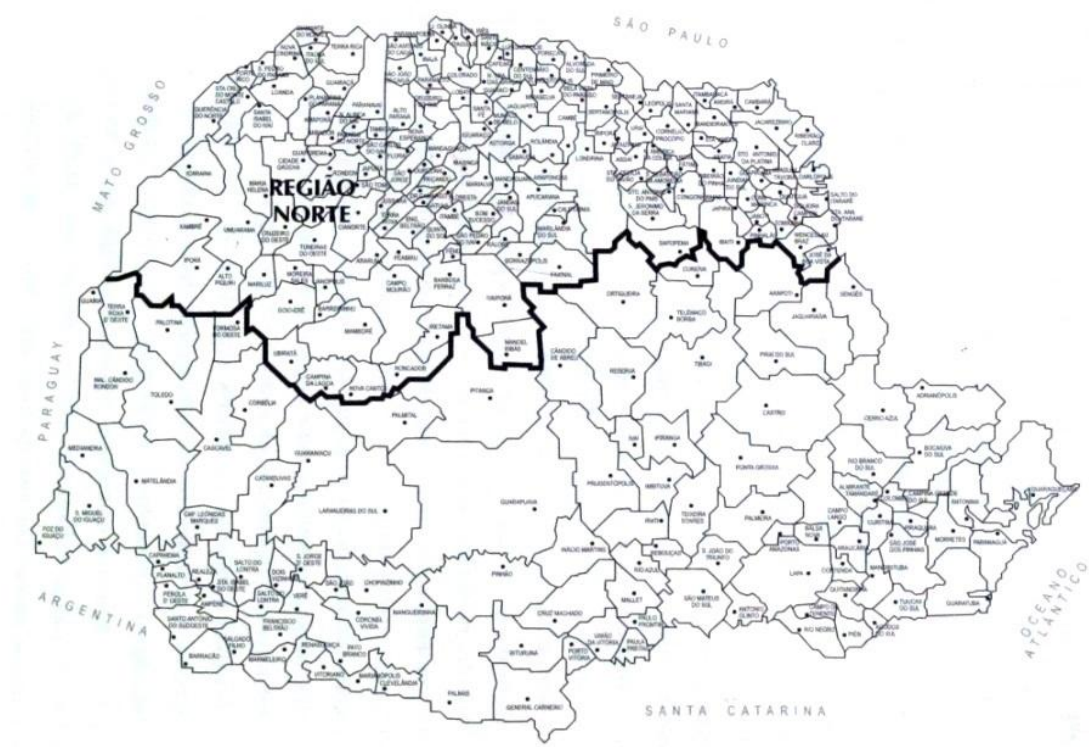
Muitas cidades nascidas umas após as outras no Oeste do Estado de São Paulo e no Estado do Paraná, à medida que as plantações de café avançam para o interior. Uma rede, muito densa para o Brasil, surgiu dessa maneira em alguns anos; cidades como Marília e Londrina, fundadas em 1933, ou como Maringá, uns dez anos mais nova (BRUAND, 1981, p.72).

Yves Bruand refere-se neste trecho de seu manual, *Arquitetura Contemporânea no Brasil* (1981), às cidades originadas da expansão do café ao Estado de São Paulo e ao Paraná. Das dinâmicas que regeram a inserção da zona de colonização recente do norte do Paraná nos quadros de modernização do país no segundo pós-guerra é recorrentemente citado o estreitamento de relações entre o interior do Paraná e o estado de São Paulo, pelo extravasamento da cultura cafeeira paulista. A organização da rede de cidades da região do norte do Paraná teria neste complexo cafeeiro sua essencial força, tendo influenciado a estrutura urbana sobre este território. Assim, frequentemente destaca-se o primeiro estreitamento de relações entre o interior do Paraná e o Estado de São Paulo, pela expansão cafeeira, assentada em uma produção mercantil e dinâmica, com grande adensamento populacional, ou mais genericamente, a partir da criação de núcleos urbanos subsidiados pela atividade agrícola (DE ANGELIS *et al*, 2007). Por outro lado, o papel dos agentes paulistas no processo de colonização e dinâmica de produção do espaço do norte paranaense teria superado em muito a mera vinda dos cafeicultores e produtores, mas sim abarcado pela atuação dos empresários paulistas na criação e no comando das companhias colonizadoras e ferroviárias, que por sua vez se refletiria na vinda de profissionais de arquitetura e urbanismo, entre outros, da metrópole paulistana.

1.1. A indústria paulista, o café paranaense e a colonização e urbanização do norte do Paraná

A expressão "norte do Paraná" constitui-se um tema sujeito a inúmeras interpretações geográficas e históricas. Segundo autores como Suzuki (2011), o estado costuma ser classificado pela literatura em três regiões: Paraná Tradicional, o Sudoeste e o Norte (Figura 1). Esta divisão decorre do fato que estas áreas teriam sofrido processos distintos de colonização, com dinâmicas econômicas próprias. Até o início da República, a sociedade paranaense se restringia ao território do Paraná Tradicional, pelo fato de que a sociedade do sul do estado (Curitiba) não teria conseguido se expandir até o norte e o oeste do estado.

Figura 1 – Estado do Paraná - Região Norte, 1965.



Fonte: PADIS, 2006

Assim, conforme aponta Trintin (2006), até meados do século XIX, a região norte paranaense era considerada uma área distante e composta por uma densa floresta, praticamente isolada da capital do estado e sua ocupação estavam limitada a umas poucas colônias militares instaladas por volta de 1851, e alguns pequenos grupos de colonizadores. Neste contexto, ainda segundo este autor, até as primeiras décadas do século XX, a inserção da economia paranaense na economia nacional e internacional se dava fundamentalmente por meio da produção da erva mate e da madeira, particularmente do pinho. Neste sentido, Padis (2006), afirma que o Estado não tinha condições de comandar a ocupação de todo o território paranaense devido a sua economia precária que ainda dependia do extrativismo, no caso, da erva-mate:

Sendo, com efeito, eminentemente extrativa e itinerante, a economia do mate em quase nada contribuiu para a urbanização paranaense. Se é verdade que sua população cresceu enormemente nas oito décadas que vão de 1853 a 1930, é também certo que grande parte das cidades surgiu ou em razão do ouro ou do movimento das tropas de animais, como se viu. O mate dificilmente constituiu atividade centrípeta de migrações internas. (...) De fato, um sistema econômico de características eminentemente pré-capitalistas, de infra-estrutura física, técnica e financeira constrangedoramente acanhada, não suportava a inserção de enxertos capitalistas. (...) Assim é que pode-se perfeitamente concluir que, até o fim da terceira década deste século, o Paraná não passava de uma *economia periférica* no sistema econômico brasileiro, especialmente no de São Paulo (PADIS, 2006, p.125, grifo nosso).

A “precariedade” econômica do Estado até o início do século XX, e a consequente ausência quase absoluta de movimentos migratórios internos, desdobrar-se-iam em um frágil processo de ocupação de seu território. Rosaneli (2009), aponta que o problema fundamental para o Estado seria incentivar a colonização de suas terras e a cultura do café, porém, a falta de recursos seria fator impeditivo. Uma das soluções seria investir na vinda de imigrantes estrangeiros que ansiassem tornar-se proprietários de terras, a partir da implantação de diretrizes por parte do governo estadual, visando a criação de núcleos coloniais destinados aos mesmos. Apesar da iniciativa inicial deste projeto de distribuição de terras, estas medidas não surtiram efeito dado ao isolamento das terras do norte do Paraná naquele momento, além da dificuldade existente em romper o modelo da grande propriedade pela regularização da estrutura fundiária existente.

Enfim, diante do baixo dinamismo de sua economia, da precariedade das vias de comunicação e da impossibilidade de promover movimentos migratórios, a alternativa que se apresentava seria atrair companhias e capitais privados para o processo de ocupação e o governo paranaense passaria a considerar a possibilidade de colonização dirigida por terceiros, através de uma política de incentivos a empresas interessadas na colonização.

Assim, o governo convocaria decididamente a iniciativa privada para participar do processo de colonização a partir da Lei Estadual nº 1.642 de 5 de abril de 1916. A participação empresarial geraria uma expectativa de grandes lucros, e seria conveniente para ambas as partes: “para o Estado, sem experiência consolidada e sem recursos, tornava-se uma forma de povoar ‘sem gasto e com lucros’. Para os empreendedores, uma forma oficializada de obter terras, para especular e extrair recursos naturais” (ROSANELI, 2009, p.58).

Segundo Rosaneli (2009), a Lei nº 1.642/1916 estipulava duas formas de relação com as empresas de capital privado interessadas na zona de colonização: uma primeira, pela concessão de áreas de até 50 mil hectares para sua divisão em lotes de 5 a 50 hectares visando a livre comercialização entre colonos estrangeiros e nacionais, estipulando um prazo máximo de 8 anos para a execução dos planos, e uma segunda, pela retomada de uma prática do período imperial, onde o Estado pagaria em terras a edificação de obras públicas. No entanto, o grande interesse pelas terras forçou o governo a modificar a legislação cedendo à pressão dos pretendentes; em março de 1922, a Lei nº 2.125 passou a liberar concessões maiores que os 50 mil hectares iniciais e estipulou-se a possibilidade de venda direta.

cafeicultura e colonização sejam marcantes na transformação tanto na paisagem quanto na economia norte paranaense, a questão não se resume apenas ao processo de extensão da fronteira agrícola, mas se refere às transformações da conjuntura política e econômica do período que geram no norte do Paraná um novo centro de produção de café, promovido por capitais previamente acumulados em São Paulo, aplicados na constituição de um empreendimento de colonização privado planejado e de grande monta.

Como afirma Pierre Monbeig, o itinerário do café iniciou nas partes montanhosas do estado do Rio de Janeiro por volta do segundo quartel do século XIX, e seu cultivo se estendeu pelo território do Vale do Paraíba. Na segunda metade do século expandiu-se pelo interior das terras paulistas, alcançando os planaltos ocidentais por volta de 1870 e 1880. Assim, segundo este autor, foi somente a partir destas décadas que os planaltos e florestas do interior de São Paulo e do norte do Paraná que ainda constituíam um vasto sertão tiveram sua ocupação aceleradas proporcionadas por transformações técnicas, sociais e econômicas (MONBEIG, 1984).

A produção cafeeira no Paraná se tornaria mais relevante somente a partir do fim do século XIX. Entretanto, ao fim da década de 1920, o aumento da produtividade e superprodução causada pelo grande número de novas plantações, a dificuldade de manutenção das políticas de defesa dos preços e os efeitos da quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 na demanda pelo café brasileiro trariam consequências negativas à cafeicultura brasileira, às quais pode-se acrescentar as dificuldades impostas pela deflagração da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). É este o quadro em que se dá, dois anos após a compra das terras pela CNTP, a Revolução de 1930, momento a partir do qual o governo federal, ao mesmo tempo em que implanta instrumentos de proteção do café, efetua iniciativas de incentivo à industrialização. Assim, a proibição, em 1932, do plantio de café, com exceção do Paraná e outros estados com menos de 50 milhões de cafeeiros (ROSANELI, 2009; GREMAUD, 2011), revela-se determinante para a abertura da fronteira agrícola paranaense:

(...) a liberdade de plantar no Paraná lhes deixava a porta aberta e eles aproveitaram. Na realidade, a legislação abria a eles solos incomparavelmente superiores aos das zonas novas do seu estado. Assim, o movimento iniciado na terra roxa do Paraná entre 1920 e 1925, com a proibição que pesava sobre São Paulo, ganhou maior velocidade (MONBEIG, 1984, p.260).

A economia brasileira no início do século XX consistia em um modelo agroexportador, onde a renda nacional derivava quase que exclusivamente das exportações de algumas poucas *commodities* agrícolas, e notavelmente da produção de café. O setor cafeeiro era caracterizado por uma grande capacidade de oferta, proveniente principalmente da região

sudeste, e que havia crescido de forma demasiada, acompanhando as altas no preço da mercadoria. Em 1930, a produção nacional era enorme e a economia mundial entrou numa das maiores crises da sua história. A depressão no mercado internacional do café se fez sentir e os preços vieram abaixo obrigando o governo a intervir fortemente. A década de 1930 representou, portanto, um esgotamento do modelo agroexportador que predominava no Brasil desde o período de sua colonização, e foi um momento de ruptura no desenvolvimento econômico brasileiro. Fazia-se necessária a transição em direção a uma economia industrializada, capaz de superar a condição de subdesenvolvimento em que o país se encontrava. A partir de então se iniciou a elaboração de políticas econômicas deliberadas, por parte do governo federal, que visavam o desenvolvimento econômico nacional. Ainda que o início da industrialização brasileira tenha acontecido desde o final do século XIX, neste momento passou a ser meta prioritária da política econômica (GREMAUD, 2011).

No norte do Paraná, como foi visto, tais fatores conjunturais materializam-se na forma de uma expansão da cultura do café, através da implementação de um empreendimento colonizador, ferroviário e urbanizador promovido pelo grande capital paulista. Apesar de a cultura cafeeira ter se tornado o alicerce econômico da estrutura social regional, autores como Cancian (1981) e Gonçalves (1999) afirmam que a área jamais se tornou uma monocultura, abrigando vários outros cultivos. Ainda assim, até finais da década de 1960, o café seria presença dominante e as terras mais férteis seriam destinadas ao seu cultivo, fazendo com que todas as demais atividades agrícolas e boa parte da economia urbana ficassem na dependência de seus ciclos internos e de suas possibilidades de crescimento extensivo. Com efeito, o período mais dinâmico da cafeicultura paranaense se deu durante as décadas de 1950 e 1960, quando a produção paranaense ultrapassou a produção do estado de São Paulo (PADIS, 2006), momento em que o produto industrial paulista igualava o produto do setor primário deste estado.

Apesar da recorrência das leituras que relacionam mecanicamente a expansão da cultura do café e a urbanização do norte do Paraná, tais aspectos conjunturais não são totalmente ignorados pela historiografia. Ainda que presentes em alguns trabalhos deve-se verificar o sentido que tais aspectos neles adquirem. No caso de Padis, é notável a colocação da relação entre as economias paulista e paranaense em termos de “negligência” ou “alienação das possibilidades de industrialização” paranaenses, no sentido de reafirmação do caráter “periférico” da economia paranaense, como consequência da aposta na cafeicultura como principal atividade econômica, enquanto o Brasil passava por uma

transformação profunda ao incentivar a diversificação em outras culturas agrícolas e na indústria:

A exata compreensão desse fato e das consequências dele advindas nos leva à percepção de que, ao mesmo tempo que o norte do Paraná começava a caracterizar-se como a grande região cafeeira do País, tornou-se indelével o caráter de economia periférica que o Estado sempre teve. É indiscutível que a atividade cafeeira ali desenvolvida trouxe enormes benefícios para a região e para o Estado. Mas não é menos verdade que ao mesmo tempo em que isso ocorria, o Paraná alienava, por um bom período de tempo, as suas possibilidades de industrialização (PADIS, 2006, p.185).

Assim, a conjuntura particular da cafeicultura paranaense deve ser observada a partir do quadro mais amplo em que se inseria. Um grande fator impulsionador seria, de fato, a disponibilidade das terras para o plantio de café, contudo, como adverte Tomazi (1997, p.165-167), o processo de ocupação do norte do estado do Paraná e a expansão da cafeicultura não podem ser entendidos como um simples prolongamento da expansão cafeeira do estado de São Paulo, mas sim como um processo concomitante. O autor defende que a (re)ocupação deste território teria se dado por uma diversidade de formas e caminhos. Em suas palavras: “a expansão da cafeicultura e a (re)ocupação de áreas para a exploração agropecuária se dá de modo concomitante na região em estudo e nas regiões consideradas vazias para o capital em São Paulo”.

Além de ainda haverem terras paulistas disponíveis para o café, houve uma grande procura de terras para sustentar a demanda de alimentos, além do que muitos fazendeiros procuravam as terras norte paranaenses para dividi-las em glebas e obterem maiores retornos financeiros, assim como já praticavam no estado de São Paulo. Enfim, ao invés do café enquanto maior responsável pela transformação econômica do estado do Paraná, e simultaneamente criador de limitações e obstáculos para a diversificação de suas atividades, econômicas, conforme se percebe em Padis (2006), tem-se um panorama mais complexo, em que se imbricam fatores conjunturais, os processos de acumulação e formação do grande capital industrial e financeiro paulista, o papel auto-conferido pelo poder político e pelos agentes econômicos paranaenses, entre outros, como se percebe nas afirmações de Tomazi (1997) sobre a mística e a propaganda formadas em torno do café, identificado à modernização:

Ao governo paranaense interessava esta fala porque, por um lado, podia afirmar que o “norte” estava sendo invadido pelos paulistas e, portanto, eram necessárias medidas para frear isso, e por outro lado, o discurso da cafeicultura propiciava uma crescente procura de terras da região o que convinha, economicamente, pois significava aumento da receita. Aos setores dominantes paulistas, significava que eles é que estavam modernizando a região e economicamente significava uma produção cafeeira fora do seu território, mas que beneficiava o estado diretamente,

tanto pelo transporte, como pela comercialização, não só deste produto como de outros tanto nela produzidos (TOMAZI, 1997, p.166).

Com efeito, se historicamente o Paraná foi notado pelos vínculos de dependência e periferia que registraria com São Paulo, a região norte se vincularia muito mais a este estado do que às demais regiões do Paraná, tanto em termos econômicos – sendo considerada uma região de economia paulista – quanto em termos culturais. De toda sorte, “À época em que o Paraná expandia sua produção de café, este último [São Paulo] desenvolvia o seu setor industrial. Era este, e não mais o café, o centro dinâmico de nossa economia” (PADIS, 2006, p.279) e a economia paulista, ao desenvolver seu processo de industrialização, estabeleceria vínculos estreitos com os demais estados e regiões, dinamizando-o. Vinculada à dinâmica paulista, estaria também a rede urbana norte paranaense, não por uma difusa e indeterminada “influência” que a metrópole paulistana supostamente exerceria, mas pelas transações diretas, pela venda da produção agrícola, matérias primas e outros produtos, pelo consumo dos produtos industrializados lá produzidos e pelo prolongamento de seu sistema financeiro (PADIS, 2006; FRESCA, 2004). Colonizando novas áreas, a fronteira do café estimularia a criação de um conjunto de cidades no norte do Paraná, que teve nesta dinâmica econômica um grande estímulo. A ocupação do “vazio” territorial que se encontrava distante e pouco se relacionava com o Sul, configurar-se-ia pelo movimento intenso, de fluxos mais diversos, com a metrópole paulistana e o estado de São Paulo, não em termos da dualidade centro-periferia, mas da forma específica de inserção do Paraná e da sua região setentrional na dinâmica econômica e mesmo internacional.

1.2. As vias de comunicação: a expansão das redes de integração no desenvolvimento dos assentamentos urbanos

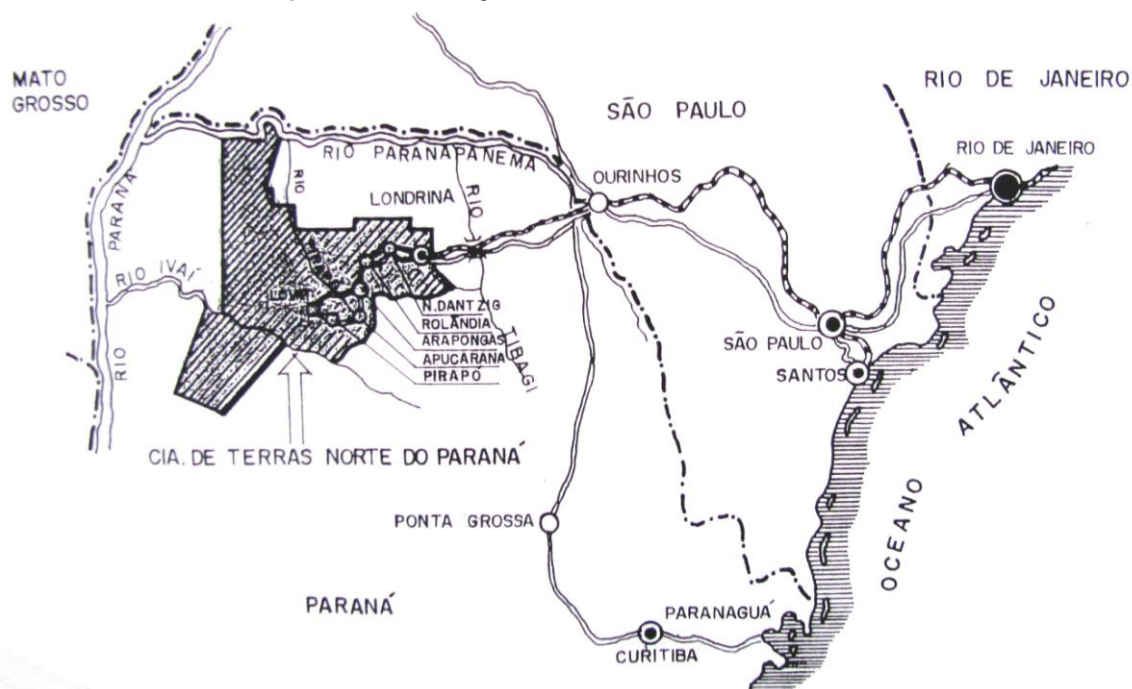
A estruturação da rede de cidades do empreendimento colonizador no norte do Paraná é comumente qualificada pela atividade agrícola exportadora cafeeira e o binômio café-ferrovia teria atuado como as linhas mestras de organização do território produtivo, sendo recorrentemente apontados como caracterizadores da dinâmica econômica e da configuração espacial implantada, ainda que o rodoviarismo estivesse em ascensão como novo modelo de integração do território nacional. Porém, como vimos, essa dinâmica suplanta tais aspectos sinalizando para os processos de acumulação de capital apontados. Por outro lado, Monbeig (1945) já destacava a estreita relação entre as aglomerações urbanas e as vias de comunicação, enfatizando a atuação de ferrovias e estradas como “agentes de povoamento”, e ponderava sobre o raio de ação no que se refere à distância

entre estações e o papel da ferrovia, afirmando que os colonizadores “não utilizaram senão o que uma experiência secular ensinou aos paulistas” (MONBEIG, 1945, p.17).

De fato, as vias de comunicação seriam vitais para assentamentos em áreas de colonização, uma vez que o transporte de mão-de-obra e das mercadorias seria fundamental para a viabilidade e sobrevivência do núcleo colonizador. Desta maneira, antes de adquirir a Estrada de Ferro São Paulo-Paraná em 1928, a *Paraná Plantations* havia tentado uma negociação para a compra da Estrada de Ferro Sorocabana, a fim de fazer conexão ferroviária das suas terras pelo norte (REGO, 2009). Segundo Monbeig (1945), a colonizadora britânica teria um projeto inicial de estabelecimento de um ramal da Sorocabana que, partindo de Presidente Prudente alcançaria a cidade de Londrina. Porém, como afirma Nelson Tomazi (1989), a opção feita pela CTNP, depois de analisar uma série de alternativas, foi a de comprar a Cia. Ferroviária São Paulo-Paraná dos antigos concessionários, que não dispunham mais de capital para a sua expansão (Figura 3):

(...) os estudos que a CTNP efetuou demonstraram que a ligação da região adquirida a São Paulo seria muito mais vantajosa se fosse feita por Ourinhos. O que mais pesou na tomada desta decisão foi a existência de uma ferrovia, a São Paulo-Paraná, que já tinha avançado 28 km no Paraná mas que estava parada em Cambará porque seus investidores e proprietários não tinham mais recursos para desenvolvê-la. Além disso, outro fator que influenciou nesta decisão foi a existência de grandes fazendas, sítios, vilas e cidades neste trajeto, o que significava ter de imediato a possibilidade de transportar um volume significativo de mercadorias e pessoas nos dois sentidos São Paulo-Paraná e Paraná - São Paulo (TOMAZI, 1989, p. 106).

Figura 3 – Localização das terras da CTNP e ferrovias.



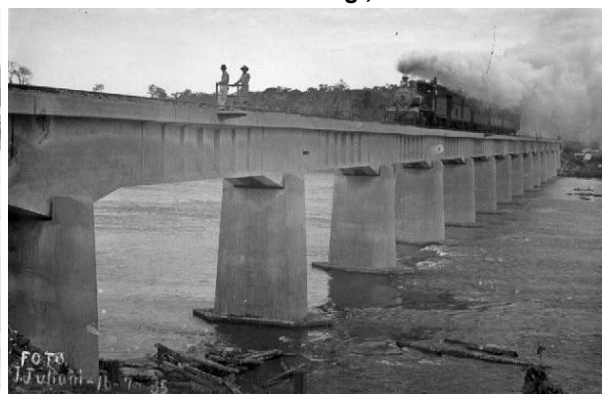
Fonte: Tomazi, 1989

A ferrovia ligava Ourinhos às terras da Companhia que tinha seu campo de atuação na área situada entre os rios Tibagi e Ivaí. Fato é que para o sucesso da obra colonizadora seria necessário a travessia do rio Tibagi, pois as terras da Companhia encontravam-se em sua margem esquerda. Em 1932, os trilhos chegaram a Jataizinho, e dois anos foram gastos para construir a ponte sobre o Tibagi, enquanto na outra margem os trilhos eram lançados ligando este ponto ao local onde seria implantada a cidade de Londrina (TOMAZI, 1989; PADIS, 2006) (Figuras 4 e 5).

Figuras 4 e 5 – Obra sobre o rio Tibagi, 1932. Ponte ferroviária sobre o rio Tibagi, década de 1930.



Fonte: Londrina Histórica



Fonte: Londrina Histórica

Ainda que, o esquema geral de colonização da CTNP teria se dado, como comumente apontado, quase que exclusivamente pelo espigão, os discursos recorrentes negligenciam o fato significativo de que precisou cruzar o rio Tibagi, e antes já havia precisado cruzar o rio Paranapanema, e se concentram apenas na descrição de que esta ocupação se fazia seguindo uma estrutura muito específica:

O eixo de toda a colonização, a espinha dorsal da penetração das vias de circulação, é o espigão divisor de águas entre as bacias do Ivaí e do Paranapanema, com seu topo largo e plano. Nele foram traçados os leitos da ferrovia e da estrada principal, nele foram reservadas áreas para os principais núcleos urbanos da região. Dele saíram as estradas secundárias que, acompanhando os contrafortes, iriam depois se desdobrar nos caminhos vicinais, bem como receber os núcleos urbanos menores. Por uma hierarquia de estradas e de centros urbanos, toda a área colonizada ficava engrenada no sistema de circulação, além de nenhuma propriedade ficar a mais de 15 km de uma vila ou cidade (MULLER, 1956, p.100).

Além de seu papel estruturante da ocupação territorial, a linha férrea seria um grande instrumento de arrecadação por parte da Companhia. Cientes do papel dos trilhos na manutenção do projeto colonizador havia um estreito entendimento entre as empresas loteadora e ferroviária como destaca Monbeig (1984):

A Companhia de Terras do Norte do Paraná continua a aplicar a mesma tática: não abre oficialmente seus loteamentos aos compradores e não intensifica sua propaganda senão quando há a certeza de que eles serão atingidos logo depois pelos trilhos. É perfeita a coordenação entre a colonização e a estrada de ferro, que a segue de perto (MONBEIG, 1984, p.230).

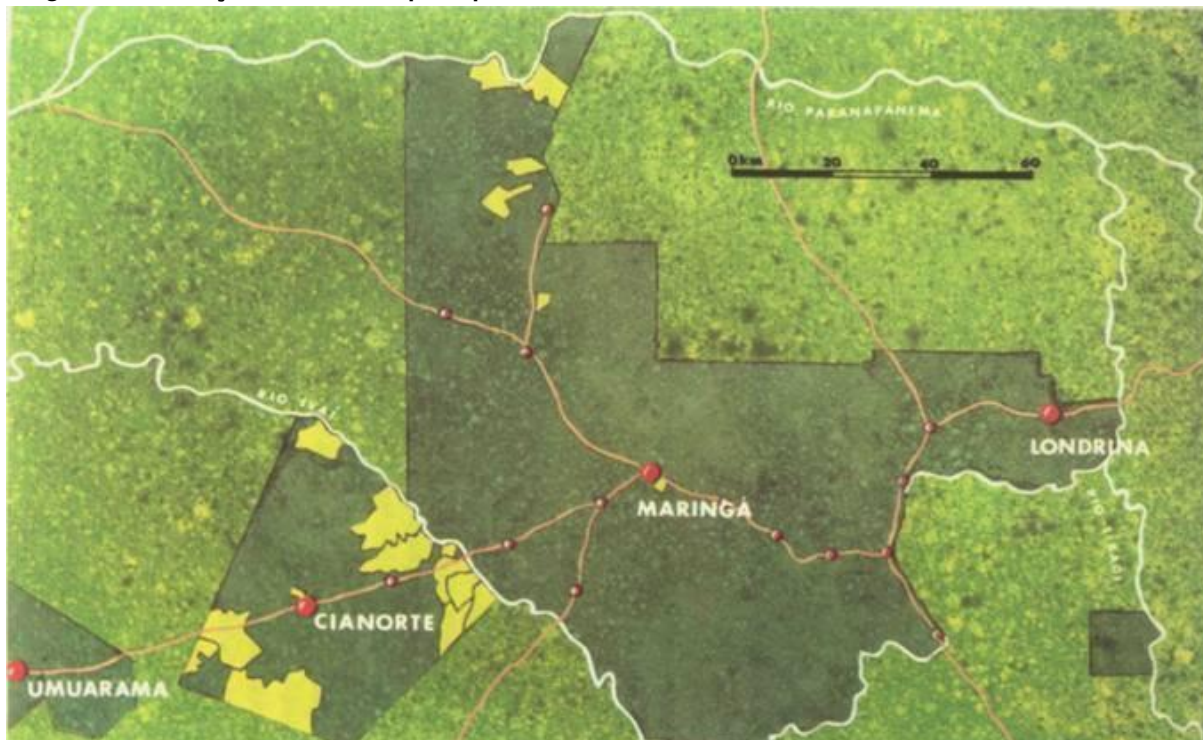
A construção da ferrovia teria atraído muitos investidores, oportunizando muitos lucros com a valorização das terras e a exportação de grãos, e representaria – de acordo com a propaganda da Companhia – a ligação com o progresso, integração social e econômica da região e com o resto do país, em especial com São Paulo. Tomazi (1997), afirma ainda que os negócios da CTNP não visavam apenas os interesses nesta região, mas se inseriam na política britânica de expansão de seus negócios na América do Sul, e um dos principais interesses estariam muito além de suas glebas, com o prolongamento da construção da ferrovia até o Paraguai.

Vários fatores concorrem para a venda da companhia inglesa para um grupo de investidores paulistas: Beloto (2004) afirma que se daria pela necessidade britânica de arrecadar recursos para os esforços bélicos destinados ao conflito mundial, e levou o Estado inglês a promover o retorno compulsório dos capitais empregados no exterior; Mombeig (1984: 239-40) já apontava que, com as mudanças políticas ocorridas no Brasil a partir de 1937 e a apropriação das estradas de ferro por parte do governo federal, os britânicos passaram a ter dificuldades crescentes para receber os lucros dos investimentos feitos no Brasil, além do que a remessa de lucros passou a ser controlada e os impostos sobre os ganhos estrangeiros tornaram-se proibitivos. O fim da participação britânica na colonização do Norte do Paraná se deu em 1944 quando os acionistas britânicos passaram o controle acionário da CTNP a um grupo de paulistas, tendo em 1951 sua razão social alterada para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

A atuação deste novo grupo no comando da Companhia não abandonou as diretrizes de ocupação e acesso a novas áreas, porém, imprimiu mudanças no empreendimento. Além do eixo ferroviário, a paisagem da região seria modificada com a implantação dos núcleos urbanos de colonização assentados ao longo de um eixo rodoviário. Neste eixo, se desdobraram ramificações e nos cruzamentos localizaram-se as cidades (CORDOVIL, 2010; MONBEIG, 1984). A nova direção estabeleceu ainda uma hierarquização entre cidades, onde os núcleos urbanos de maior importância seriam demarcados a uma distância entre si de 100 km; entre estes núcleos eleitos como polos regionais – Londrina,

Maringá, Cianorte e Umuarama⁹ – estariam os menores distanciados de 10 a 15 quilômetros um do outro (CMNP, 1975) (Figura 6).

Figura 6 – Fundação dos núcleos principais da área de concessão da CTNP/CMNP no norte do Paraná.



Fonte: CMNP, 1975

Dessa maneira, possibilitando o escoamento da produção e garantindo a viabilidade do empreendimento colonizador, como destaca Monbeig, a ocupação deste território inicialmente aconteceu de forma linear seguindo a linha férrea, e em um segundo momento tal ocupação se modificou para uma configuração em rede.

A ascensão do rodoviarismo mostra-se reveladora neste caso. É importante observar nesta fase de ocupação do território norte paranaense, a importância da rede rodoviária, implantada pela Companhia Melhoramentos. No norte do Paraná, a rede de estradas seria fundamental para facilitar a circulação de pessoas e mercadorias na zona pioneira e entre ela e as proximidades. Odilon de Matos, citado por Rosaneli (2009, p.66), comenta que se em São Paulo a ferrovia fora uma “criadora de paisagens” e tornou-se essencial para a fixação do povoamento e o desenvolvimento das regiões, no norte do Paraná, o automóvel seria o responsável pelo desenho da rede viária da frente pioneira. Nesse panorama, as

⁹ Londrina (1930), Cambé (1932), Rolândia (1932), Arapongas (1935), Mandaguari (1937) e Apucarana (1937) pertencem à fase inglesa do empreendimento (CTNP); Maringá (1947), Cianorte (1953), Umuarama (1955), Jandaia do Sul (1951), Sarandi (1948), Marialva (1951), Jussara (1955) e Paiçandu (1960) foram fundados na fase nacional do empreendimento (CMNP) (REGO e MENEGUETTI, 2008).

estradas de rodagem se configurariam como elementos de destaque na área de fronteira devido à tardia implantação da linha ferroviária.

Em âmbito nacional, desde a década de 1930, assim como as décadas subsequentes, a industrialização brasileira passava a ser meta prioritária da política econômica. No que diz respeito aos transportes, destaca-se a alteração de prioridades que até no governo Vargas se centrava no setor ferroviário e que Juscelino Kubitschek passou para o rodoviário, em concordância com o objetivo de introduzir o setor automobilístico no país – o que geraria uma série de investimentos estatais em infraestrutura destinada a este setor (GREMAUD, 2011).

Assim, com a ferrovia estatizada e políticas federais incentivando a indústria automobilística, nota-se uma transformação na paisagem regional, que inicialmente tinha suas cidades implantadas pelas CTNP marcadas pelo acompanhamento da linha férrea. Neste momento, a paisagem regional se caracterizou por formas urbanas hierarquizadas conectadas pelas rodovias e estradas e associadas em rede.

Deste modo, o desenvolvimento da infraestrutura de transportes, além de fator importante na construção da paisagem, seria também elemento fundamental para desvendar as dinâmicas de estruturação do território. Apesar de a porção norte do estado estar fortemente ligada sócio e espacialmente ao estado de São Paulo, e especialmente a sua economia, estando esta zona separada fisicamente das outras regiões do Paraná, e a expansão das rodovias na década de 1950 conectar a malha viária com o estado de São Paulo ao invés de promover ligação com o restante do estado, apenas em 1960 é feita a ligação rodoviária entre a região norte e Curitiba e o porto de Paranaguá, o que permitiria que os laços econômicos e políticos entre estas regiões se estreitassem (NICHOLLS, 1971).

Ao longo de toda a história do desenvolvimento dos transportes da região, inicialmente das ferrovias e depois das rodovias asfaltadas, coube ao estado de São Paulo e não ao Velho Paraná a liderança da penetração econômica do norte do Paraná, que ficou intimamente ligada ao porto de Santos, à maior concentração de serviços financeiros e de comercialização no estado vizinho e aos mais importantes mercados interiores do país para alimentos e culturas industriais produzidas na região (NICHOLLS, 1971, p.37).

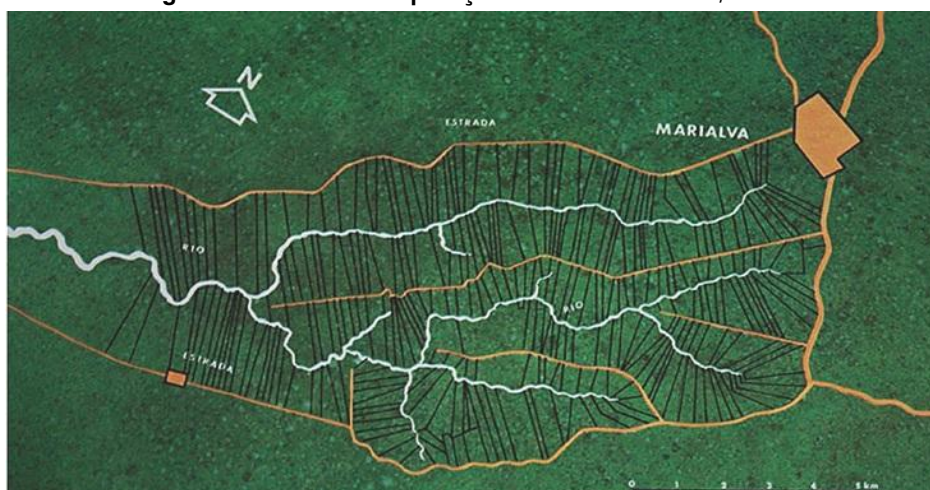
Vale salientar que focalizando a questão territorial, o Governo do Estado do Paraná promoveu a elaboração do I Plano de Desenvolvimento do Estado (1963), realizado pela SAGMACS – Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais – com a colaboração da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Paraná (CODEPAR) e do Plano de Desenvolvimento do Estado do Paraná (PLADEP), a fim de auxiliar na elaboração de um plano estratégico para o período de 1964 a 1970, que incluía

diretrizes para o desenvolvimento econômico, reformulações das estruturas administrativas e estratégias territoriais (MANSUR, 2008; MUNIZ FILHO, 1996). Com a apresentação de uma divisão territorial de regionalização, o Plano determinou vários polos regionais que seriam o foco de investimento da CODEPAR para o desenvolvimento do Estado que, além da sede, Curitiba, incluía as cidades de Ponta Grossa, União da Vitória, Guarapuava, Jacarezinho, Londrina, Maringá e Campo Mourão. Tal divisão objetivou maior integração política e econômica do Estado, com o intuito de facilitar “os processos de intercâmbio econômico e social e coordenação administrativa por parte dos órgãos de planejamento” (MUNIZ FILHO, 1996, p.152). O Plano, no entanto, nunca foi devidamente implementado, pelo fato de algumas propostas previstas contrariarem os interesses do Governo Federal, que havia se instalado no poder após o golpe militar de 1964 (IZEPÃO e TARTAGLIA FILHO, 2009).

1.3. A estruturação agrária e urbana do território: as propriedades rurais e a rede urbana

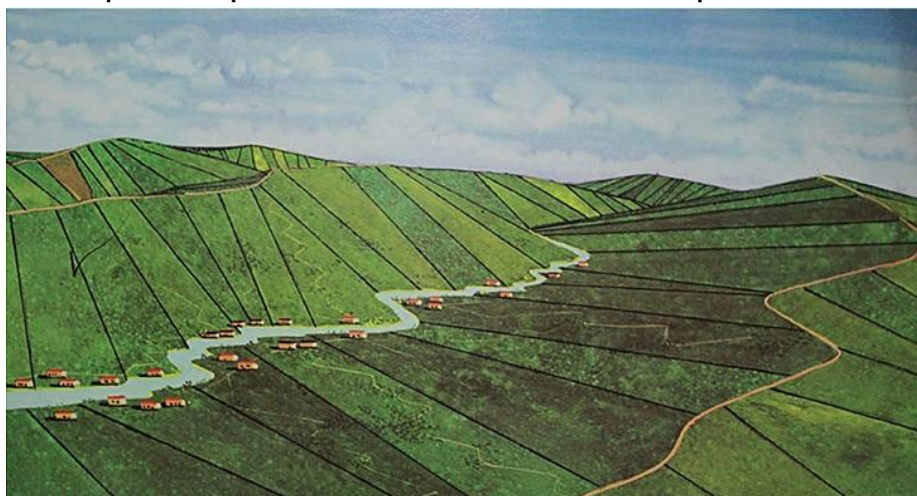
Muller (1956), aponta que seguindo critérios rigorosos de localização, o loteamento de terras, a comercialização de pequenas e médias propriedades, a construção de estradas e ferrovias e a fundação de núcleos urbanos foram executados conforme o padrão específico de planejamento efetuado da Companhia. O esquema geral de parcelamento de terras na área rural se deu pela divisão em pequenos lotes de até vinte alqueires – perpendiculares a rios e espigões – com frente para a estrada de rodagem e fundos para um ribeirão, o que garantia água corrente (Figuras 7 e 8). O proprietário desenvolveria na parte alta – propícia a cultura cafeeira – a plantação de café, enquanto a parte baixa do lote seria destinada a culturas de subsistência e ocupação familiar (CMNP, 1975).

Figura 7 – Modelo de repartição de terras da CTNP/CMNP.



Fonte: CMNP, 1975

Figura 8 – Perspectiva do parcelamento de terras executado no empreendimento colonizador.



Fonte: CMNP, 1975

Tomazi (1999) afirma que outras empresas antes da CTNP já haviam feito este modelo de loteamento, dentro e fora do estado, e acrescenta que a ideia inicial seria a de vender as terras para fazendeiros e não em pequenas propriedades. Com base no depoimento de Oswald Nixford (TOMAZI, 1999, p.79), a política inicial seria a de venda de grandes áreas para fazendeiros, mas os lotes pequenos criariam povoados com pequenos negócios o que seria mais lucrativo, além de favorecer para a ferrovia – que naquele caso só faria o escoamento de cargas – também o transporte de passageiros.

A esse respeito, em termos práticos e econômicos, Monbeig (1945) sugere que não era somente a necessidade de acesso à água que daria origem a esta disposição de parcelamento de lotes, mas, sobretudo, esta configuração “teve por fim dar maior valor a cada um deles pelo fato de ter saída sobre a estrada”, pois, segundo o autor, “a estrada de rodagem, pois, mais do que a água, decide da constituição da estrutura agrária” (MONBEIG, 1945, p.16). Tratava-se, de uma condição técnica inseparável das condições de povoamento e de economia, no qual a partilha de terra em pequenas glebas de valor igual seria “a menos imperfeita das soluções”, e configurariam um elemento essencial da paisagem geográfica.

Ainda que decorrente de critérios internos ao empreendimento, em seu discurso a Companhia externava conteúdos diversos, salientando, por exemplo, a importância destes pequenos proprietários, que ao vender suas pequenas safras, participariam do comércio dos patrimônios, ao invés da comercialização nos grandes centros, contribuindo assim para “(...) uma distribuição de interesses e uma circulação local de dinheiro que constituíram um salutar fator de progresso local e regional” (CMNP, 1975, p.72). Comumente a Companhia também destacava seu papel nas questões tanto econômicas

quanto sociais nesta região de ocupação recente, e destacava como uma das principais consequências de sua obra realizada, a oportunidade de oferecer aos trabalhadores sem posse a chance de adquirir pequenos lotes agrícolas, “cujas dimensões e modalidade de pagamento eram sempre amoldadas ao desejo dos compradores” (CMNP, 1975, p.114). Em geral, esses lotes seriam vendidos a prazo, mediante o pagamento de 30% do seu valor como entrada e o restante em quatro anos, contando juros de 8% ao ano.

Na visão de Gonçalves (1999), não se pode afirmar que o loteamento das terras em pequenas e médias propriedades tenha ocorrido por conta de uma preocupação assistencialista que possibilitasse a aquisição de terras por aqueles que não possuíam muitos recursos, ainda que esta questão estivesse em pauta no plano nacional:

Nos anos 30, deu-se numa época em que diferentes propostas de mudanças no mundo agrário digladiavam-se na cena política brasileira e internacional (...) a preocupação com soluções não latifundiárias (ou não concentradoras da propriedade) para as constantes crises de abastecimento e para a ausência de efetiva diversificação da pauta de exportações agrícolas estava na ordem do dia (GONÇALVES, 1999, p.101).

Apesar disso, a CTNP/CMNP, em seu discurso em torno do interesse público toca às vezes diretamente na questão agrária. Na publicação comemorativa de seu cinquentenário, a CMNP enaltece ainda sua realização como instrumento social, destacando que “a democracia autêntica floresceu no Norte do Paraná, onde a iniciativa privada realizou uma verdadeira, justa e pacífica reforma agrária” (CMNP, 1975, p.133). O jornal *O Estado de São Paulo*, em 14 de Novembro de 1961, em um extenso editorial que tem como tema o problema de distribuição de terras, destaca o “exemplo de reforma agrária” oferecido pela CMNP, realizando uma síntese dos trabalhos da Companhia – com nítida intenção de utilizar-se deste exemplo para bloquear o debate e as iniciativas reais de reforma agrária:

Evidentemente, as terras do Norte do Paraná são de excepcional qualidade e a cultura do café proporciona renda apreciável. Mas se por um lado essas peculiaridades regionais favoreceram o êxito da iniciativa do sertão do Estado vizinho, por outro devemos reconhecer que a Companhia Melhoramentos não contou com o favoritismo dos cofres governamentais para realizar a sua magnífica obra de desbravamento. Enquanto órgãos permaneceram mergulhados no marasmo das manobras políticas e das barganhas de gabinete, essa empresa ultrapassou o Paranapanema e fixou nas terras conquistadas à floresta um grupamento humano que hoje ultrapassa um milhão de indivíduos. Esse é um exemplo que desejamos apontar aos que levemente tratam hoje em dia do problema de repartição de terras. Interfira o governo, de maneira precipitada, na questão agrária do País, e teremos definitivamente eliminadas do quadro econômico-social brasileiro as possibilidades para que se multipliquem entre nós obras de tanta significação quanto essa da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP, 1975, p.133).

Ainda em relação à ocupação do território, diversos são os autores (ANDRADE, 2000; ANDRADE e STEINKE, 2002; ANDRADE e CORDOVIL, 2008; BONFATO, 2003; REGO,

2009; ROSANELI, 2009; CASSAGO, 2002) que já se debruçaram sobre a questão dos “modelos urbanísticos”, em especial os britânicos, enquanto referências para o urbanismo praticado na capital paulista e implantado no norte do Paraná. Além da suposta influência *howardiana* e sua formulação do conceito de cidade-jardim, o plano de ocupação da CTNP apresentaria, segundo alguns destes, estreita afinidade com *town and country planning* inglês.

O que se percebe hoje, ao observar a região, é uma verdadeira constelação de cidades. Pode-se dizer que as cidades do norte do Paraná, colocadas a uma distância uma da outra que obedecia uma hierarquia entre elas, também denota uma concepção de *town and country* em sua configuração territorial. Neste aspecto podem ser considerados uma experiência pioneira de planejamento urbano e regional, ainda que de iniciativa privada, em nosso país (ANDRADE e STEINKE, 2002, p.7).

Sobre tais concepções, Andrade (2000) afirma ainda que:

As concepções do “*town and country planning*” inglês na configuração territorial da rede de cidades da CTNP, por esta ter adquirido uma forma linearizada em função da ferrovia – ao menos em uma primeira etapa da ocupação regional – de um certo modo se fundiram com as propostas de cidades lineares que eram difundidas desde o fim do século XIX por Soria y Mata e que tinham adquirido forte ressonância nas propostas soviéticas de fins dos anos 1920, com Miliutin e outros (ANDRADE, 2000, p.9).

O primeiro grande empreendimento urbano da Companhia Melhoramentos – de comando paulista – a cidade de Maringá, apresentaria uma ruptura no processo de ocupação da região. Rego (2009) levanta a hipótese de que a Companhia Melhoramentos teria reconhecido as afinidades do plano antecessor com o *town and country planning*, e teria intensificado estes vínculos ao inserir “uma espécie de nova projeção dos colorários recentes da *garden city* sobre o ‘esquema’ já plantado pelos britânicos no Paraná” (REGO, 2009, p.182); sugerindo desta maneira, que o município de Maringá, fundado como núcleo regional de grande importância “rodeado de cidades subsidiárias, e ainda como parte do conjunto das cidades fundadas no norte do Paraná pelos britânicos, teria refeito o esquema britânico das cidades satélites, originalmente inspirado nas ideias de Howard” (REGO, 2009, p.185).

Trabalhos recentes descartam certos aspectos desta abordagem. Autores como Rosaneli (2009) e Szmrecsányi (2000) indicam que a proximidade com a teoria de Ebenezer Howard não se sustentaria pelo fato que tanto aspectos sociais como os urbanísticos, que substanciavam a proposta original, não estariam presentes nas concepções locais. Nesta direção é interessante apresentar o questionamento feito por Maria Irene Szmecsanyi ao modelo de cidade jardim no norte do Paraná, no qual contradiz tais análises recorrentes:

A presença local de traços das cidades-jardins constitui, quando muito, uma ideia fora do lugar (Schwarz). Ao sair de seu contexto ela se inverte. A proposta de Howard é esvaziar-se a metrópole e dar melhores condições de vida aos trabalhadores; a essência do desenho urbano de Unwin, Parker ou Soissons é respeito e integração à natureza, combinados ao resguardo da privacidade e promoção de espaços comunitários. Aqui se modificaram os termos da proposta: o desenho serve para propaganda, para demonstração, para chamariz; a natureza deve ser destruída e disciplinada; não há metrópole a ser esvaziada, mas o vazio a ser preenchido; não são os pobres que se mobilizam, eles são mobilizados pelo capital; a ascensão não é coletiva, é individual; o planejamento regional não brota das necessidades criadas pelo adensamento liberal, mas o adensamento é o objetivo do plano para região. O alvo não é o homem, é a renovação do capital pelo lucro (SZMRECSANYI, 2000, p.259).

Rosaneli (2009), questiona tais estudos e aponta que as principais fragilidades estariam em seu estrito recorte, alguns dos quais desconsideram a complexidade histórica do movimento ocorrido da fronteira do café no Brasil em suas múltiplas implicações internas, e principalmente, enfatiza que a linha férrea cobria mínima parte das propriedades dessa companhia imobiliária:

A necessidade de uma regularidade na distância para o assentamento dos núcleos urbanos nesse eixo tampouco era novidade na fronteira do café, já que ultrapassando os limites setentrionais do Estado vastíssima experiência se apresentava. Assim, o “mito” de uma rede urbana hierarquizada e planejada que acompanharia pressupostos conceituais importados não perduraria à investigação atenta e não explicaria, portanto, o universo urbano em formação no norte do Paraná (ROSANELI, 2009, p.119).

Apesar da prática utilizada no empreendimento da empresa inglesa ser ilustrativa pela sua dimensão, a experiência colonizadora não seria incomum. A prática de intervalos regulares em processos de fundação de núcleos urbanos já era um fenômeno conhecido: “esta constância é pensada, é o resultado de um plano maduramente concebido” (MONBEIG, 1945, p.17). Portanto, a experiência inglesa não demonstraria ineditismo no norte do Paraná, como afirma o geógrafo francês ao descrever a região: “(...) Não há que admirar na colonização do Norte do Paraná uma concepção nova dos colonizadores. E por isso mesmo, não se deve ficar surpreendido de achar de novo em Londrina o que se pode observar em outros pontos da faixa pioneira paulista” (MONBEIG, 1945, p.17).

Tal perspectiva, não desconsidera a forma planejada pela qual esta Companhia realizou seu empreendimento, mas que de fato evidenciaria uma preocupação muito mais de ordem prática e econômica do que vinculada a qualquer critério teórico-urbanístico. Em somatória, como já assinalamos anteriormente ao apontar as dinâmicas territoriais e econômicas desta região com São Paulo, Rosaneli (2009) destaca que a partir dos anos 1940 vários foram os agentes que contribuíram e atuaram para a estruturação do território, e limitar-se à ação da CTNP/CMNP seria insistir num aspecto redutor da história, ou seja, reduzir as contradições que caracterizam o processo de ocupação desta região.

Certamente, a Companhia teria um papel de destaque nessa ocupação, não pelas concepções urbanísticas em si, mas exatamente pela forma planejada de sua atuação neste projeto de ocupação racional do território, cuja intenção primeira seria, como em qualquer empreendimento capitalista, a busca do máximo retorno econômico. Neste sentido, Monbeig destaca que “o que caracteriza a colonização do norte do Paraná e a torna interessante: é uma colonização ‘planificada’ para usar-se um termo em voga” (MONBEIG, 1945, p.17). É importante lembrar, como destaca Gonçalves (1999) que a ideia de “planificação” (ou “planejamento”) tornar-se-ia recorrente no vocabulário político-econômico à época da colonização do Norte do Paraná, tanto nacional como internacionalmente. Não por acaso, no intuito de transformar o território, a empresa colonizadora manteve o caráter planificado de todas suas operações, desde sua publicidade sistemática – divulgando a ideia de que sua obra seria mais ampla e abrangente do que realmente foi – até a rigorosa delimitação das formas dos assentamentos urbanos e agrícolas, além de delimitar a rede viária para garantir o escoamento das safras e integração entre os núcleos urbanos e rurais. Portanto, é evidente que a planificação era vista como uma ação sensata no que se refere às políticas de colonização (Figuras 9 e 10).

Figuras 9 e 10 – Anúncios de publicidade da Companhia de Terras Norte do Paraná (1946) e da Companhia Melhoramentos (1958).

Cia. de Terras Norte do Paraná

SÃO PAULO
Rua São Bento, 329 – 8.º andar
Esd. Telap.: «CIAMBEI» – Caixa Postal, 2771
Telefones: Yndia, 2-4141 ; Botoca, 2-1425

LONDRINA
ESTADO DO PARANÁ
Escritórios em ARAPONGAS,
MANDAGUAÍ e MARINGÁ - Paraná

Vista geral de uma cidade no Norte do Paraná – Terra roxas, clima saudável, água em abundância.

Terras roxas de alta qualidade

Vendas à prestações em pequenos e grandes lotes

Inscrito n.º 12 no Registro de Imóveis da Comarca de Londrina, em Arapongas, em 27 de Setembro de 1938.

Vantajosa produção de café, cereais, fumo, algodão, cana de açúcar, mandioca, trigo etc.

No assombroso e rápido progresso da região se encontra a afirmação da fertilidade da terra.

Estrada de Ferro – Ótimas estradas de rodagem

Lotes demarcados e fornecimento das respectivas plantas aos compradores

Fonte: Tomazi, 1989

Companhia Melhoramentos
Norte Paraná

ANTERIORMENTE
COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

LONDRINA
ESTADO DO PARANÁ
Escritórios em
LONDRINA –
Caixa Postal, 16
MARINGÁ, CIANORTE e
UMUARAMA

TERRAS DE ALTA QUALIDADE

SÃO PAULO
RUA SÃO BENTO, 329
8.º andar
Esd. Telap.: «CIANORTE»
Caixa Postal, 2771
Fones: Vendas, 33-4561
Gratuidade: 32-2425

VENDAS A PRESTAÇÕES EM PEQUENOS E GRANDES LOTES

ÓTIMO CAFÉ DO NORTE DO PARANÁ – BEBIDA FINA

Vantajosa produção de café, cereais, fumo, algodão, cana de açúcar, mandioca, trigo, etc. No assombroso e rápido progresso da região encontra-se a afirmação da fertilidade da terra.

Inscrito n. 12 no Registro de Imóveis da Comarca de Londrina, na forma do Decreto-Lei n. 3079 de 15 de Setembro de 1938.
(REDE V. PARANÁ - SANTA CATARINA)

Estrada de ferro – Ótimas estradas de rodagem
ESPLÊNDIDO SERVIÇO RODOVIÁRIO

Lotes demarcados e fornecimento das respectivas plantas aos compradores:

- NÃO HÁ SAUVAS

Fonte: Tomazi, 1989

Em termos práticos em relação à construção do empreendimento, a fundação da cidade de Londrina, em julho de 1929, marcou a posse efetiva pela Companhia de sua propriedade, sendo esta cidade destinada a servir de sede da zona colonizada. Objetos de distintas leituras, os projetos dos assentamentos urbanos criados pela CTNP, são comumente qualificados em análises pelo seu traçado planejado, e pelas condições topográficas que teriam influenciado cada projeto particularmente:

Nota-se que o posicionamento dessas cidades atendeu a dois critérios gerais: acompanhar a linha férrea, no caso das cidades de maior importância, ou as estradas de rodagem, quando não houvesse ferrovia; e situar-se no espigão. Desse modo, veremos que a conformação predominantemente regular desses assentamentos urbanos planejados, fundamentada em sistemas ortogonais, obedece a regras específicas definidas pelo próprio empreendimento comercial, mas também assume certas características de seu suporte físico natural. Daí a razão para as diferenças entre as conformações variadas das cidades (REGO e MENEGUETTI, 2008, p.39).

Ao observar que “provinham da uniformidade dos sítios a monotonia da paisagem urbana e a repetição constante do mesmo plano de cidades”, Monbeig (1984, p.343) relata a repetição das malhas regulares e geometrizadas e a preferência pela ortogonalidade pelos loteadores. Como afirma Muller (1956), todos os centros urbanos apresentavam em seus traçados uma disposição geométrica, e exibiam os mais diversos formatos e variações, como elípticas, quadrangulares, em trevo ou lembrando uma nave. O desenho preferencialmente ortogonal e regular seria de fato muito mais funcional para o parcelamento urbano, especialmente em aspectos comerciais, nas cidades novas de colonização. Nesse caso, “a praticidade de uma ‘planta baixa especulativa’ seria, portanto, conveniente” (REGO, 2009, p.124).

Sem interromper a prática adotada, dentre as cidades projetadas pela Companhia, dois assentamentos urbanos criados durante o período da administração brasileira excedem a regra, apontando uma possível nova estratégia do comando da empreendedora, marcada pela composição de um novo padrão. Até o momento apenas o Escritório Técnico da Companhia realizava os projetos urbanos, mas para esses novos empreendimentos, a Companhia contratava um engenheiro-urbanista paulistano. É o caso de Maringá (1947) e Cianorte (1955), sendo que como afirmam autores como Rego e Meneguetti (2008,) o padrão da companhia seria restabelecido posteriormente, o que se pode notar pelo desenho de Jussara (1955).

1.4. O projeto do núcleo urbano

Até o fim do comando inglês, a estratégia de concepção dos traçados das cidades era marcada por uma certa regularidade, produzida pela experiência da grelha em todas suas

infinitas combinações. Curioso é o fato que somente após a venda da empresa aos paulistas, um “modelo inglês” seria implantado na região, por ocasião da elaboração do plano urbanístico de Maringá. Este plano foi solicitado pela empresa ao engenheiro Jorge de Macedo Vieira, a cujo trabalho é conferido grande afinidade com o ideário cidade jardim, sendo recorrentemente mencionado o fato de ter estagiado na Cia. *City* (*City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited*), quando lá atuava Barry Parker (BONFATO, 2003; STEINKE, 2007). A Cia. *City*, possuidora de cerca de um terço da área então urbanizada da capital paulista, é sempre citada por ter trazido para a metrópole o conceito de loteamento residencial tipo bairro-jardim, ao contratar o escritório de Raymond Unwin e Barry Parker para a realização do Jardim América. De acordo com Andrade (1999):

Parker veio para São Paulo implantar os primeiros bairros-jardins da City, trabalhando junto ao escritório da Cia., entre fevereiro de 1917 e janeiro de 1919, quando projetou o Jardim América, Pacaembu, Anhangabahú, Alto da Lapa e Bela Aliança, cerca de uma dezena de casas, além de elaborar para a municipalidade o projeto paisagístico do Parque da Avenida, junto ao Trianon (ANDRADE *et al*, 1999, p.9).

O convívio de Macedo Vieira com Parker é claramente apontado por Andrade (1999) como notória de influência em sua atuação profissional, sendo que para este autor:

De qualquer modo, é inegável que as claras filiações dos traçados urbanísticos do Eng. Jorge Macedo Vieira às soluções tipo “garden-city”, seja nos planos de cidades novas, ou no desenho urbano de loteamentos residenciais que projetou, e mesmo a qualidade urbanística de seus projetos, revelam influências diretas de Parker (ANDRADE, 2000, p.8).

A despeito da filiação teórica de Macedo Vieira, a razão da sua escolha para elaboração do plano inicial poderia ser a possível proximidade deste profissional com Gastão Vidigal de Mesquita Filho, seu contemporâneo na Escola Politécnica e diretor da CMNP, ou a amizade entre Jorge de Macedo Vieira e Francisco Prestes Maia. Além de amigos, formaram-se em engenharia na Escola Politécnica em 1917, e efetuaram parceria em diversos trabalhos; não se encontram, porém, provas cabais de que a indicação tenha sido intermediada por Prestes Maia (CORDOVIL, 2010).

Além de projetar uma série de loteamentos em São Paulo, e também em outras localidades, o engenheiro foi responsável pelo projeto de quatro cidades novas, além de Maringá e Cianorte, projetou também planos urbanos para Águas de São Pedro (1940), em São Paulo, e Pontal do Sul (1955), no litoral parananense. Nos registros do engenheiro em consignação com o Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo constam os livros de sua biblioteca particular com uma diversidade de publicações, especialmente ligadas à área de engenharia civil, mas também de urbanismo. Entre os livros de urbanismo,

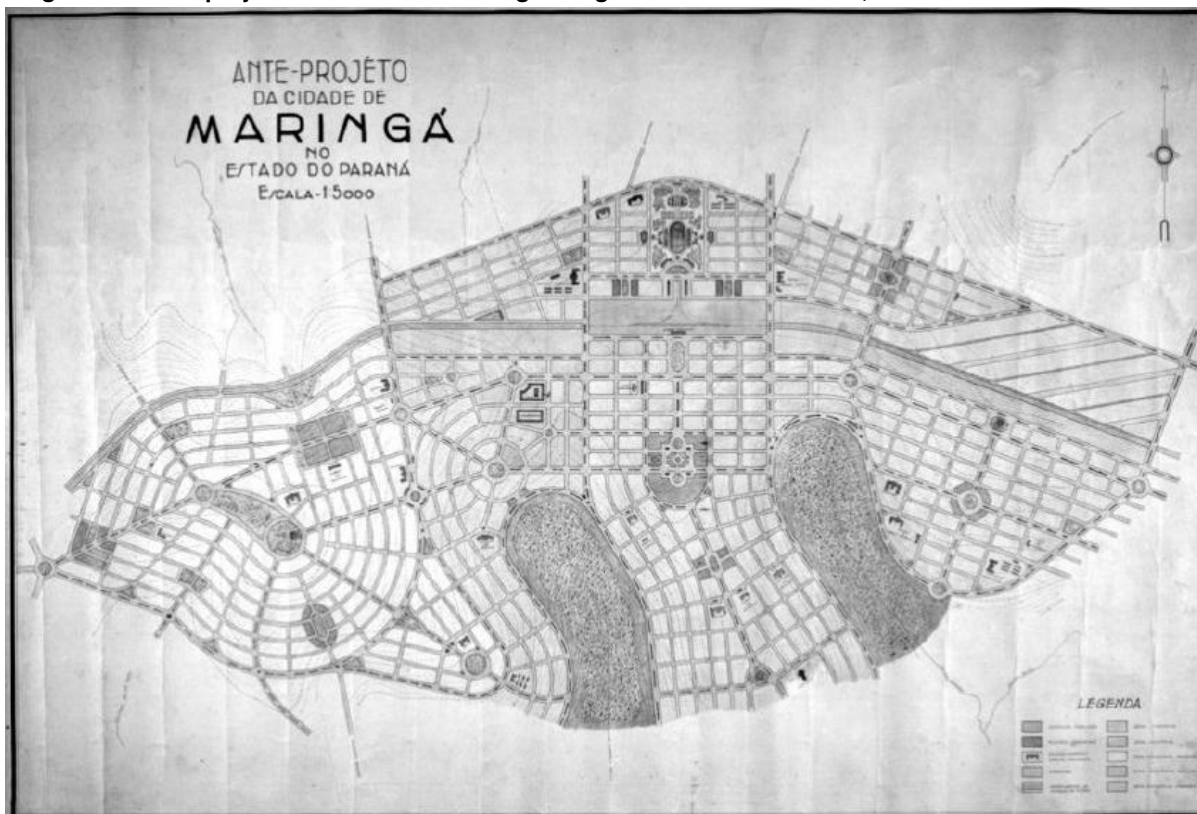
destacam-se *City Planning Housing* (1936), de Werner Hegemann, *L'art de bâtir les Villes* (1918), de Camillo Sitte, e *The planning of the modern city* (1916), de Nelson Lewis, havia ainda o *Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo* (1930), de Prestes Maia, além da publicação de *Notas sobre o traçado de ruas*, publicadas por Saturnino de Brito em 1920 (CORDOVIL, 2010; REGO, 2010).

Nestes arquivos, encontram-se também cadernos de registros do escritório técnico do engenheiro, nos quais se destaca a sistematização de seus trabalhos, que consistem em edificações e obras particulares até bairros e projetos urbanos. Nota-se, por parte de Vieira, uma organização detalhada dos trabalhos de seu escritório. Pelo acervo, fica nítida a importância atribuída aos elementos técnicos na elaboração detalhada de seus projetos. Impressiona também a excelência das especificações de cada projeto, onde se encontra informações de nivelamento, amarração e estacas, ângulos e distâncias, cálculos, plantas, croquis, detalhamentos e memoriais com o histórico especificado das etapas dos projetos. Não encontramos, porém, nada relacionado aos trabalhos da Companhia, nem especificamente de Maringá.

Paralelos entre o traçado de Maringá e um leque crescente de referências formais que inicia-se com a cidade-jardim e expande-se a exemplares europeus e estadunidenses marcam a produção de pesquisadores dedicados ao tema. O desenho da cidade difere do traçado ortogonal das cidades anteriormente projetadas pela colonizadora ainda sob domínio inglês, presente também nas oito quadras do núcleo piloto implantado pela CTNP – denominado Maringá Velho.

Tal construção historiográfica sugere ainda que Vieira parecia trabalhar numa chave híbrida, mesclando elementos do ideário cidade jardim e dos princípios de desenho urbano de Raymond Unwin, a concepções funcionalistas, como a de zoneamento. Suas soluções pragmáticas se aproximariam das formulações teóricas de Werner Hegemann e de Karl Brunner, cujos livros eram de seu conhecimento (ANDRADE e CORDOVIL, 2008). Rego (2010) aponta ainda que além dos princípios formais da cidade jardim inglesa, outras ideias modernas de urbanismo teriam balizado o traçado da cidade, como procedimento característicos do *civic design* e do movimento *city beautiful* (Figura 11).

Figura 11 – Anteprojeto da Cidade de Maringá. Jorge de Macedo de Vieira, meados da década de 1940.



Fonte: DPH - São Paulo

A malha urbana possui traçado regular, ora radio-concêntrico no caso de algumas de suas áreas residenciais, ora ortogonal, no centro da cidade, ou mesmo de caráter mais simétrico, clássico ou monumental, na via que liga a praça junto a estação rodoviária e o centro cívico da cidade. Notável, em relação ao seu caráter funcionalista, é a sua divisão, desde o projeto inicial, da cidade por usos específicos. No anteprojeto de Vieira, o planejamento da cidade indicava espaços para funções residenciais, comerciais, industriais, de lazer, etc. Dessa maneira, a cidade ficou subdividida em três zonas residenciais, zona industrial, zona comercial, dependências e armazéns da estrada de ferro e os núcleos comerciais.

A área central (Zona 01) foi destinada ao uso comercial/residencial, com as mais diversificadas atividades e funções, além de abrigar os edifícios públicos. Interessante notar que além da espacialização das diversas funções, as zonas residenciais foram definidas por uma classificação socioeconômica, sendo divididas em principal, popular e operária (Figura 12).

Figura 12 – Anteprojeto da Cidade de Maringá com a divisão em zonas por cores conforme a legenda da planta anterior.



Fonte: DPH - São Paulo

Elemento característico da proposta, cada zona ou bairro residencial seria composto pelo que Unwin denominava centro secundário e ao que Perry definia por unidade de vizinhança (CORDOVIL, 2010). No plano de Vieira, se configurariam como espaços públicos e abrigariam um conjunto de equipamentos de usos diversos, como educação e esporte, para atender a determinada população do bairro, delimitado pelo sistema viário (Figuras 13 e 14).

Figuras 13 e 14 – Trecho da proposta final de Vieira mostrando a zona 5 e zona 3 como unidade de vizinhança ou centro secundário.



Fonte: DPH - São Paulo

Fonte: DPH - São Paulo

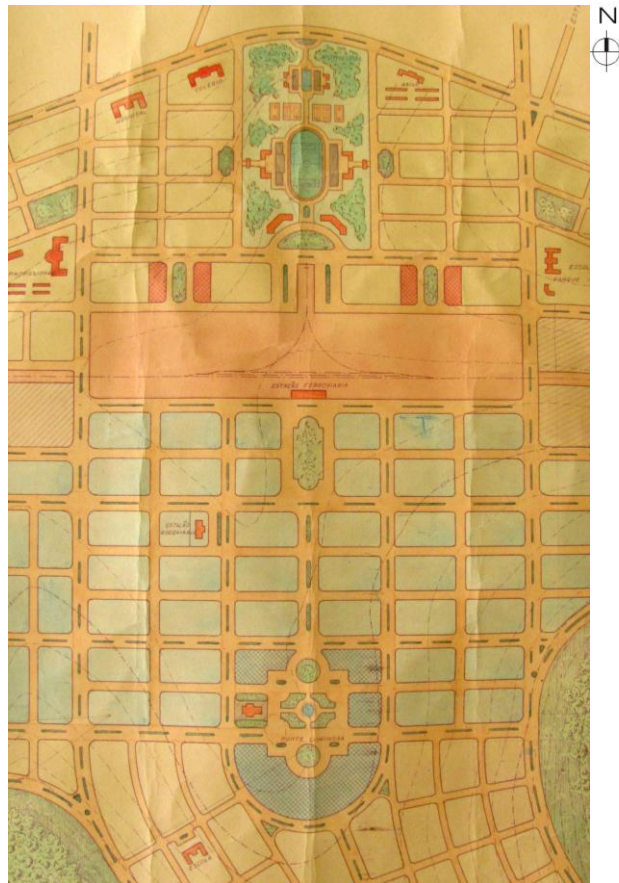
Apesar das evidências as ressonâncias de soluções formais, algumas críticas sugerem que as diretrizes aplicadas no plano evidenciariam muito mais uma estratégia comercial, com o pressuposto de diferenciação de classes marcada espacialmente, como se vê em análises como a de Beloto (2004). Segundo a autora:

Seja através da forma seja através da função, o projeto enalteceria ao mesmo tempo que individualizaria o espaço urbano maringaense, atribuindo-lhe valores diferenciados tanto num contexto regional quanto, principalmente, num contexto intra-urbano, produzindo espaços segregados, socialmente homogêneos, e fomentando, do ponto de vista imobiliário e não urbanístico, o parcelamento do solo para além do perímetro da gleba destinada à cidade (BELOTO, 2004, p.75).

Para além do traçado das ruas, o anteprojeto avança para a locação de prédios públicos, como o Paço Municipal, a Câmara Municipal e a Catedral, e para o desenho de pavimentos, canteiros e contornos de edifícios públicos, no caso do centro cívico. Apesar do anteprojeto não contemplar desenhos que não o da planta geral do arruamento, naturalmente em escala inadequada à definição de tais elementos paisagísticos e arquitetônicos – que provavelmente não faziam parte do escopo dos trabalhos contratados – tais formas genéricas serviam para sugerir um arcabouço conceitual, formal e possivelmente estilístico, que poderia vir – ou não – a ser desenvolvido em outra ocasião, por outro profissional, mas cujo registro de qualquer forma o projetista julgava ser pertinente, impactando sua proposta.

Por outro lado, ao observarmos os croquis de Vieira, destacam-se os estudos de composição marcados pela disposição dos edifícios que se modificam ao longo das propostas, e que poderiam sugerir uma elaboração cuidadosa da composição deste espaço. De qualquer forma, as características destes elementos e seu agrupamento simétrico, sugerem a proximidade a preceitos diferentes daqueles modelos já a muito estabelecidos, difundidos e mesmo revistos, por exemplo, pelos CIAM (Figuras 15 e 16).

Figura 15 – Trecho do Anteprojeto da Cidade de Maringá, mostrando a composição do complexo esportivo e da área destinada aos edifícios públicos.



Fonte: DPH – São Paulo

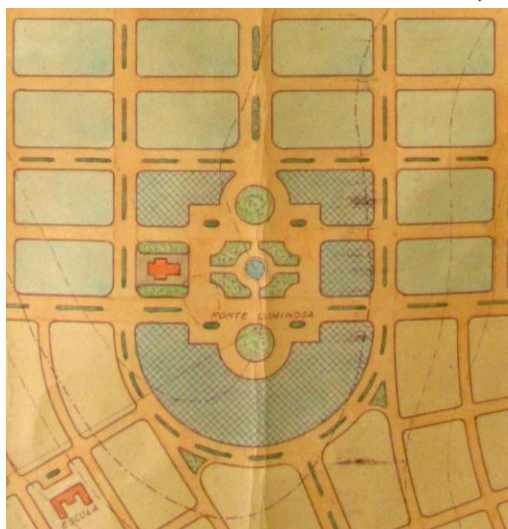
Figura 16 – Vista área de Maringá mostrando o eixo que liga o complexo esportivo à área destinada aos edifícios públicos, 1972.



Fonte: Museu da Bacia do Paraná

No plano de Vieira para Maringá, a Igreja da cidade se localizaria em terreno adjacente ao eixo central, sendo esta posição modificada posteriormente no plano executado pelo poder público municipal, e neste terreno se implantou o Grande Hotel da Companhia. Apesar da proposta de Vieira destinar uma área específica aos edifícios públicos, vemos que na efetivação da proposta, sua ocupação não se deu de modo exclusivo, havendo uma descaracterização do plano inicial do engenheiro (Figuras 17 e 18). Apesar de não haverem provas cabais, os pesquisadores consultados por este trabalho indicam a forte influência da Igreja Católica, em especial, do Primeiro Arcebispo da Cidade, que muito provavelmente possa ter almejado a implantação da igreja no ponto focal deste espaço destinado aos edifícios públicos. Não se descarta, porém, no que se refere aos equipamentos a serem implantados neste espaço, uma lei municipal que beneficiava claramente a construção do hotel por parte da Companhia, com isenções de taxas públicas.

Figuras 17 e 18 – A primeira figura mostra trecho do Anteprojeto da Cidade de Maringá com destaque para a área destinada aos edifícios públicos e Igreja. A segunda mostra o mesmo trecho no mapa da cidade de 1957, evidenciando as modificações.



Fonte: DPH – São Paulo



Fonte: BCE – UEM

Igualmente presentes no plano, as chácaras ao redor dos patrimônios – elemento marcante da proposta de Howard – “obedecendo a um critério urbanístico dos mais modernos, que inclui, ao redor da zona urbana, ‘um cinturão verde’” (CMNP, 1975, p.146), não teriam a intenção de estancar o crescimento urbano, como na proposta original inglesa, e evidenciariam um possível caráter comercial.

Por outro lado, como bem definiu Peter Hall (2002), o modelo proposto por Howard no final do século anterior, tinha uma conotação mais social do que física. Lewis Mumford na introdução a uma das edições do célebre livro *Garden Cities of Tomorrow* (1946), já afirmava que Howard estava muito menos interessado em formas físicas do que em

processos sociais, e tanto na Europa quanto na América “a tradição cidade-jardim jamais conheceu uma urbanização nos moldes preconizados por Howard” (PETER HALL, 2002, p.120).

No entanto, outras trilhas interpretativas ainda se apresentam. Sugerindo outro diagnóstico, Boeira (2000) prefere aproximar o projeto de Jorge de Macedo Vieira aos preceitos modernistas da *Carta de Atenas* difundidos por Le Corbusier. Da mesma forma, o primeiro Plano Diretor da cidade, de 1967, ao mesmo tempo em que destaca Maringá como “exponente e exemplo nacional de um padrão de desenho urbano que a partir do início do século foi com muita frequência utilizado, que se convencionou a chamar de ‘cidade jardim’” (MARINGÁ, 1967, p.23), salienta e aproxima a imagem do município a conceitos urbanísticos:

O projeto de Maringá baseia-se nos princípios de zoneamento rígidos de usos e níveis de habitação, enunciados na Carta de Atenas, sendo a cidade dividida em várias zonas, como as de comércio, indústria, armazéns, habitação de vários padrões e uma zona de serviços públicos administrativos, segundo um critério que nos parece, entretanto, mais ajustado a uma política de promoção de vendas (MARINGÁ, 1967, p.190).

Com efeito, estes discursos encontrariam ressonância com os interesses da Companhia que “contando com uma intensa propaganda auto-glorificadora, visou atrair colonizadores para a aquisição de áreas agrícolas e urbanas planejadas” (CORDOVIL, 2007, p.83). Como já é consenso entre uma parte de pesquisadores, seria notável a ação feita pela empresa colonizadora em estabelecer um vasto complexo narrativo, onde “através de uma ação publicitária rigorosamente orquestrada, ela foi muito bem sucedida em se fazer irradiadora e catalisadora dos impulsos que construíram um espaço regional” (GONÇALVES, 1999, p.95). A publicidade que se referia ao âmbito regional se repetiria no que se refere ao traçado e crescimento da cidade (Figura 19). Marcando uma nova fase da administração da Companhia, que precisava criar atrativos e impulsionar o dinamismo da região, o plano urbano da cidade seria repetitivamente utilizado nos discursos da CTNP/CMNP e se caracterizaria como um “recurso para o destaque de um núcleo regional que se criava” (CORDOVIL, 2007, p.87).

Figura 19 – Publicidade referente ao crescimento acelerado de Maringá.



Fonte: Museu da Bacia do Paraná

Apesar da inexistência de mudanças estruturais na forma estabelecida pelo plano urbano inicial, diversas áreas públicas e institucionais desenhadas por Vieira foram parceladas pela Companhia ou tiveram seus usos modificados. A cidade projetada para abrigar 200.000 habitantes em 50 anos, em 1950 segundo o censo do IBGE possuía 38.588 habitantes e, em 1991, já totalizava 234.079 habitantes na área urbana (LUZ, 1997; CORDOVIL, 2010).

Notavelmente, há entre os autores diversas e ricas interpretações, e alguns discursos, por vezes, contraditórios acerca das soluções e influências de concepção do plano de Maringá e da colonização do norte do Paraná. Cabe uma investigação de como as tão alegadas influências de Vieira foram buscadas pela Companhia para a implantação de duas cidades em seu projeto de colonização. Poderia de fato ter acontecido pela influência de agentes, supostamente pelos contatos pessoais e profissionais de Vieira como já indicado neste texto. Seria intenção da Companhia em buscar o que de mais avançado se produzia na metrópole em termos de desenho urbano, projetos e concepções de urbanismo enquanto soluções para uma sociedade em transformação, ou se tal decisão deu-se particularmente como parte de sua estratégia comercial de interesse imobiliário, visando a construção de uma imagem que promovesse o empreendimento, com o objetivo de atrair compradores e investimentos. Ainda que houvesse um desenho e uma estruturação mais refinados da mesma cidade que se fazia antes, em grelha ortogonal e, portanto mais homogênea, na essência seria a mesma cidade, feita de quadras com lotes para venda.

De qualquer forma, a julgar os elementos documentais até aqui trazidos à tona, ainda constituem questões em aberto a motivação da CMNP em contratar um profissional para a elaboração do plano urbanístico de Maringá - uma vez que a empresa tinha seus próprios engenheiros e topógrafos -, bem como o arcabouço teórico que embasa este plano (Figura 20). De qualquer forma, as reflexões possíveis até o momento sugerem cautela em relação ao norte do Paraná enquanto palco de inovação ou singularidade, atentando à afirmação de Monbeig (1945:17) de que o que se realizaria aqui poderia ser considerado como “muito empirismo aplicado em grande escala e aplicada racionalmente” por agentes paulistas.

Figura 20 – Vista aérea de Maringá e o desenho de seu traçado, 1972.



Fonte: Museu da Bacia do Paraná

Capítulo 2

2. Um episódio arquitetônico: arquiteturas da modernidade na boca de sertão

Cada cultura deve ficar atenta para romper com seu conservadorismo e suas idiossincrasias ideológicas. A arquitetura moderna afigurou-se como um caminho de ruptura, em busca de um novo mundo, sobretudo com uma tomada de consciência social que o racionalismo engendrou em seu momento instaurador, perseguindo uma vida melhor para todos. Para as nações de passado colonial, seria a chave do futuro. Mas perdeu-se em confronto com a realidade (SEGAWA, 1990, p.50).

Os trabalhos dedicados às manifestações de ideias de modernidade no interior encontram na interpretação do deslocamento de profissionais com formação moderna das capitais – sobretudo, o eixo Rio-São Paulo – para as diferentes regiões do país, uma chave recorrente. A construção do espaço e da paisagem urbana de Maringá, à exemplo da ocupação e urbanização da região em que se insere, é sempre identificada pelos pesquisadores que a ela se dedicam à produção de arquitetos paulistanos da década de 1950, com a diferença que, no caso em tela, não chega a configurar-se nos termos habituais de migração ou “nomadismo” de tais profissionais, mas sim trata-se da contratação de projetos de edificação junto a profissionais lá radicados.

A noção de difusão como tipicamente trabalhada pela historiografia da arquitetura moderna brasileira não parece ser capaz de elucidar as dinâmicas mais profundas que marcam este setor significativo da produção edificatória moderna, extensivamente distribuída no território brasileiro, revelando ainda algumas facetas problemáticas. Alguns autores como Freire (2010) indicam que algumas questões permanecem excluídas, em especial aquelas relativas às relações entre arquitetura, cultura, cidade e técnica.

Estabelecer uma reflexão sobre a difusão da arquitetura moderna brasileira em um sentido mais amplo não caracteriza o objetivo deste trabalho. Também, não é nossa intenção confrontar a produção arquitetônica local com a produção contemporânea dos grandes centros do país, mas compreendê-la dentro desse processo de modernização por que passa o país no período, e que deixa marcas significativas no ambiente citadino. Compreender este processo de modernização, pela via das dinâmicas citadas, manifestos nos espaços que delas são frutos, ou pelo menos para os quais contribuem. Dessa maneira, pretende-se elucidar as referidas dinâmicas e reflexões sobre esta produção a partir de agentes e produções emblemáticas da produção paulista em Maringá, no caso, os projetos de José Augusto Bellucci para o Grande Hotel de Maringá (1951), a Catedral (1957) e o Paço Municipal (1967).

2.1. O quadro da arquitetura na região pioneira

Londrina, Maringá e todo o norte do Paraná apresentaram rápido crescimento econômico, o que lhes conferiu destaque e reconhecimento do dinamismo da região por todo o país. As imagens destas cidades e de todo o norte do Paraná eram veiculadas, evidentemente pela CTNP/ CMNP, como terras de prosperidade. A presença da Companhia colonizadora no processo de ocupação acentuava a ideia de autonomia política do norte do Estado, e a atividade privada que desempenhara papel relevante neste processo, iria se sobressair sobre o papel do poder público. Na cidade de Maringá não seria diferente. Ao primeiro prefeito foi necessário retirar a CMNP dos mandos do poder público, além de regular e tributar o que era de sua propriedade. Ao perder a eleição que elegeu o primeiro prefeito, a Companhia buscou controlar a Câmara Municipal e influenciou um processo de cassação do prefeito que foi aprovado pelos vereadores e só revertido na justiça (CORDOVIL, 2010). Dessa maneira, em um primeiro momento, a CMNP atuava de forma soberana, e além do que, era a detentora de lotes urbanos – e rurais – e controlava a venda e ocupação dos mesmos, o que limitava que outros agentes operassem na produção do espaço urbano maringaense. Este fato já sinaliza as relações conflituosas entre a sociedade local e sua face arquitetônica, já que alguns dos seus exemplares foram promovidos pela companhia colonizadora, como se verá mais à frente.

No tocante ao desenvolvimento de projetos arquitetônicos, de forma geral, dada as condições da fase de ocupação da cidade, pode-se constatar que as primeiras construções adotavam a técnica construtiva em madeira, pela produção em massa e curto espaço de tempo. Devido à ocupação do território e a derrubada da mata nativa que cobria a região, pela abundância do material, durante décadas predominou na região, essa tipologia de construção. Como endossa a pesquisa de Luz (1997), Maringá possuía em 1953 cerca de onze serrarias; relata ainda que entre 1949 e 1952, das mais de mil e novecentas construções na cidade, mil seiscentas e cinquenta eram de madeira (Figuras 21 e 22).

Tão logo quanto possível, as primeiras construções em madeira foram rapidamente substituídas por técnicas e materiais construtivos que remetiam à ideia de durabilidade e permanência, uma vez que a madeira significava o antigo, o atraso a ser superado e não representava o presente que se almejava. Com o crescimento da cidade, já no fim dos anos 1940 apareceram as primeiras edificações em alvenaria de Maringá, especialmente na área central como também nas edificações de uso público e nos edifícios administrativos. Tal constatação revela como aquela técnica construtiva adotava uma dimensão indesejada, em oposição a um discurso reprodutor de características específicas de um contexto cultural

“central”, e que ao fazê-lo, apenas reafirmava sua condição “periférica”. É de fato recorrente o discurso, no norte do Paraná, em que a arquitetura desempenhou um papel simbólico importante, como imagem de progresso e desenvolvimento, utilizada como instrumento de propaganda no contexto local.

Figuras 21 e 22 – Edificações em madeira construídas nos primeiros anos da cidade.



Fonte: Museu da Bacia do Paraná

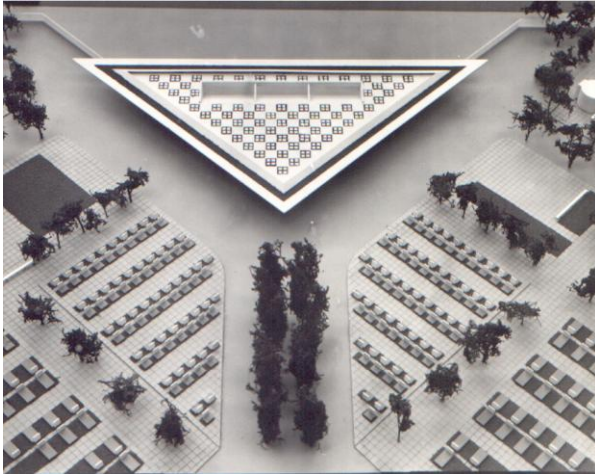


Fonte: Museu da Bacia do Paraná

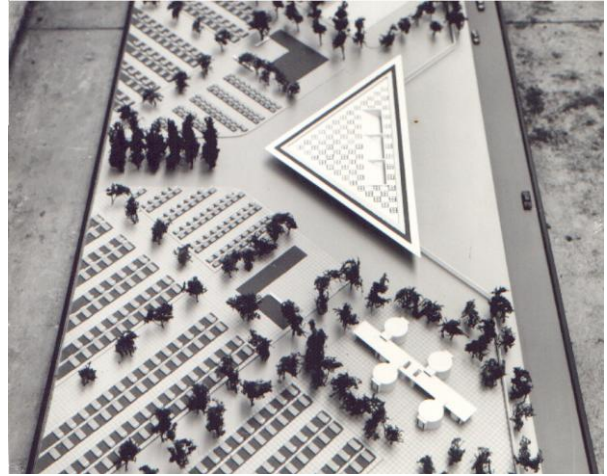
A manifestação mais notável da arquitetura moderna em Maringá foi, sem dúvida, o conjunto de projetos elaborados pelo escritório de José Augusto Bellucci (1907-1998). Por indicação de Cássio da Costa Vidigal, então presidente da CMNP, o arquiteto paulista que havia projetado a casa de um dos diretores da Companhia em São Paulo, foi convidado a atuar em Maringá em 1951 (VERRI JR., 2001). A atuação desse profissional na cidade se evidenciaria por uma série de projetos de importância no contexto urbano e na construção da cidade. Nascido em São Paulo, José Augusto Bellucci formou-se em arquitetura pela Escola de Belas Artes de São Paulo em 1933, e desde então desenvolvia sua carreira profissional em escritório próprio na capital paulista. Os arquivos do arquiteto se encontram em acervo doado ao Setor de Projetos Originais de Arquitetura da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Bellucci foi responsável por diversos projetos no município, tendo sido contratado tanto pela Companhia colonizadora sediada em São Paulo, como também pelo poder público e pela Igreja. Entre os projetos contratados estão o Grande Hotel Maringá (1951), o aeroporto da cidade (1953), o Maringá Clube (1956), a Catedral (1957), a Praça Napoleão Moreira da Silva (1957), a urbanização do Cemitério Municipal (1964) e o Paço Municipal (1967), assim como a Praça Pedro II e o Teatro, ambos de 1976, que não foram executados (VERRI JR., 2001; REGO, 2012) (Figuras 23, 24, 25, 26, e 27).

Figuras 23 e 24 – Figuras da maquete do Cemitério Municipal de Maringá. Projeto de José Augusto Bellucci.

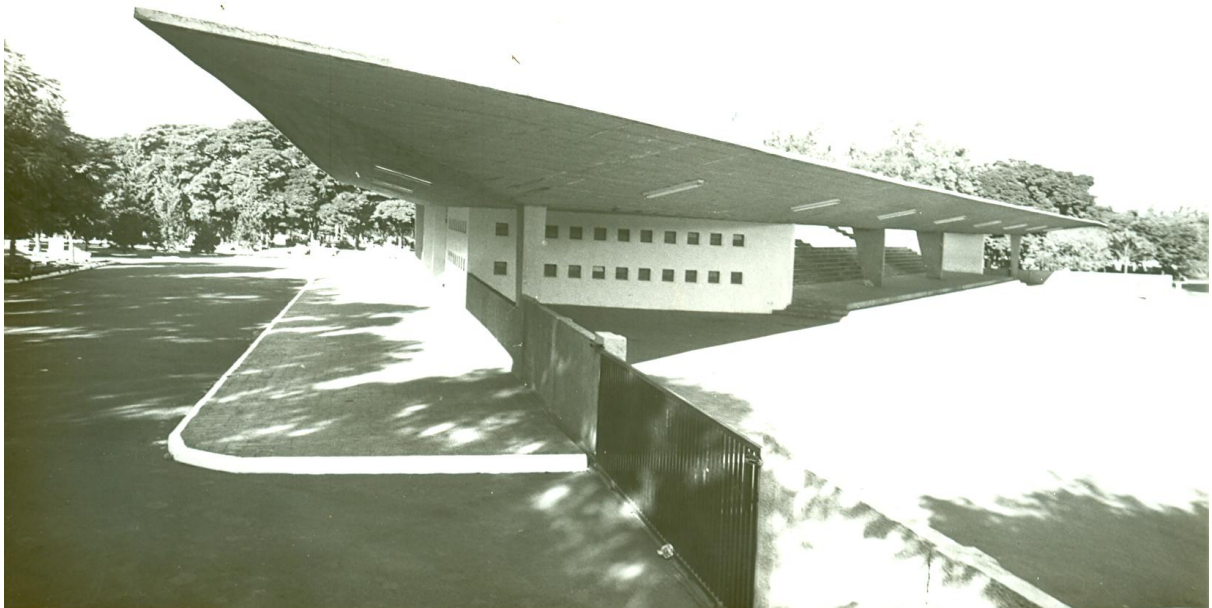


Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001



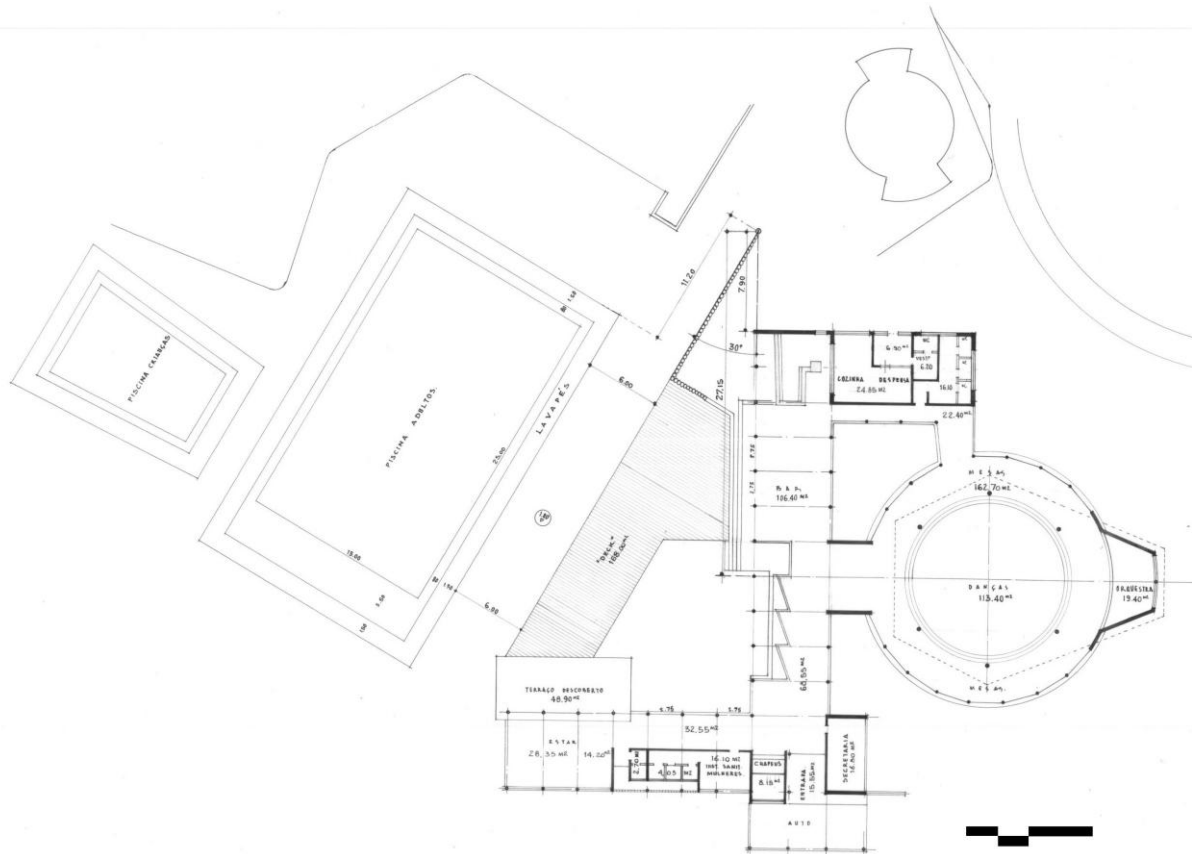
Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

Figura 25 – Cemitério Municipal de Maringá, década de 1980.



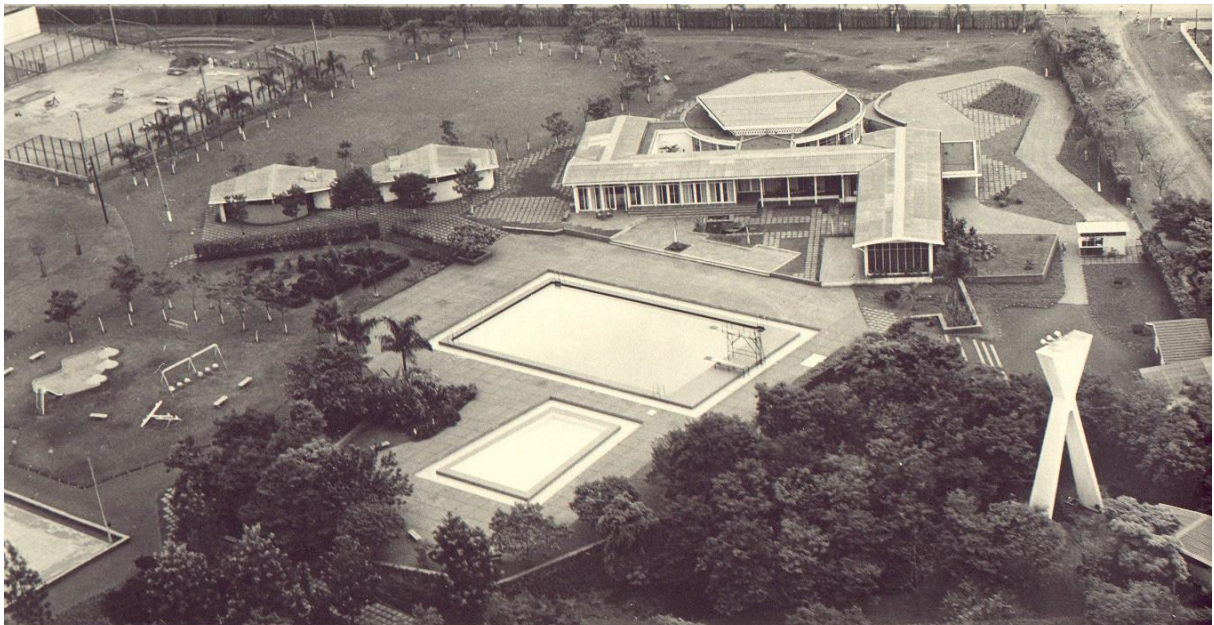
Fonte: Museu da Bacia do Paraná

Figura 26 – Planta da sede e piscinas do Maringá Clube. Projeto de José Augusto Bellucci.



Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

Figura 27 – Vista área leste do Maringá Clube, 1958.



Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

De acordo com os estudos de Verri Jr. (2001), além da destacada atuação em Maringá, José Augusto Bellucci, realizou outros projetos no norte do Paraná: a casa da fazenda da família Longo, em São Pedro do Ivaí, a Casa de Saúde de Paranacity, o Edifício Alvorada e o projeto para o Country Clube, ambos em Londrina. A partir de 1958, com a colaboração de seu filho, também arquiteto, José Carlos Bellucci, desenvolveu a Igreja Matriz de São Jorge do Ivaí (1958) (Figura 28), a Praça Mello Palheta (1963), em Nova Esperança, a Praça Getúlio Vargas (1965) em Campo Mourão, o projeto não executado para o eixo cívico de Londrina (1968), e uma consultoria profissional à prefeitura de Maringá para a escolha do sítio onde se implantaria a futura Universidade Estadual de Maringá (1969). Segundo o acervo de Bellucci consultado na FAUUSP, o arquiteto também projetou os escritórios da Companhia Melhoramentos na cidade de Umuarama na década de 1960, e desenvolveu uma proposta para o Banco Sul Americano em Maringá, construído posteriormente com projeto de Rino Levi.

Figura 28 – Igreja Matriz de São Jorge do Ivaí. Projeto de José Augusto Bellucci.



Fonte: FRAGOSO, 2005

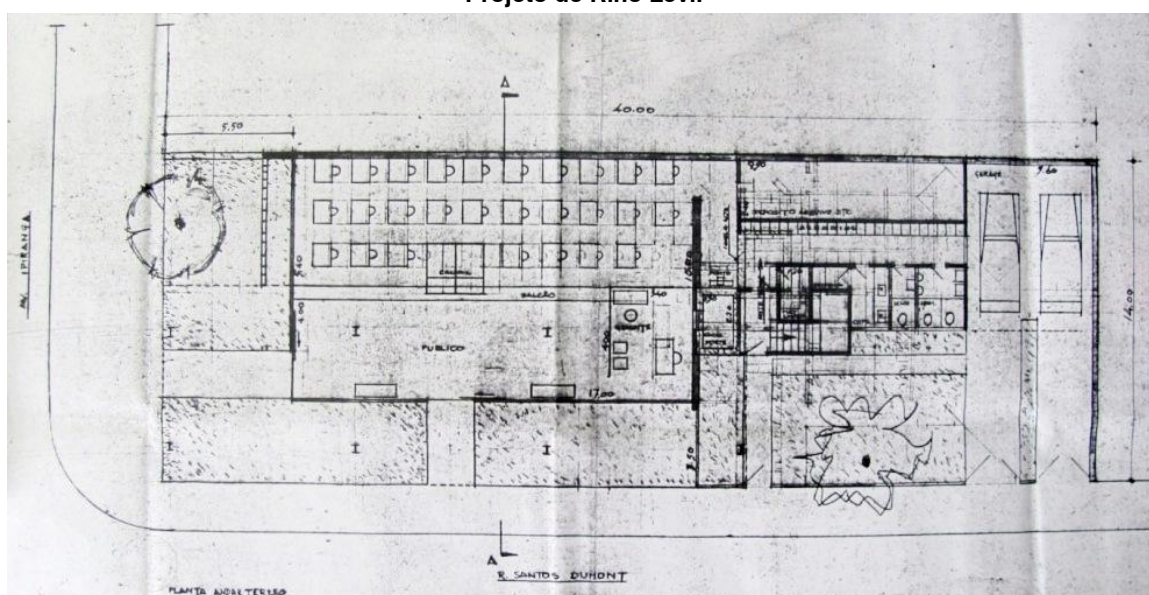
O arquiteto seria o primeiro profissional com referências modernas a atuar na cidade. Apesar de sua presença em diferentes localidades – fato este normalmente desprezado pelos trabalhos dedicados ao tema – sua presença em Maringá é tida como prova de que a cidade de urbanização recente, implantada com projeto urbanístico original, como parte de um esforço de lideranças locais no sentido de qualificar Maringá como uma cidade “moderna”, promovia um “ideal modernizador” preconizando a construção de edificações de “arquitetura moderna”.

O mesmo ocorre com outros arquitetos modernos paulistanos de quem a cidade recebeu projetos arquitetônicos. Em 1956, estiveram em Maringá, dois arquitetos de “renome”, Rino

Levi e Roberto Cerqueira César. Os arquitetos paulistanos foram convidados pela Associação de Engenheiros da cidade para proferir uma conferência com o tema “Arquitetura Hospitalar”. A notícia da presença dos dois arquitetos, assim como a conferência de Rino Levi, foi destacada na imprensa local, atestando o interesse dos profissionais e autoridades da cidade pelo trabalho do arquiteto paulistano. A visita dos profissionais estava atrelada ao projeto de uma agência local do banco paulistano Sul Americano do Brasil – que fazia parte do grupo de empresas pertencentes aos acionistas da Companhia e para quem o arquiteto já havia trabalhado (CORDOVIL, 2010; REGO, 2012).

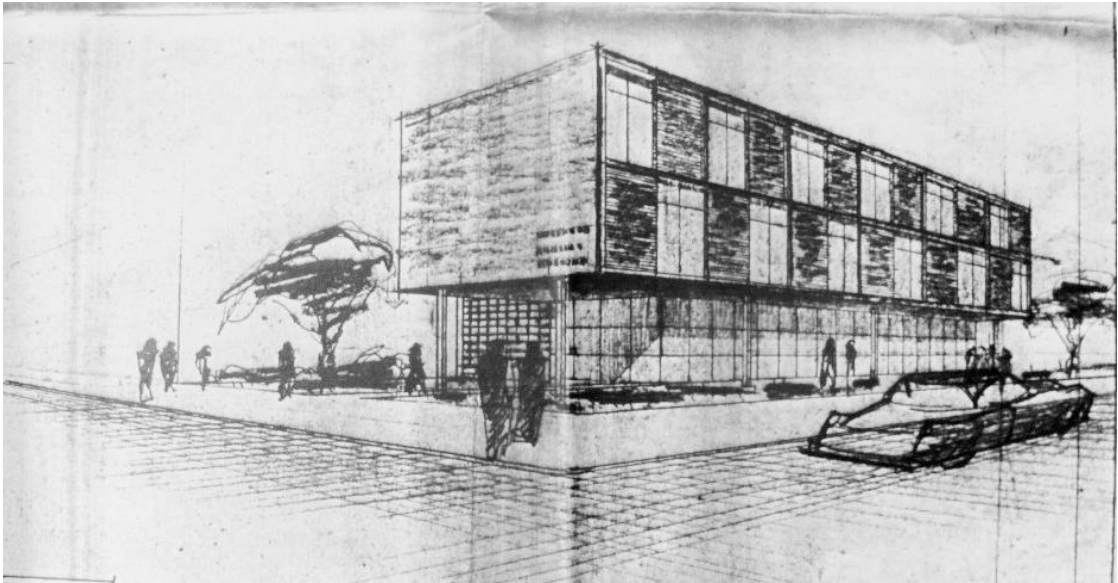
Nos acervos de Levi doados à FAUUSP, constam dois projetos para a agência de Maringá. O primeiro arquivo se refere a um anteprojetado de 1955, e o segundo, trata-se do projeto definitivo de 1957 (Figuras 29, 30 e 31). Apesar de soluções diferentes, os dois projetos possuem composição prismática e características modernas. Para as duas propostas o programa de necessidades é o mesmo, compreende no térreo a agência bancária e o primeiro e segundo pavimentos são compostos por apartamentos. O projeto definitivo é formado por dois blocos, o da agência e o de apartamentos, configurados por plantas retangulares. A entrada principal localiza-se na Avenida Getulio Vargas, perpendicular à Rua Santos Dumont, com um bloco de acesso que oferece uma marquise que avança a calçada, como prolongamento da laje de cobertura. Os revestimentos seriam de pastilha azul claro e cor de palha, além de tijolos comuns aparentes com juntas fundas. Atualmente, o edifício teve sua estrutura desfigurada e atende a outras atividades comerciais.

Figura 29 – Primeira proposta para o Banco Sul Americano: planta do pavimento térreo. Projeto de Rino Levi.



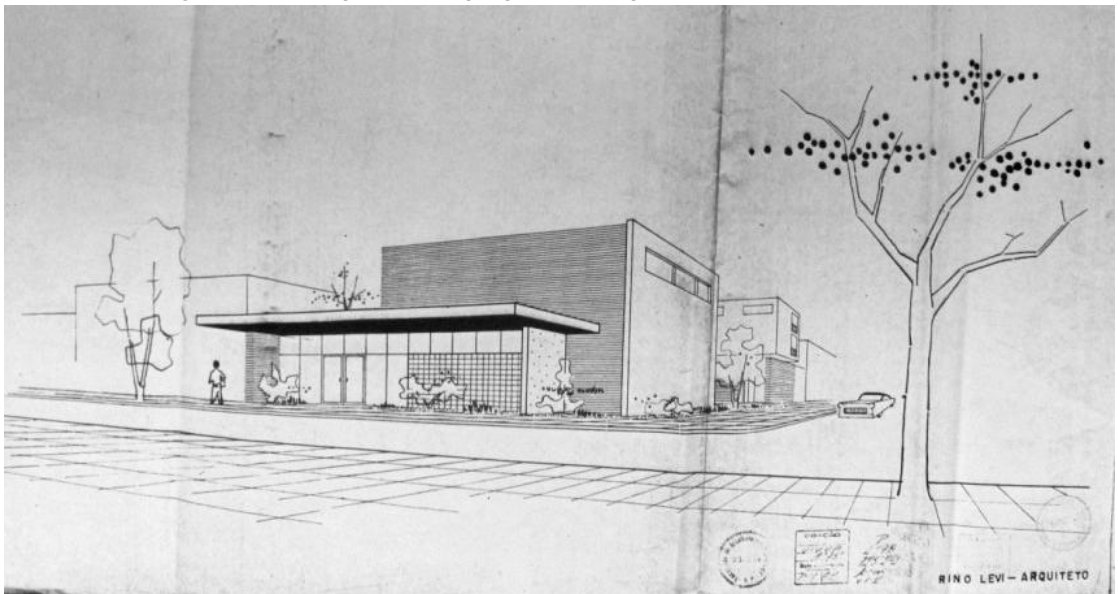
Fonte: Acervo FAUUSP

Figura 30 – Perspectiva da primeira proposta para o Banco Sul Americano.



Fonte: Acervo FAUUSP

Figura 31 – Perspectiva da proposta final para o Banco Sul Americano.



Fonte: Acervo FAUUSP

Como afirmam alguns autores citados, haveria então na cidade, inicialmente pela Companhia colonizadora, dando continuidade ao seu discurso de caráter modernizante e até mesmo social, posteriormente pelo poder público, por agentes da indústria da construção civil e a “alta sociedade” a intenção de manter-se alinhado à modernidade dos grandes centros nacionais, principalmente às ideias vigentes na metrópole paulistana. Interessante é caracterizar os agentes contratantes destes projetos. Exemplo disto seria o caso do Country Club (1954-58), cujo projeto é encomendado por um grupo da alta sociedade maringense a Ícaro de Castro Mello, conhecido pelo seu trabalho em

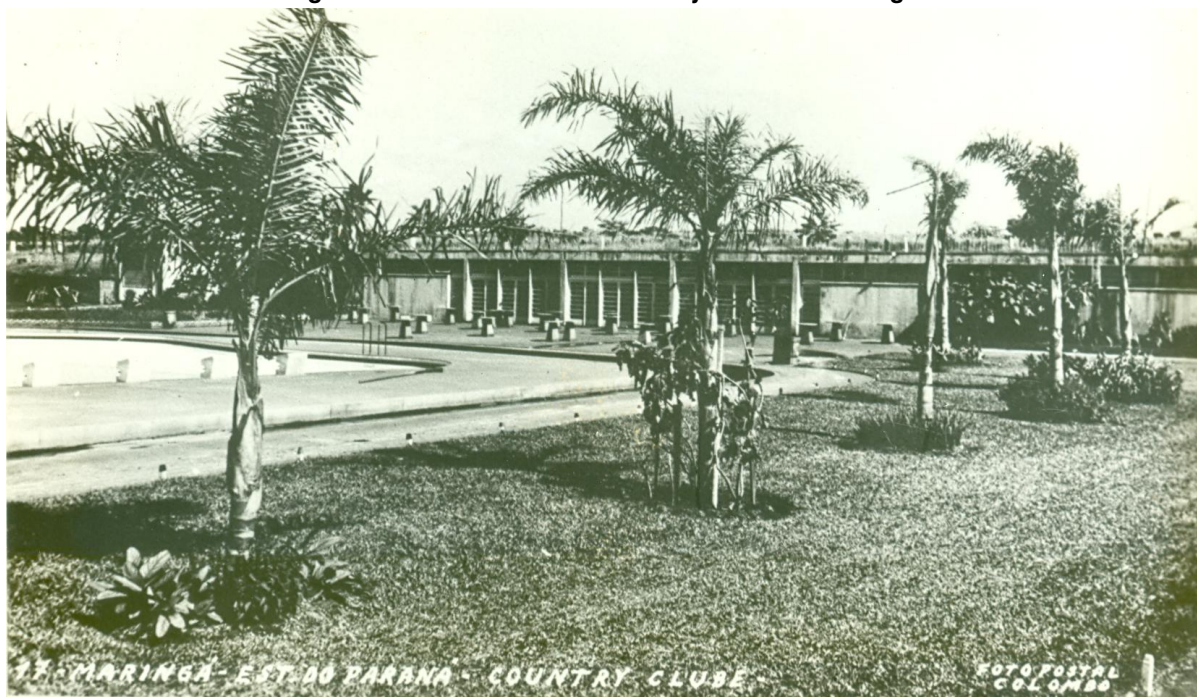
edificações esportivas, em especial pelo projeto do Ginásio do Ibirapuera (1952). O projeto arquitetônico/plano geral da sede do clube foi realizado em quatro etapas, em terreno cuja aquisição foi pleiteada junto à Companhia pela sociedade recém fundada (Figuras 32 e 33).

Figura 32 – Vista aérea do Country Clube na década de 1960. Projeto de Ícaro de Castro Mello.



Fonte: Museu da Bacia do Paraná

Figura 33 – Área de lazer do Country Clube em Maringá.



Fonte: Museu da Bacia do Paraná

Salvador Candia – arquiteto também radicado em São Paulo com atuação destacada na área de edifícios comerciais e habitacionais – em 1962, projeta um edifício em Maringá para empreendedores do grupo bancário Banco de Lavouras de Minas Gerais (Figura 34). O arquiteto experimentaria em Maringá, uma possibilidade de arranjo misto de agência bancária e torre de apartamentos, como já havia realizado em São Paulo e em outras cidades brasileiras principalmente entre as décadas de 1950 e 1960. O edifício, situado no centro da cidade – esquina da Avenida Brasil com a Avenida Duque de Caxias – dispõe da instalação da agência bancária no pavimento térreo, que oferece uma marquise que se estende a calçada como prolongamento da laje de cobertura.

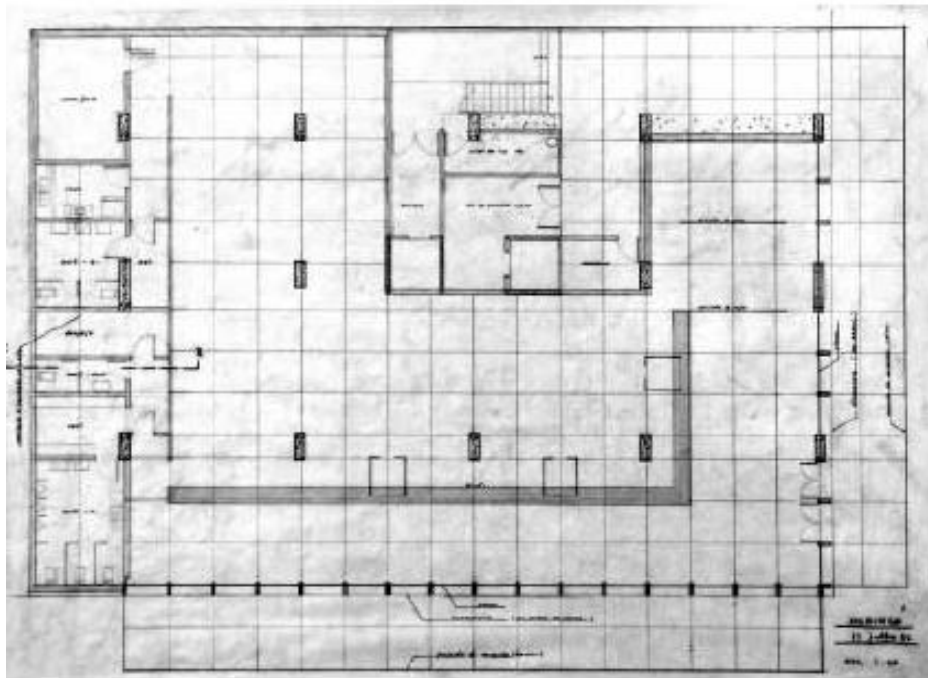
Figura 34 – Perspectiva do Banco Lavouras de Minas Gerais em Maringá. Projeto de Salvador Candia.



Fonte: Acervo S. Candia, consultado em Ferroni, 2008

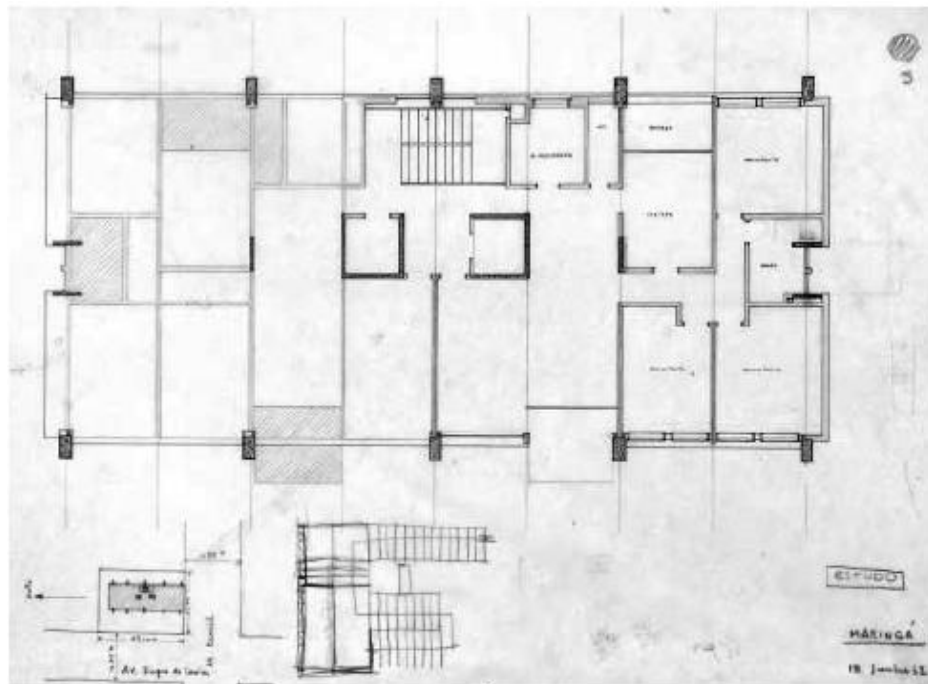
O embasamento que dá abrigo a agência implanta-se no alinhamento predial, enquanto os apartamentos se encontram ligeiramente destacados em relação ao embasamento, em uma torre de volume prismático. Conforme os estudos de Ferroni (2008), embora empregasse uma racionalização estritamente necessária à circulação e ao acesso, o projeto demonstrava uma preocupação em prover amplas aberturas, que se davam através do emprego de varandas e caixilhos do piso ao teto, modulados por montantes de concreto armado – elementos recorrentes na obra de Salvador Candia – e protegidos por persianas de madeira (Figuras 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41).

Figura 35 – Planta da agência bancária no pavimento térreo.



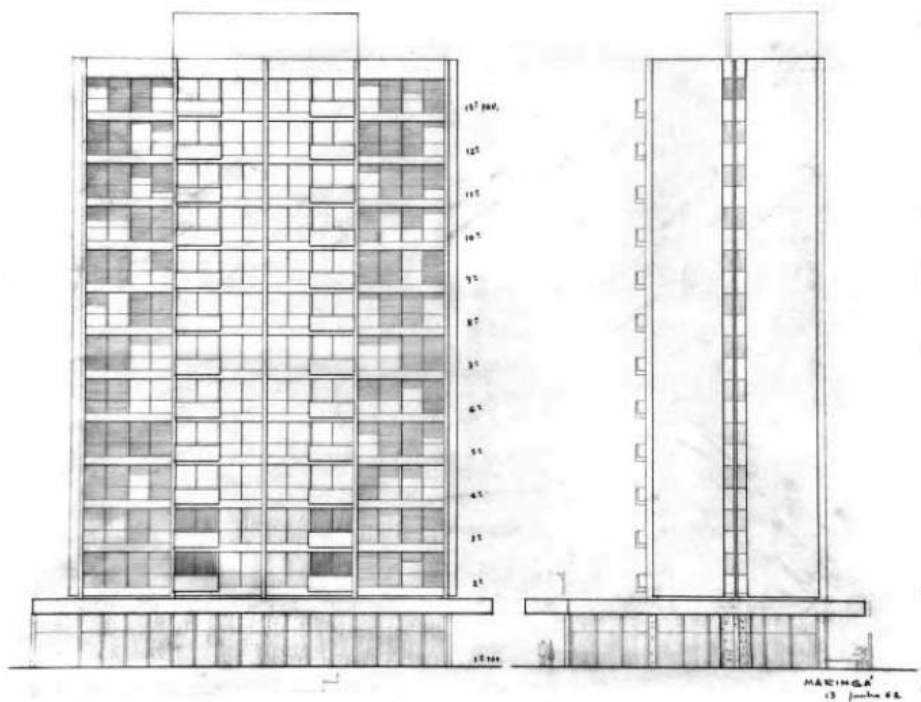
Fonte: Acervo S. Candia, consultado em Ferroni, 2008

Figura 36 – Planta do pavimento tipo.



Fonte: Acervo S. Candia, consultado em Ferroni, 2008

Figura 37– Elevações.



Fonte: Acervo S. Candia, consultado em Ferroni, 2008

Figuras 38 e 39 – A primeira figura mostra o Edifício Maringá de foto tirada da Praça Napoleão Moreira da Silva, 1972. A segunda figura é do Edifício Maringá em Abril, 1987.



Fonte: Acervo S. Candia, consultado em Ferroni, 2008



Fonte: Museu da Bacia do Paraná

Figuras 40 e 41 – Primeira figura mostra a construção do Edifício Maringá na década de 1960. A segunda figura é uma vista parcial da Avenida Brasil e o Edifício Maringá, 1972.



Fonte: Museu da Bacia do Paraná



Fonte: Acervo IBGE

De toda forma, a presença desses empreendimentos se deu não necessariamente pela “importação” de um modelo já estabelecido em outras localidades, mas enquanto reflexo da conjuntura das atividades comerciais e de serviços dos setores da construção civil e do mercado imobiliário, inclusive de outras regiões do país. Neste sentido, tais incorporadores através destes empreendimentos também foram efetivos promotores da arquitetura e do espaço urbano, com soluções que devem ser creditadas também as implicações inerentes ao próprio mercado imobiliário, por exemplo, ao integrar a sobreposição de funções em uma única construção.

O discurso em torno da arquitetura moderna seria manifestado não somente na esfera especializada, no mercado imobiliário e nas obras públicas. Alguns elementos de seu repertório proliferaram na construção massiva de residências. Renato Delmônico (2010), em seu trabalho sobre o tema, aponta que certas características formais da arquitetura “modernista” estiveram presentes no desenho e na configuração de casas maringaenses erguidas nesta época.

Definindo Maringá como uma zona de “fronteira”, o autor aponta que pelo acelerado crescimento da cidade, novas identidades e manifestações socioculturais se apresentaram, o que supostamente poderia ter influenciado uma “identidade construtiva peculiar, como por exemplo, a apropriação de alguns elementos da arquitetura modernista” (DELMONICO, 2010, p.121). Associa também as apropriações desse novo “estilo” pelo espalhamento da arquitetura pelas regiões brasileiras, originando interpretações diferenciadas em cada localidade. Para o autor, tais construções demonstram como a sociedade maringaense assimilava a identidade arquitetônica que surgia no país. A manifestação desta arquitetura

acontecida, muitas vezes, de maneira mais pontual ou superficial, onde se percebia a “colagem” de aspectos construtivos, ainda que, segundo o autor, em algumas vezes tenha acontecido “desde o projeto arquitetônico”, porém, sempre em termos de “apropriação do estilo modernista” (Figuras 42, 43, 44 e 45).

Figuras 42 e 43 – Residência “Modernista”. Projeto do engenheiro Luty Kasprovicz (1966).



Fonte: Delmonico, 2010



Fonte: Delmonico, 2010

Figuras 44 e 45 – Residências com “atributos formais modernistas”. O primeiro projeto é do engenheiro Maurício Impelizeri (1970), e o segundo projeto é de autoria do engenheiro Romeu Egoroff (1969).



Fonte: Delmonico, 2010



Fonte: Delmonico, 2010

Neste processo de urbanização seria relevante também o papel do poder público. Podem ser identificadas intenções dominantes na legislação da cidade acerca da modernização da arquitetura, prevendo não apenas novos aspectos formais, como também, novas tecnologias e materiais, e a participação de profissionais especializados. Com a elevação de Maringá à categoria de município em 1951, a organização de espaços urbanos passaria a ser normatizada pelas leis urbanísticas. Em 1959 foi aprovado o primeiro documento de controle urbanístico, o Código de Posturas e Obras, Lei nº 34/59. Caracterizado pela rigidez e autoridade, esse documento determinava o zoneamento e estabelecia as regras para o

parcelamento do solo, e apenas reconhecia como cidade a área implantada pela companhia. A lei nº 34/59 abrangia ainda os quesitos urbanísticos de uso e ocupação, além de normas técnicas sobre edificações, higiene e relação de uso do espaço urbano (BELOTO, 2004; MENEGUETTI *et al*, 2009). Destaca-se especialmente para a zona do centro cívico da cidade, no capítulo II desta lei, referente à utilização das zonas, a determinação para a construção da “arquitetura moderna”. O artigo três deste capítulo é bastante claro: “Art 3.º – Destina-se à construção de edifícios públicos – É o centro Cívico – Arquitetura moderna”.

Com a aprovação da Lei nº 418, de 22 Outubro de 1965, evidencia-se cada vez mais por parte do Poder Público e através da legislação, a tentativa de imposição de uma nova ordem arquitetônica especialmente no espaço destinado aos edifícios públicos da cidade. Pela lei, os edifícios a serem construídos na quadra 1 da Zona 1 – especificado como Centro Cívico de Maringá – seriam: A Prefeitura Municipal, a Câmara Municipal e a Biblioteca Pública Municipal.

Interessante evidenciar que de acordo com o artigo 1º desta lei, ficaria autorizado a contratação de firmas especializadas e serviços profissionais de engenheiros e arquitetos, e os edifícios deveriam ser concebidos “dentro da técnica moderna”. Destaca-se também que toda a área não edificada deveria ser ajardinada e arborizada, obedecendo à “técnica moderna de urbanização”. Tais parâmetros sugeriam desta maneira a utilização de novas técnicas construtivas e um novo padrão arquitetônico e urbanístico.

A ideia de se construir o moderno se refletia claramente nas exigências da lei. Possivelmente, a modernidade entendida pelo poder público seria a do “estilo moderno” então em voga. Além disso, segundo o artigo 2º os projetos deveriam ser submetidos à aprovação da Secretária de Viação e Obras Públicas, que daria o seu parecer sobre o mesmo. Os governantes intentavam assim promover através da arquitetura o mito moderno da cidade planejada e moderna, o que não deixa de ter ocorrido em algumas iniciativas arquitetônicas da Companhia, especialmente pelo destaque e importância das obras públicas da área central.

As tentativas de se abordar tal produção do ponto de vista de sua eventual qualificação enquanto fruto de iniciativa local – importação de uma arquitetura “de ponta” denuncia o panorama de escassez que procura, desta forma em vão, preencher, perpetuando a atitude mitificadora anteriormente referida. Seja por razões propagandísticas ou mercadológicas, promoção urbana ou imobiliária, desejo de autoafirmação ou de estar “*up to date*”, a

contratação de projetos na metrópole paulistana, e principalmente a ênfase da historiografia na “presença” destes arquitetos – que se concretiza apenas através de seus projetos – apenas reafirmariam, dentro de sua própria lógica, aquilo que buscavam superar. Assim considerados, tais parâmetros sugerem a utilização de novas técnicas construtivas e um novo padrão arquitetônico e urbanístico, ainda que dependente de traçados, projetos arquitetônicos, cálculos estruturais, materiais de construção elaborados e provindos do “centro” – dependência esta que tais espaços, mesmo quando concretizados, inevitavelmente expressariam. O mesmo ocorreria em relação à necessidade de se impor pela lei a “técnica moderna de urbanização” ou a “arquitetura moderna”, o que só pode provar que a realidade local era outra – caso contrário, a inserção de tais referências nos textos das leis seria inútil. O fato da própria municipalidade incentivadora reincidentemente abandonar as propostas formal, técnica e construtivamente “modernas” elaboradas pelos profissionais do “centro” também se revelam, nesta abordagem, sintomáticas. O mesmo tipo de dilema apresenta-se-lhe a produção arquitetônica em tela – no caso do Grande Hotel de Maringá (1950-51). Projetado dentro dos “princípios da arquitetura funcional” teve uma das versões reprovadas, devido ao custo, que apresentava uma composição cúbica marcada por um bloco envidraçado (VERRI JR., 2001). Dessa maneira, o edifício construído é tecnicamente mais simples. De modo semelhante, o edifício do Paço Municipal (1967) projetado por Bellucci e que seria estruturalmente e esteticamente audacioso não foi construído. Assim, dos três edifícios em tela, apenas a Catedral, talvez pelo intenso conteúdo místico e de sentimento de comunidade e orgulho cívico, concretiza-se sem os percalços anteriormente descritos, demandando inclusive a mobilização de recursos financeiros e longos anos para a sua realização.

Útil para se evitar tais dilemas é a recuperação das dinâmicas reais de circulação das ideias, do ponto de vista que considere os espaços enquanto produto social. Acreditamos serem estes de fato, casos de destaque, com potencial para o desenvolvimento de nosso estudo e reflexão acerca da circulação de ideias e a produção arquitetônica e urbanística maringaense.

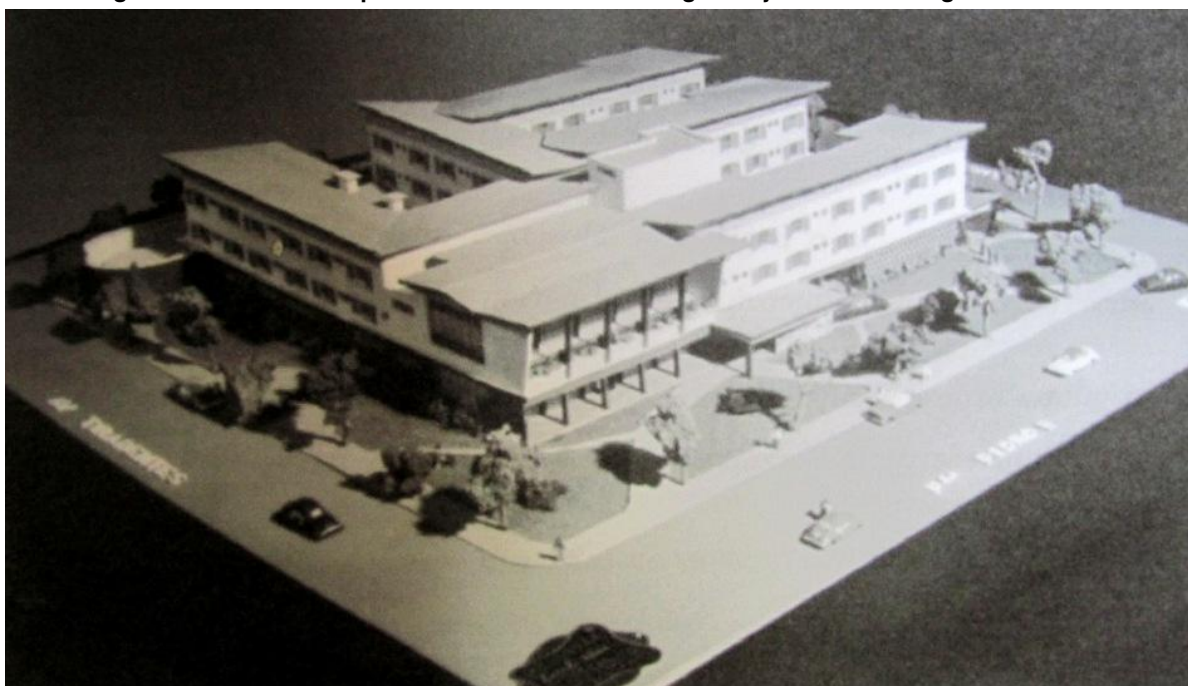
2.2. O Grande Hotel

Os primeiros anos da cidade de Maringá não diferiram em nada das demais cidades do norte do Paraná com ruas de terra mal definidas, terrenos e mata derrubada. Nas cidades novas, um dos primeiros edifícios erguidos era geralmente um edifício hoteleiro ou de hospedaria, como forma de favorecer a chegada dos futuros moradores e investidores. O

hotel da Companhia foi uma das primeiras edificações de Londrina e das outras cidades, como também foi de Maringá.

Logo que a cidade foi fundada em maio de 1947, iniciou-se a derrubada da mata no local onde se ergueria a estação rodoviária, ao mesmo tempo em que se preparava o lugar onde se localizaria o Hotel Maringá. A Companhia empenhava-se muito para que a construção fosse de primeira categoria, com boas instalações, pois era preciso hospedar bem e atrair bons compradores de terras (CMNP, 1975) (Figura 46).

Figura 46 – Foto da maquete do Grande Hotel Maringá. Projeto de José Augusto Bellucci.



Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

No que se refere à implantação do edifício, o terreno onde foi construído, encontrava-se na zona central da cidade, na área destinada aos edifícios públicos, comumente chamado de centro cívico, consistindo em uma quadra de frente à Praça Pedro II. A orientação do sítio é norte-sul na face maior, paralela à Praça Pedro II. Apesar de ser destinado aos edifícios públicos, vemos que na efetivação de sua proposta, a ocupação deste espaço não se deu de modo exclusivo. Onde deveria se localizar a Igreja, implantou-se o hotel da Companhia, e a Igreja foi deslocada para o a praça semicircular do centro cívico, modificando a proposta original de Macedo Vieira.

Segundo Cordovil (2010), essa descaracterização em relação ao plano inicial no que se refere aos equipamentos públicos que deveriam ser construídos no centro cívico, poderia ser explicitado pela Lei nº 12 de 2 de Dezembro de 1955. A lei beneficiava a construção do

hotel da Companhia, uma vez que isentavam de todos os impostos municipais, os hotéis que estavam em construção na cidade de Maringá, no prazo de cinco anos contados da data de publicação da lei. De fato, alguns parâmetros indicados pela lei, evidenciam que esta lei foi dirigida para favorecer o hotel da Companhia como os requisitos mínimos exigidos pra que o estabelecimento usufrísse de taxas públicas, o número de quartos com sala de banho privativa (35), além das áreas mínimas a serem construídas, 400 m² de recepção e 3000 m² no total.

Como afirma Verri Jr. (2001), o então presidente da Companhia, Doutor Cássio da Costa Vidigal, solicitou ao Doutor Hermann de Moraes Barros, diretor gerente da CMNP, a contratação do arquiteto paulista José Augusto Bellucci para os estudos de viabilidade do Grande Hotel Maringá, bem como a coordenação e execução de projetos complementares. O escritório de Bellucci seria ainda responsável por todos os projetos de detalhamento da obra, acompanhamento técnico, e desenho de mobiliários e utensílios.

A obra teve início em 1951, estendendo-se até 1955, quando foi inaugurada a primeira etapa, e esteve sob a responsabilidade da Construtora de Imóveis São Paulo, de propriedade do Dr. Cássio da Costa Vidigal, diretor-presidente da Companhia, e o engenheiro responsável pela execução era o Dr. Costa (Figuras 47 e 48). Na inauguração do hotel, foram hasteadas as bandeiras do Paraná, do Brasil e de São Paulo, enfatizando as fortes ligações que os dirigentes da Companhia tinham com este estado (Figuras 49 e 50).

Figuras 47 e 48 – Etapas da construção do Grande Hotel Maringá em maio de 1953 e junho de 1954.



Fonte: Museu da Bacia do Paraná



Fonte: Museu da Bacia do Paraná

Figuras 49 e 50 – Inauguração do Grande Hotel Maringá, 1955.



DPH - Maringá



DPH - Maringá

Conforme consultado em Verri Jr. (2001), Bellucci desenvolvia em seus projetos, maquetes, estudos, quantitativos de materiais e memoriais de concepção, do método construtivo e dos materiais. Sobre o projeto do hotel, consta um memorial descritivo intitulado *Dos estudos ao projeto*, que descreve desde as condicionantes até a solução do projeto definitivo, composto por: preliminares, condições gerais para o projeto, 1º Anteprojeto, 2º anteprojeto, do projeto, pés direitos, ventilação, recepção, alojamentos, serviços, e materiais. Além desse memorial, há ainda um caderno de *Especificações dos Serviços*, no qual orienta e descreve os trabalhos a serem realizados na obra: instalação da obra, movimentação de terra, implantação, fundações, embasamento, concreto armado, impermeabilizações, alvenaria, revestimentos, forros, telhados, pisos, esquadrias de madeira, esquadrias de ferro, ferragens, vidros, eletricidade, hidráulica, pintura, ajardinamento, limpeza, e recomendações gerais.

O programa do edifício hoteleiro era composto de 35 a 40 quartos, havendo a possibilidade de expansão para 70 a 80 quartos, pois a construção deveria ser executada em etapas, com investimento de uma quantia menor, caso o retorno do empreendimento não fosse o esperado. Além de suas funções de hospedagem, o programa de necessidades deveria conter, ainda, espaço destinado às atividades sociais da região, uma vez que se almejava que o edifício atendesse também a sociedade maringaense, com o uso de espaços para eventos de maneira independente ao funcionamento do hotel.

Conforme consta no memorial descritivo, no item *Condições gerais para o projeto*, fica imposto que:

1ª. 70 à 80 quartos e mais dependências, proporcionais.

2ª. Projeto completo, condicionado à construções parceladas.

3ª. As atividades do Hotel iniciar-se-ão com 30/40 quartos.

4ª. A construção será feita por etapas até s/ complementação.

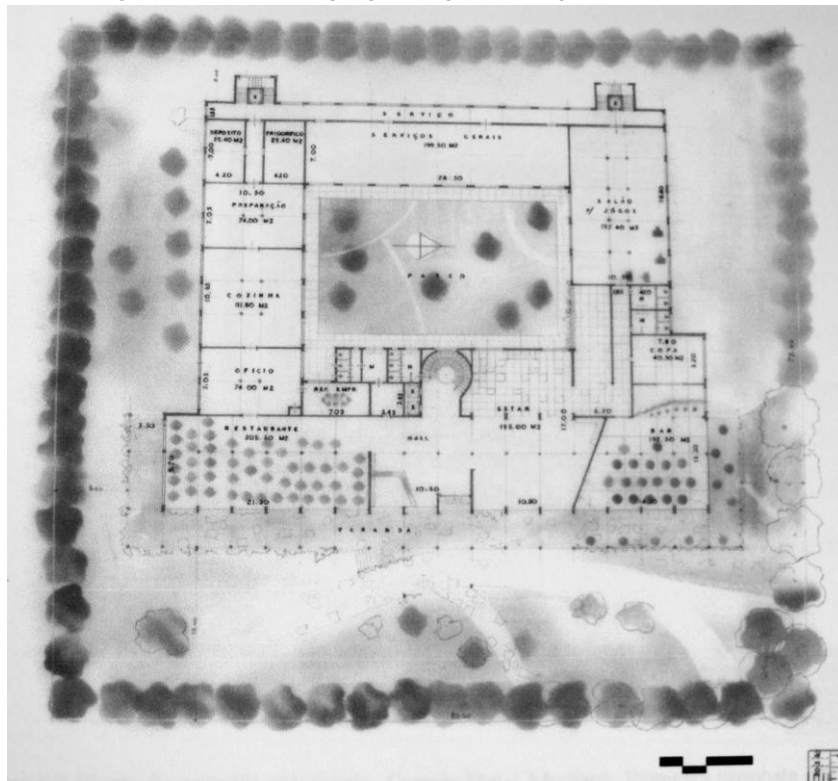
5ª. Recuos: 20,00 ms. na frente e mínimo de 10 ms. laterais.

De acordo com os estudos de Verri Jr. (2001) e conforme consultado no acervo de Bellucci na FAUUSP, foram levantados nove estudos junto ao arquivo do escritório do arquiteto, sendo que não é conhecido se todos os estudos foram apresentados ao contratante. No memorial descritivo feito por Bellucci, é somente relatado o primeiro anteprojeto, que fora descartado, e o segundo anteprojeto, que se refere ao projeto definitivo executado, mas que se configurava como a nona proposta elaborada pelo escritório.

Apesar do número de propostas, nota-se que em algumas delas, modificam-se apenas alguns elementos, sendo que a composição e solução formal permanecem muito semelhantes, e se mostram complementares no desenvolvimento posterior do projeto. Ainda em relação aos estudos, em consulta ao acervo do arquiteto na FAUUSP, foi possível constatar propostas de diferentes composições para a planta dos apartamentos, que variavam no dimensionamento, composição de mobiliário e mesmo no número de cômodos. Percebe-se pela elaboração dos croquis, a constante preocupação no que se refere ao dimensionamento dos apartamentos em relação ao número de unidades.

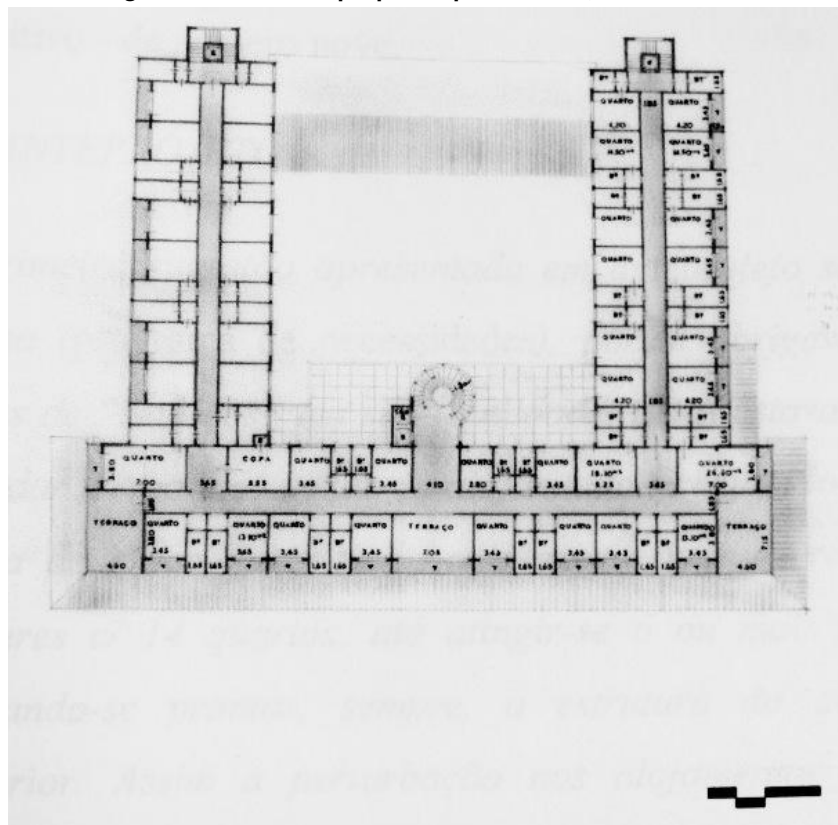
A primeira proposta, de março de 1950, tinha planta configurada por quatro blocos em torno de um pátio central, e desenvolvia-se em três níveis. O edifício previa a utilização de elevadores, e nas fachadas voltadas para as ruas, os apartamentos eram compostos por terraços. Acredita-se que esta versão não foi apresentada, porém, sua configuração e ordem funcional permaneceriam como solução para a segunda proposta que o arquiteto apresenta como primeiro anteprojeto (Figuras 51 e 52).

Figura 51 – Primeira proposta: planta do pavimento térreo.



Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

Figura 52 – Primeira proposta: planta do 1º, 2º e 3º andar.

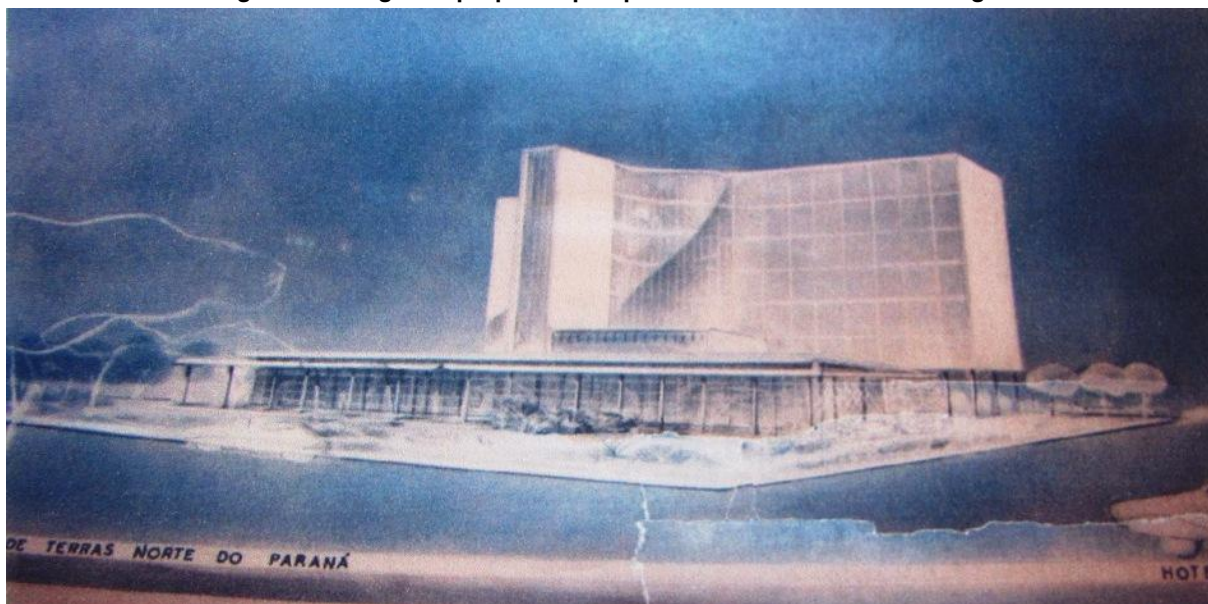


Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

A segunda proposta – primeiro anteprojeto – apresentava a verticalização como partido arquitetônico e sua planta se configurava por três blocos e um pátio central. No térreo, o bloco ao leste tem acesso pela praça, e uma grande varanda leva ao hall, bar, estar e restaurante, a cozinha e serviços gerais se localizavam, respectivamente, no bloco lateral e dos fundos. O grande espaço avarandado seria uma constante nos estudos, oferecendo um espaço de acolhimento da calçada pelo prolongamento da cobertura. O bloco aos fundos marcaria o grande diferencial da proposta, pelo conjunto de seis pavimentos de apartamentos, contrastando com o bloco lateral e frontal que permaneceriam horizontais. O acesso à torre de apartamentos se daria por meio da circulação vertical do bloco frontal, e este se interligaria ao bloco vertical por uma passarela sinuosa (Figuras 54 e 55).

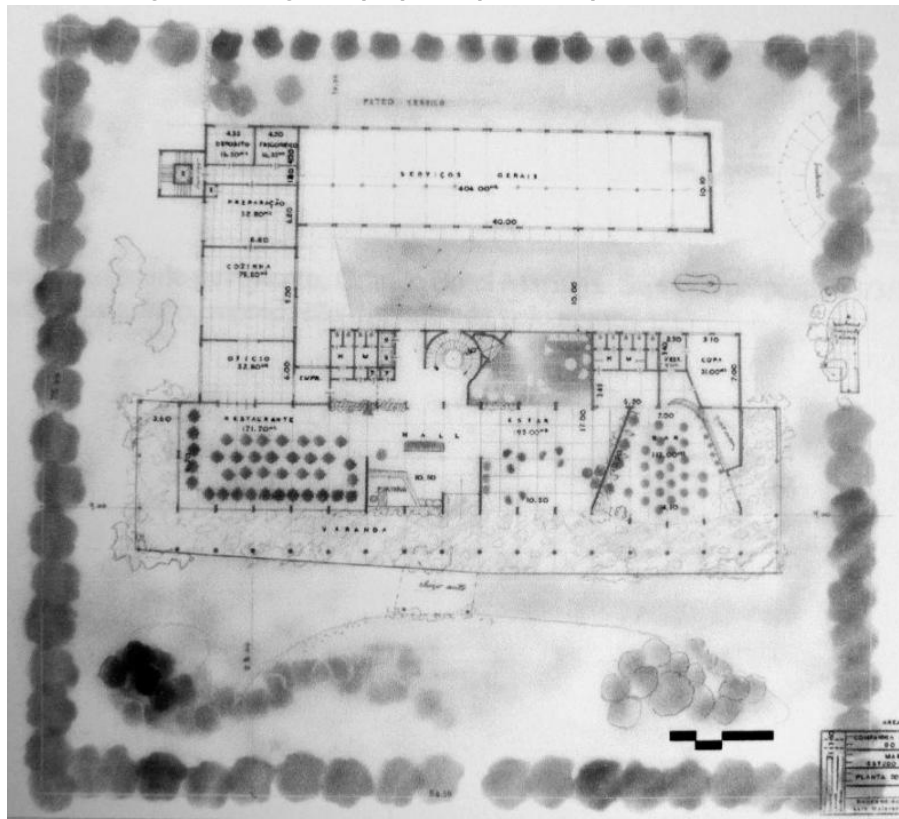
Pela perspectiva elaborada – a única dentre os estudos apresentados – é possível perceber o uso de materiais e a pureza plástica que se aplicava a proposta. A concepção do estudo sugere uma interlocução no arranjo entre o prisma do edifício de dormitórios e o seu embasamento. O embasamento realiza claramente a mediação entre o edifício vertical e seu entorno urbano imediato, emitindo uma livre disposição da torre como marco isolado da paisagem (Figura 53).

Figura 53 – Segunda proposta: perspectiva do Grande Hotel Maringá.



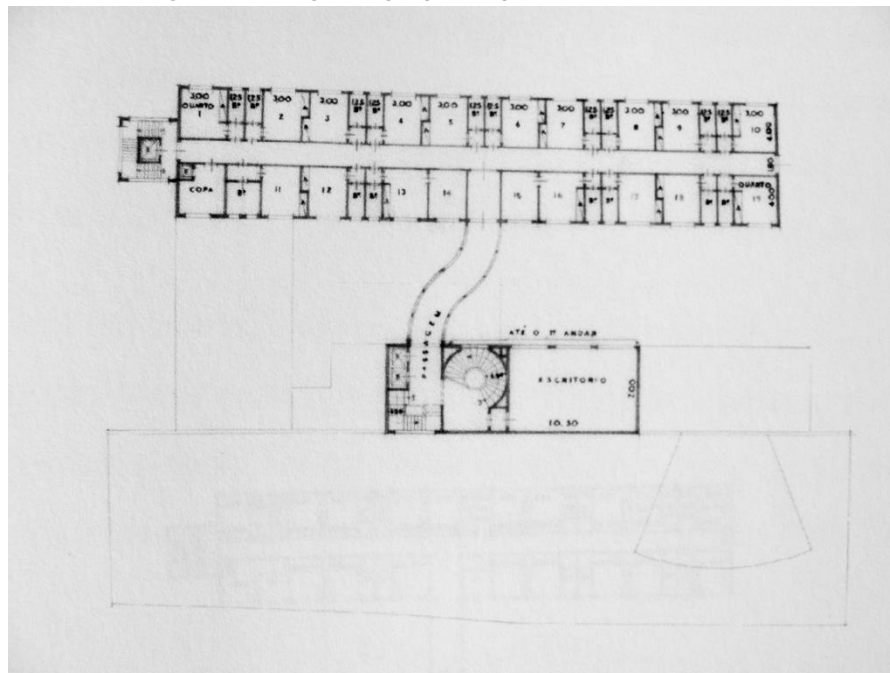
Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

Figura 54– Segunda proposta: planta do pavimento térreo.



Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

Figura 55 – Segunda proposta: planta do 1º e 2º andar.



Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

Sobre este estudo, o arquiteto descreve que:

A primeira sugestão apresentada em anteprojeto, satisfaz as condições acima [Condições gerais para o projeto], porém, obrigava a construção das peças de “serviços” em sua totalidade. Estas estavam dispostas em todo o andar térreo e as peças do alojamento ficariam localizadas sobre base única do bloco, permitindo o aumento do número de dormitórios em andares c/ 14 quartos, até atingir-se 6 ou mais andares à vontade, deixando-se pronta, sempre, a estrutura do andar imediatamente superior. Assim a perturbação nos alojamentos seria mínima e os aumentos cingir-se-iam à um único setor.

Neste sentido, ainda que o conjunto tivesse grande expressão plástica, a ampliação em etapas de difícil execução, parece ter influenciado a recusa da proposta, em prol da razão construtiva. Segundo Bellucci:

Este anteprojeto não foi aceito pelas seguintes razões:

1º) maior dispêndio inicial com locais de serviços em relação à alojamentos;

2º) obrigação de uso de elevadores ao atingir-se 50% dos alojamentos previstos;

3º) funcionalmente perfeito, porém, *impróprio p/ o momento e local, a construção do edifício c/ vários andares e de linhas acentuatadamente modernas* (grifo nosso).

Por outro lado, não seriam apenas os problemas de ordem técnica que influenciaram na decisão. Apesar de o projeto ser “funcionalmente perfeito”, segundo o arquiteto, os custos envolvidos, como os elevadores previstos na proposta, não condiziam com que a Companhia investiria no momento. Além do que, apesar da pureza plástica em torno da proposta, o próprio arquiteto enfatiza que as linhas modernas não enquadravam com a realidade do “momento e local”.

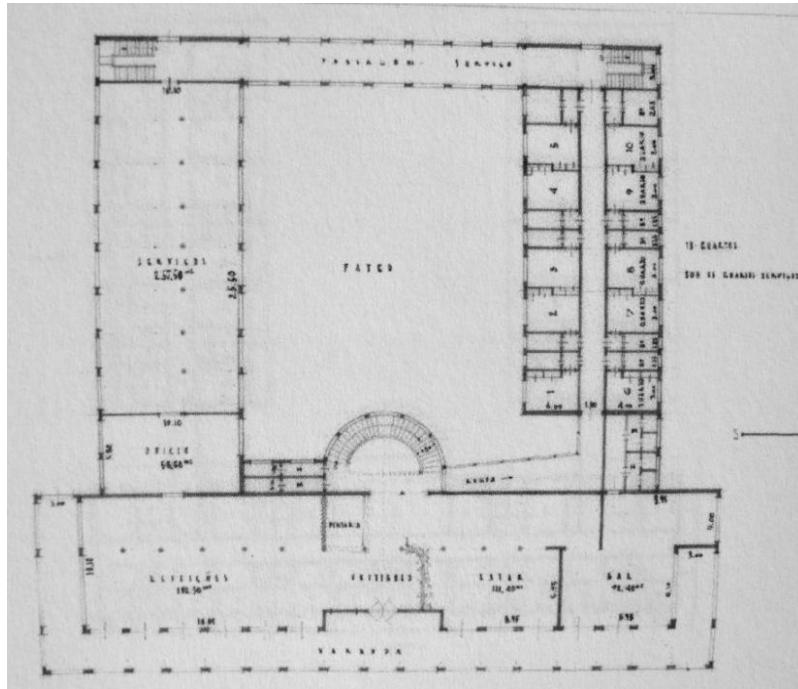
A terceira proposta seria muito semelhante a anterior, e todos os espaços permanecem com as mesmas soluções e dimensionamento, sendo que somente a passarela que une o bloco horizontal frontal à torre de apartamentos se configuraria, nesta proposta, por um desenho linear.

Três meses depois das propostas anteriores, constam em junho de 1950 mais três estudos para o Hotel, totalizando a quarta, quinta e sexta propostas. Todos os três estudos se configuram por três blocos em torno de um pátio; a diferença entre as propostas se dá na configuração dos pavimentos e possibilidade de ampliação. Destaca-se ainda nestes estudos, que todos os apartamentos superiores possuem terraços, indicando uma preocupação com o conforto térmico.

A configuração da quarta proposta se dá por três blocos e uma passagem de serviço, e sugere a sobreposição de mais um pavimento de apartamentos em cada um dos três blocos (Figuras 56 e 57). Na quinta proposta, os blocos norte e sul, seriam posteriormente

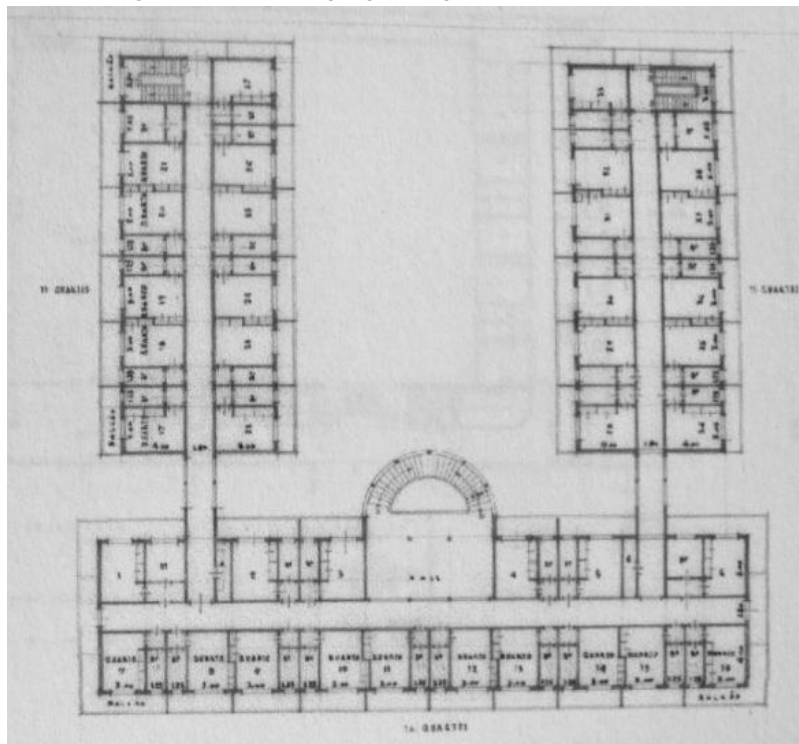
ampliados em sua totalidade, contendo a ideia de se acrescentar mais um pavimento de apartamentos (Figuras 58 e 59); e a sexta, difere pela possibilidade de execução de um bloco de cada vez, configurando três etapas de construção (Figuras 60 e 61).

Figura 56 – Quarta proposta: planta do pavimento térreo.



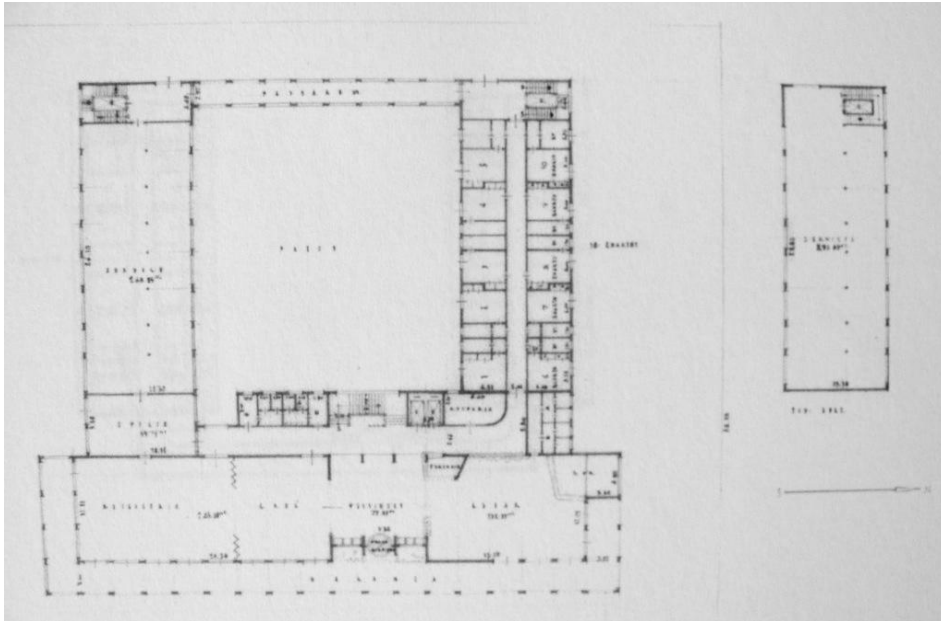
Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

Figura 57 – Quarta proposta: planta do 1º e 2º andar.



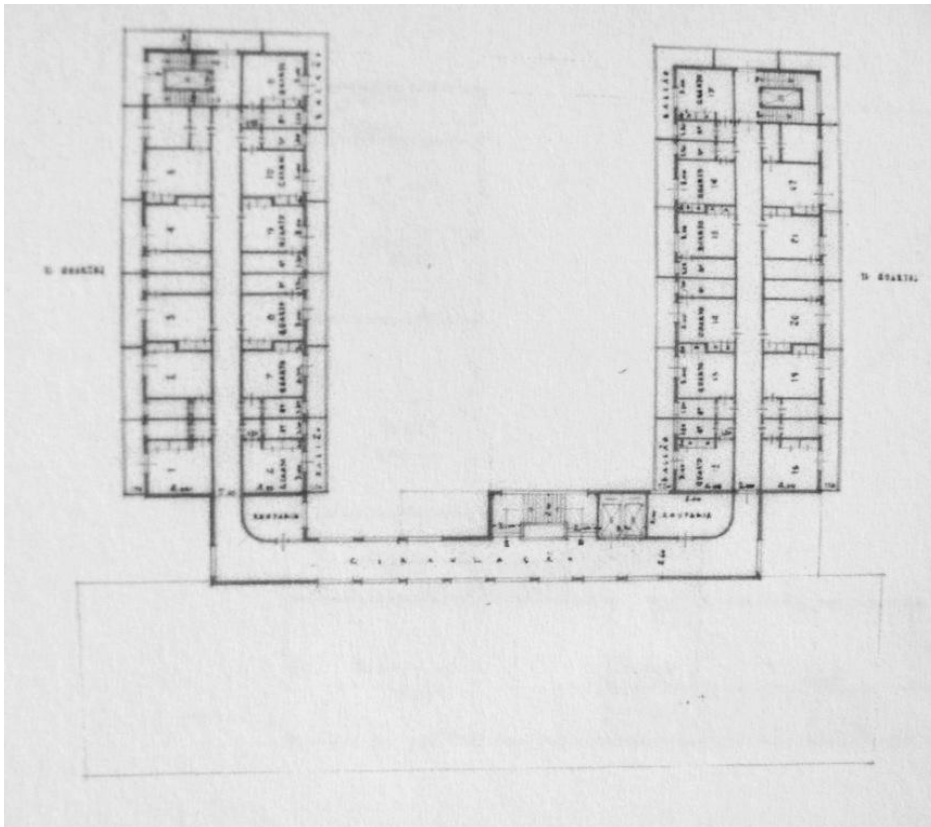
Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

Figura 58 – Quinta proposta: planta do pavimento térreo.



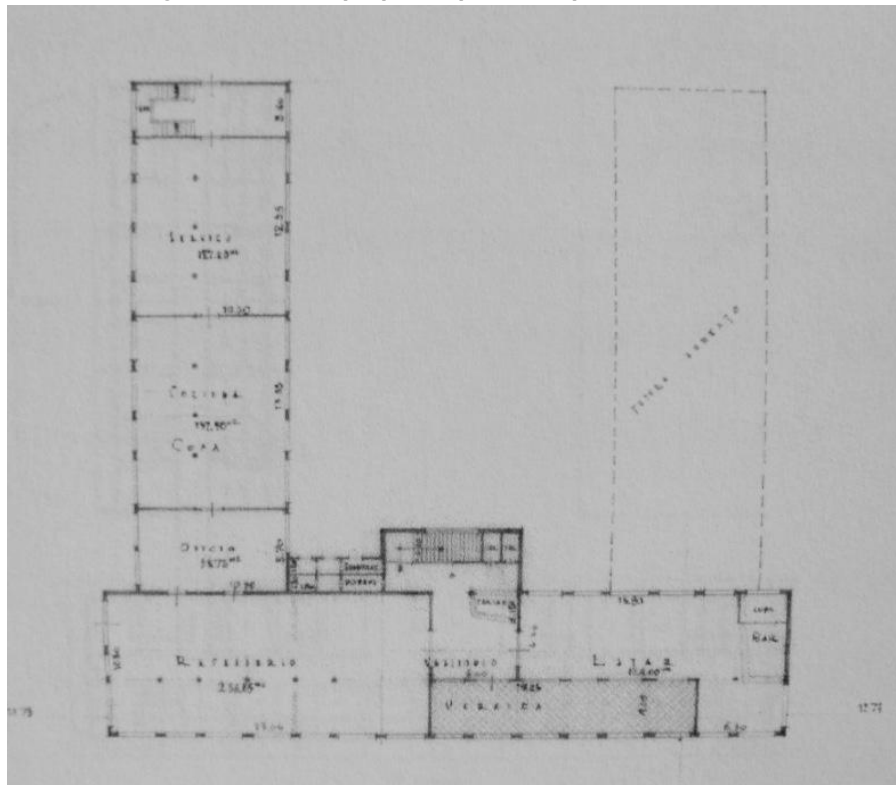
Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

Figura 59 – Quinta proposta: planta do 1º e 2º andar.



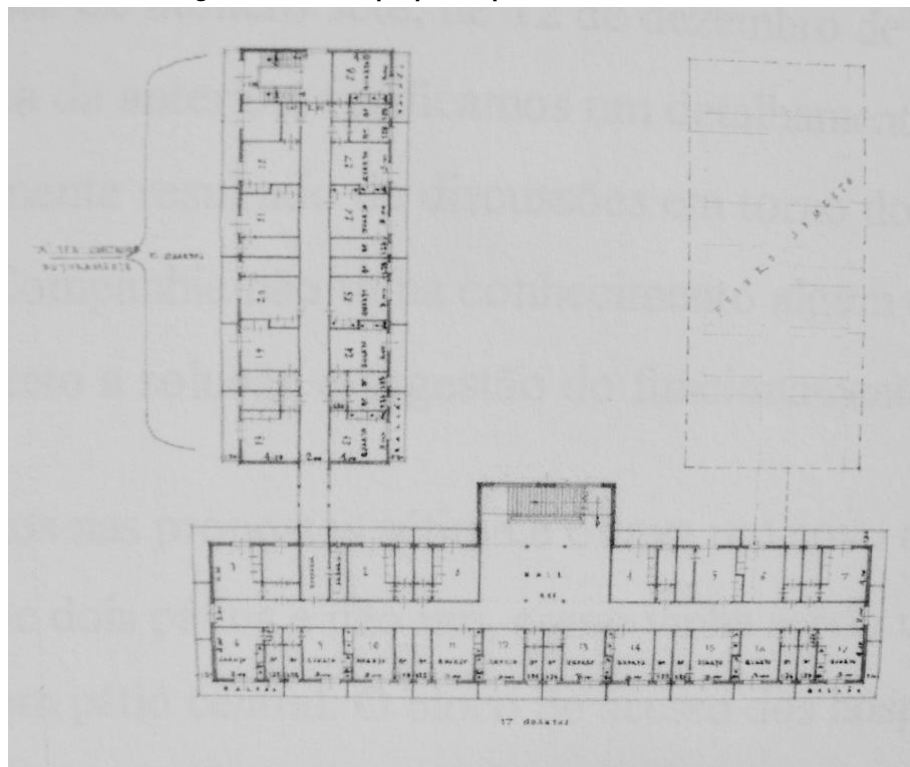
Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

Figura 60 – Sexta proposta: planta do pavimento térreo.



Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

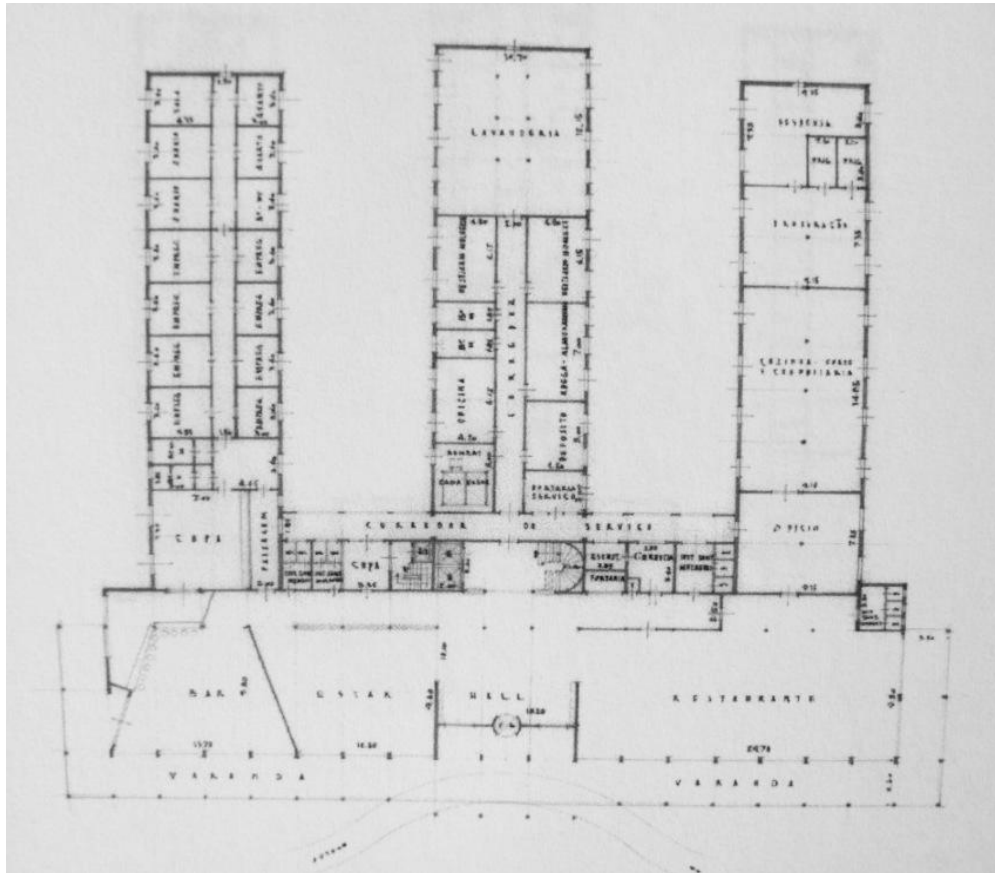
Figura 61 – Sexta proposta: planta do 1º e 2º andar.



Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

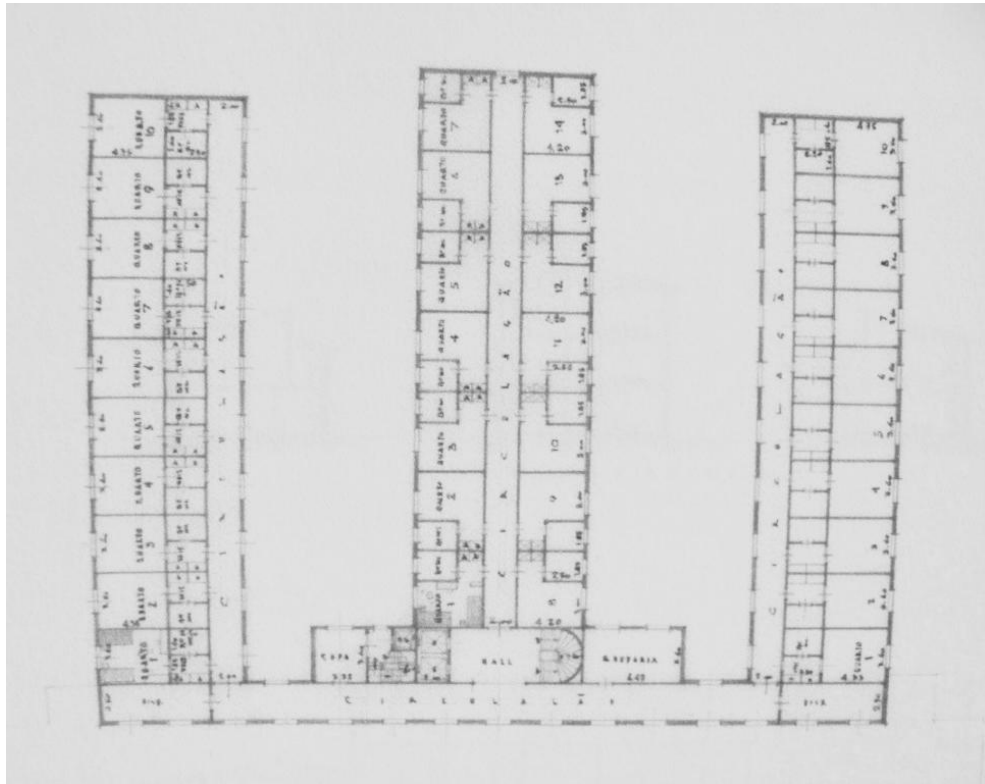
Em dezembro de 1950 data o sétimo estudo para o edifício, onde se nota um maior detalhamento nos usos e dimensionamento dos espaços, assim como, mais desenhos são apresentados para a compreensão da proposta. A configuração dos blocos para esta proposta se diferencia dos estudos anteriores. O edifício seria composto por um bloco frontal paralelo a praça, com a grande varanda de acesso, e abrigaria o hall, bar, restaurante e lazer, além da circulação vertical, centralizada neste bloco. Três blocos se posicionam perpendiculares a este, dispoendo de apartamentos e serviços no térreo e apartamentos nos pavimentos superiores. Os dois blocos laterais comportariam 10 apartamentos, e o bloco central comportaria 14 apartamentos, totalizando, num primeiro momento 48 apartamentos. A cobertura se da pela utilização de telhado em duas águas com beirais (Figuras 62 e 63).

Figura 62 – Sétima proposta: planta do pavimento térreo.



Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

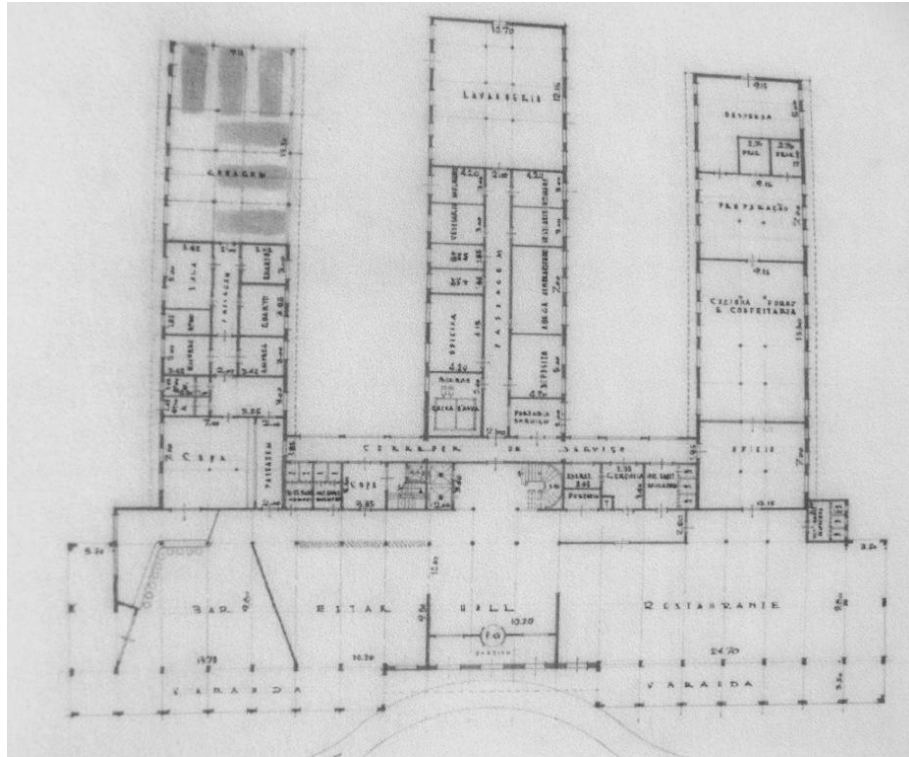
Figura 63 – Sétima proposta: planta do 1º andar.



Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

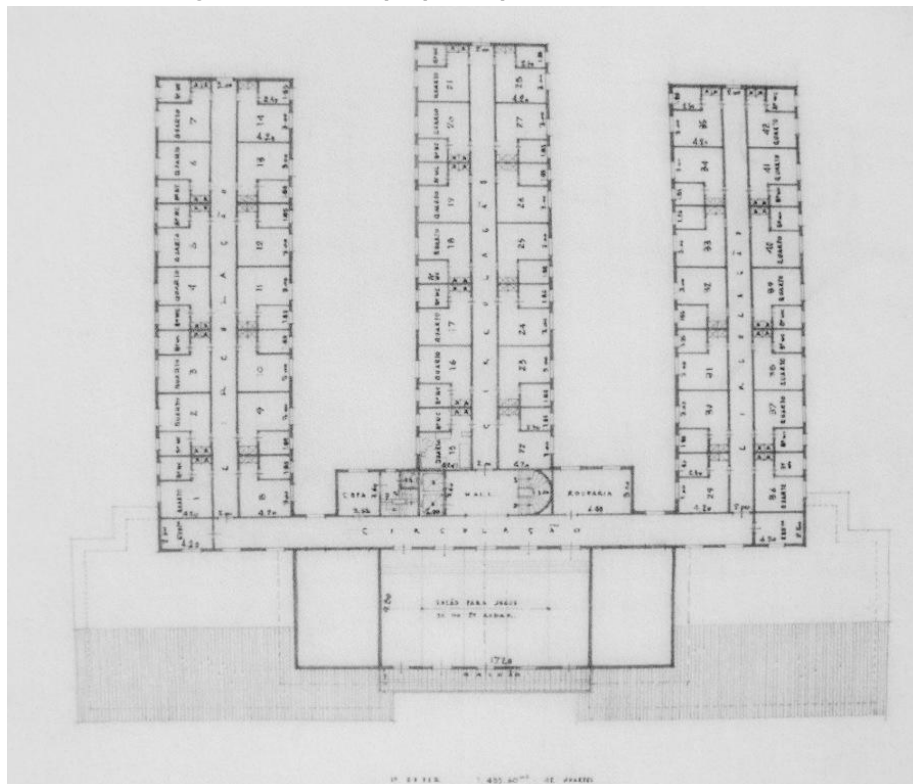
De modo semelhante, a oitava proposta possui a mesma configuração espacial do estudo anterior, com um bloco frontal de acesso, e três blocos perpendiculares a este. Nesta proposta, observa-se um acréscimo no primeiro pavimento sobre o bloco frontal, comportando um salão de jogos. Em relação aos blocos perpendiculares, todos os blocos passam a ter 14 apartamentos, representando um aumento no número de unidades em relação ao estudo de número sete (Figuras 64 e 65).

Figura 64 – Oitava proposta: planta do pavimento térreo.



Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

Figura 65 – Oitava proposta: planta do 1º e 2º andar.



Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

O nono estudo foi denominado pelo arquiteto como o segundo anteprojeto no memorial descritivo, e configura a proposta definitiva. Como o próprio arquiteto descreve no memorial, as recomendações às “construções parceladas”, nortearam o partido do projeto:

O 2º anteprojeto, ora transformado em projeto definitivo, também foi condicionado àquelas recomendações, destacando-se a de “construções parceladas”.

A solução encontrada foi a de não se aumentar a capacidade do hotel por andares superpostos, mas sim por blocos justapostos. Obteve-se, com esta solução, a possibilidade de supressões não somente de alojamentos como também de peças de serviços.

Desta maneira, apesar da quantidade de estudos que não apresentavam propostas com composições muito distintas, esta proposta apresenta uma síntese das intenções do arquiteto, e a importância da construção por etapas encontraria uma solução mais conveniente. Além do que, segundo Bellucci: “está claro que em contraposição ao 1º anteprojeto este oferece as vantagens financeiras embora acarretasse o alastramento do edifício”. Pelas propostas nota-se que o arquiteto estimulou a verticalidade, presente sucessivamente na composição dos estudos, possivelmente como uma maneira de incentivar a modernização da estrutura urbana, sendo que em umas delas, previa o elevador de forma pioneira na cidade.

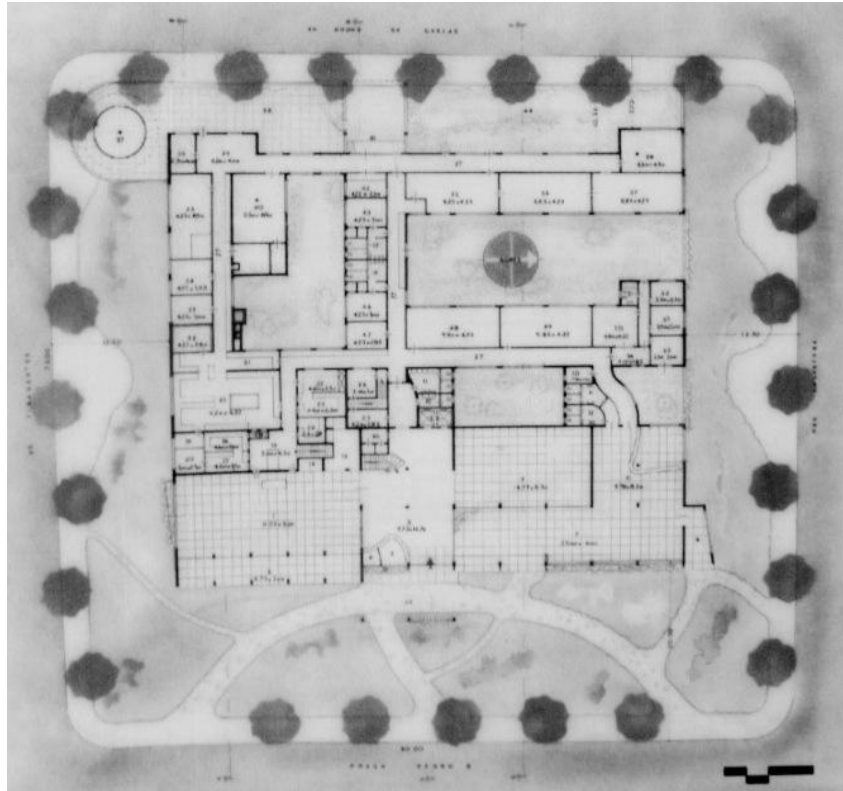
O projeto é composto por cinco blocos, sendo três paralelos a praça de acesso e dois perpendiculares a este. Como a solução destacava a construção por etapas, os dois blocos (médio e posterior), paralelos à Praça Pedro II, deveriam ser construídos posteriormente.

Blocos inteiros de construção poderão ser protelados. O uso de elevadores, também, podendo-se mesmo suprimi-los, dependendo este alvitre da categoria do Hotel, no futuro.

Como é obvio, esta solução obrigou a ocupação total do terreno escasso p/ o gênero, obrigados que estávamos à determinados recuos.

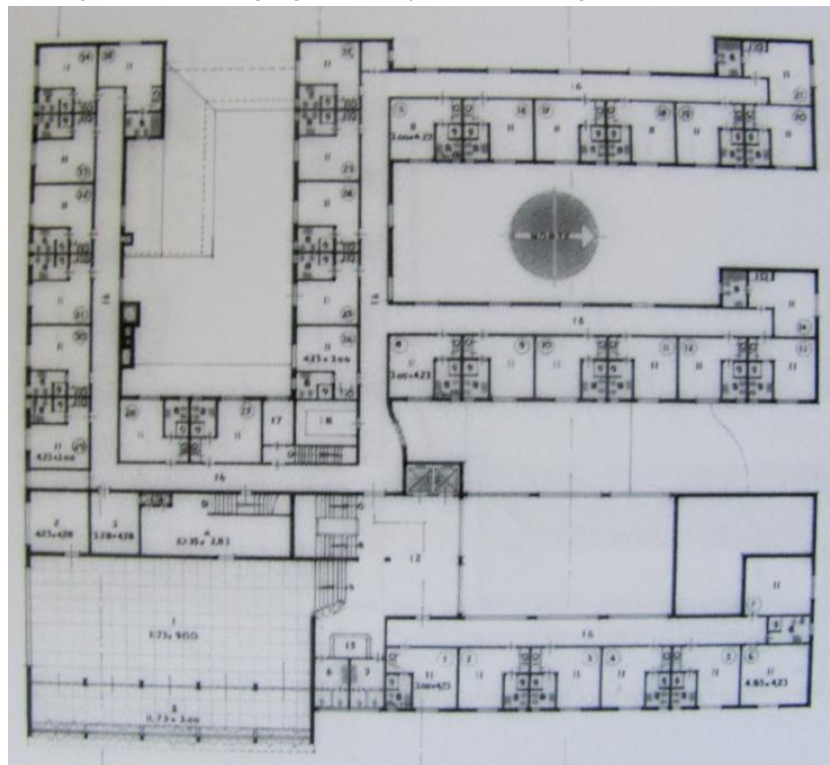
O bloco frontal possui acesso ao hall, bar, estar, restaurante, terraço e concentra a circulação vertical, enquanto os demais contem serviços no pavimento térreo. O primeiro e segundo pavimento de todos os blocos seria destinado aos dormitórios, sendo segundo consta no memorial do projeto definitivo, o edifício teria 71 alojamentos, todos com instalações sanitárias privativas. A preocupação com a solução organizacional é evidente pela disposição de acessos que são feitos de modo independente, e os espaços foram ordenados de maneira a evitar conflitos de serviços, hospedagem e a parte social e administrativa (Figuras 66, 67, 68 e 69).

Figura 66 – Nona proposta. Projeto definitivo: planta do pavimento térreo.



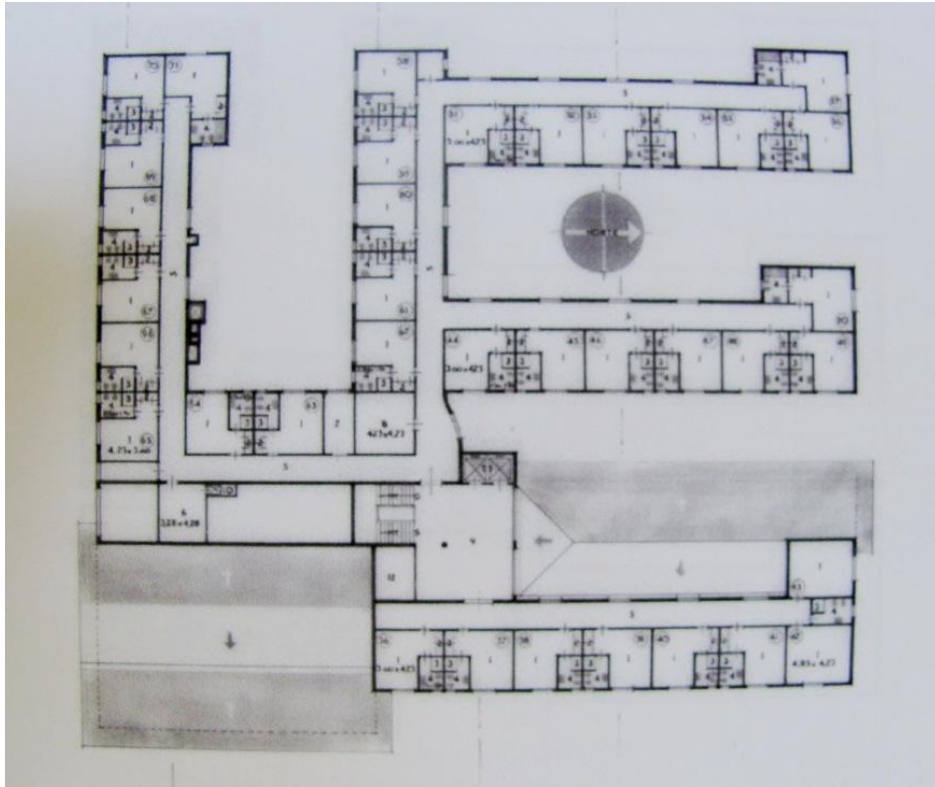
Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

Figura 67 – Nona proposta. Projeto definitivo: planta do 1º andar.



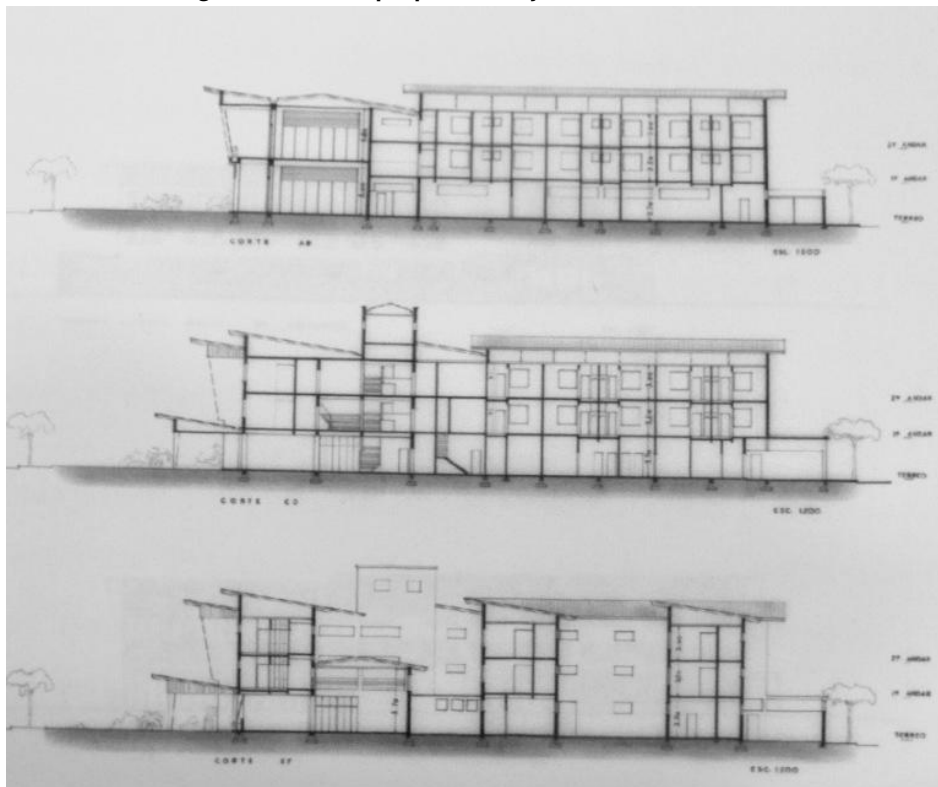
Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

Figura 68 – Nona proposta. Projeto definitivo: planta do 2º andar.



Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

Figura 69 – Nona proposta. Projeto definitivo: cortes.



Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

Estruturalmente o edifício é de concreto armado com fechamento em alvenaria (Figura 70). De acordo com as especificações do arquiteto, todo o perímetro do andar térreo deveria ser revestido por tijolos à vista. Pela planta de cobertura, observa-se que sua solução se dá em cada bloco por uma única água, com telhas de fibrocimento. Vigas de concreto suportam beirais revestidos de madeira, e sob os beirais, há um painel de tabuas com ranhura para ventilação do sótão, elemento que seria “funcional além de estético”.

As esquadrias são de madeira, e o conforto térmico é resolvido pela ventilação de ar natural cruzada nos apartamentos, solucionadas por venezianas sobre as portas. Apesar de o arquiteto usar terraços em algumas propostas, essa solução não aparece no projeto definitivo. Com a implantação de três blocos paralelamente à praça e orientação norte-sul, os quartos foram posicionados preferencialmente a leste e sul, minimizando a incidência solar direta.

Figura 70 – Vista do Grande Hotel Maringá, 1972.



Fonte: Museu da Bacia do Paraná

Dessa maneira, os estudos preliminares realizados para este projeto, onde a disposição dos elementos construídos é experimentada sobre diversos pontos de vista, demonstram uma preocupação constante do arquiteto em estabelecer uma interlocução do edifício com as condicionantes do projeto – ou do contratante – através do arranjo compositivo dos

volumes. Fica clara a intenção de Bellucci, depois de numerosos estudos, em atender as condicionantes de ampliação do edifício em etapas, ainda que aparentemente, a composição do primeiro anteprojeto era a que mais lhe agradava esteticamente e arquitetonicamente. A modernidade impressa pelo arquiteto era marcada pela verticalidade, sendo que nenhuma de suas propostas atribuiu perspectivas lineares horizontais como partido formal, e somente no projeto definitivo a implantação dos blocos se deu pelo alastramento no terreno.

De fato, o edifício construído é tecnicamente mais simples. A proposta aprovada e construída baseada no uso de materiais locais e tradicionais revela claramente ressonância do discurso de Lúcio Costa em *Razões da Nova Arquitetura* (1936), que marca a historiografia da arquitetura brasileira, e que tem ligações nítidas com a teoria cepalina do subdesenvolvimento (ALVES, 2003).

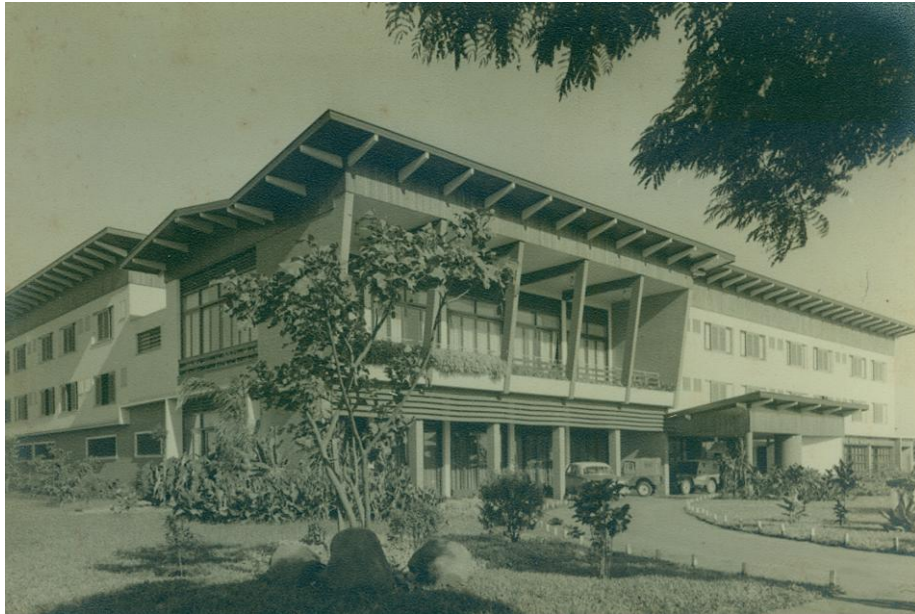
Assim, a modernidade do Grande Hotel decorre tanto de seus aspectos arquitetônicos, quanto pela sua importância no quadro da arquitetura do espaço urbano maringense, enquanto produto da dinâmica modernizadora local (Figuras 71 e 72).

Figura 71 – Grande Hotel Maringá, 1957.



Fonte: Museu da Bacia do Paraná

Figura 72 – Fachada do Grande Hotel Maringá, 1957.



Fonte: Museu da Bacia do Paraná

2.3. A Catedral

Assim como o Grande Hotel, a Catedral Metropolitana de Maringá se instalou no espaço destinado aos edifícios públicos da cidade, embora implantada em lugar distinto ao original. A construção da igreja constava na proposta de Vieira, porém, desde o início, quando a construção era em madeira, foi implantada em local diverso ao indicado pelo engenheiro, e a Catedral acabou se configurando o elemento de destaque, ao contrário do que pretendia Vieira em seu plano (Figura 73).

Figura 73 – Foto montagem da maquete da catedral. Projeto de José Augusto Bellucci.



Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

Como já informamos no Capítulo 1, algumas hipóteses se lançam na forma de ocupação deste espaço. No plano de Vieira para Maringá, a igreja da cidade se localizaria no local onde foi construído o Grande Hotel. Desta maneira, houve uma descaracterização do plano inicial de Vieira, e o local destinado aos edifícios públicos, não teve sua ocupação de modo exclusivo (Figura 74). Pela imagem, notamos em primeiro plano o local em que seria implantado o Paço Municipal e o Grande Hotel. Ao fundo, o centro de saúde, a antiga catedral em madeira e os alicerces de base para a nova catedral.

Figura 74 – Foto mostrando a área destinada aos edifícios públicos e a Praça Dom Pedro II.



Fonte: Robles, 2007

Uma das hipóteses seria que o primeiro bispo da cidade – conhecido como promotor do progresso da urbanização e do catolicismo em Maringá – teria influenciado a implantação da igreja no ponto focal deste espaço destinado aos edifícios públicos. De toda sorte, em 1959, ano do início do projeto da Catedral, vigorava na cidade o primeiro documento de controle urbanístico, o Código de Posturas e Obras, Lei nº 34/59. Destaca-se especialmente para a zona do centro cívico da cidade, no capítulo II desta lei, referente à utilização das zonas, a determinação para a construção de edifícios públicos, e a orientação para a construção da “arquitetura moderna”, como se viu.

Nos primeiros anos se localizava neste espaço a primeira igreja da cidade, uma edificação de madeira construída em 1950 (Figuras 75 e 76). Pelas fotos, observamos também que um centro de saúde foi implantado neste local. Segundo Cordovil (2010), a construção deste equipamento realizou-se com verba liberada pelo governo do estado no início de 1956, e o

centro de saúde de Maringá seria a sede do distrito sanitário regional. Com a conclusão da Catedral, o edifício de saúde foi demolido para liberar a praça, no início da década de 1980 (Figura 77).

Figura 75 – Igreja de madeira, 1950.



Fonte: Museu da Bacia do Paraná

Figura 76 – Igreja de madeira, 1972.



Fonte: Museu da Bacia do Paraná

Figura 77 – Foto mostrando o centro de saúde, a antiga igreja de madeira ao fundo, e o início da construção da nova catedral.



Fonte: Museu da Bacia do Paraná

Quando a cidade se tornou bispado, em 1957, tomou posse o primeiro bispo de Maringá, Dom Jaime Luis Coelho. Dentre as principais iniciativas do bispo, estava a construção da Catedral da diocese de Maringá. Para tanto, Bellucci foi convidado para projetá-la. A indicação do arquiteto é explicada por Robles (2007, p.161):

No decorrer dos anos 50, com frequência os diretores da CMNP faziam-se presentes em Maringá. Convivência respeitosa marcou o relacionamento entre o bispo e, em particular, o diretor-gerente Hermann Moraes de Barros. Foi dele a iniciativa de apresentar-lhe o arquiteto José Augusto Bellucci, com escritório instalado na Praça da República, em São Paulo, onde esteve Dom Jaime para expor sua foto de jornal enriquecida dos elementos que a transformavam em catedral.

O partido formal para a construção da obra compõe uma série de narrativas. A mais famosa dela se refere a “inspiração” de Dom Jaime, por quem teria sido idealizada, em torno do *Sputnik*. A criação da diocese de Maringá coincidiu com o período da corrida espacial, em plena guerra fria. Norte-americanos e soviéticos disputavam a primazia de enviar ao espaço um artefato humano. O lançamento do primeiro satélite artificial à órbita terrestre, o *Sputnik* em 03 de outubro de 1957, colocava os russos em vantagem em relação aos EUA na tecnologia aeroespacial. Assim, simultaneamente competindo com a URSS, os EUA desenvolviam, há tempo, estudos para lançar ao espaço seu primeiro satélite artificial.

Segundo o complexo narrativo em torno de Dom Jaime, foi a partir de matéria publicada em jornal da cidade de São Paulo, que surgiu a “inspiração” para a Catedral. Uma foto

mostrava dois funcionários da *Martin Company* inspecionando a ogiva de proteção de um satélite piloto que seria brevemente lançado ao espaço (Figura 78).

Numa centelha de rara criatividade, como quem rompe o véu do tempo e presente o futuro, o bispo anteviu ali a sua igreja. Delicadamente, com uma caneta, traçou no vértice da figura as hastes de uma cruz. E se deteve, maravilhado, a contemplar o efeito. Até no detalhe do último lance do cone, no espaço reservado ao mirante e aos carrilhões, aquele recorte de jornal revelava a estrutura básica da futura catedral em honra de Nossa Senhora da Glória (ROBLES, 2007, p.161).

Segundo Robles (2007), Bellucci teria concordado com a proposta de Dom Jaime, advertindo sobre algumas mudanças, elementos e soluções que achava mais pertinentes. De fato, tal história inseriu-se no imaginário social local, com grande penetração. O projeto iniciado em 1959, ano do início da vigência do Código de Postura e Obras, correspondia com a orientação do Código, que previa edifícios em “arquitetura moderna”. Não sabemos, porém, se o escritório de Bellucci havia entrado em contato com esta Lei, e se o Código teria servido de incentivo ou até mesmo influenciado a forma arquitetônica, a técnica construtiva e os materiais de construção.

Figura 78 – Recorte de Jornal conservado por Dom Jaime em seu arquivo particular.



Fonte: Robles, 2007

Porém, outra versão se apresenta com José Carlos Bellucci, filho de José Augusto, também arquiteto, formado pela FAUUSP, que acompanhou a formulação do projeto da Catedral Metropolitana. Em visita a cidade, em dezembro de 2005, o arquiteto conta que o desenho arquitetônico da catedral partiu de uma ideia mística-espiritual de José Augusto. Segundo José Carlos, o formato cônico foi elaborado a partir da figura da junção das mãos postas para uma prece, assentado sobre uma grande nave principal para receber os fiéis. O arquiteto afirma que, “a ideia original era da Catedral como ponto culminante, sem concorrência, com o eixo viário a partir da edificação sendo preservado de tal forma que o horizonte ficasse sempre visível” (FRAGOSO, 2005).

Dessa forma, comumente se encontra na historiografia da cidade que a Catedral teria sido idealizada pelo padre e projetada pelo arquiteto. Robles (2007) salienta ainda que, tantos os dirigentes da CMNP, quanto Dom Jaime acompanhavam firmemente os estudos arquitetônicos, por meio de correspondências e em visitas ao escritório do arquiteto na cidade de São Paulo.

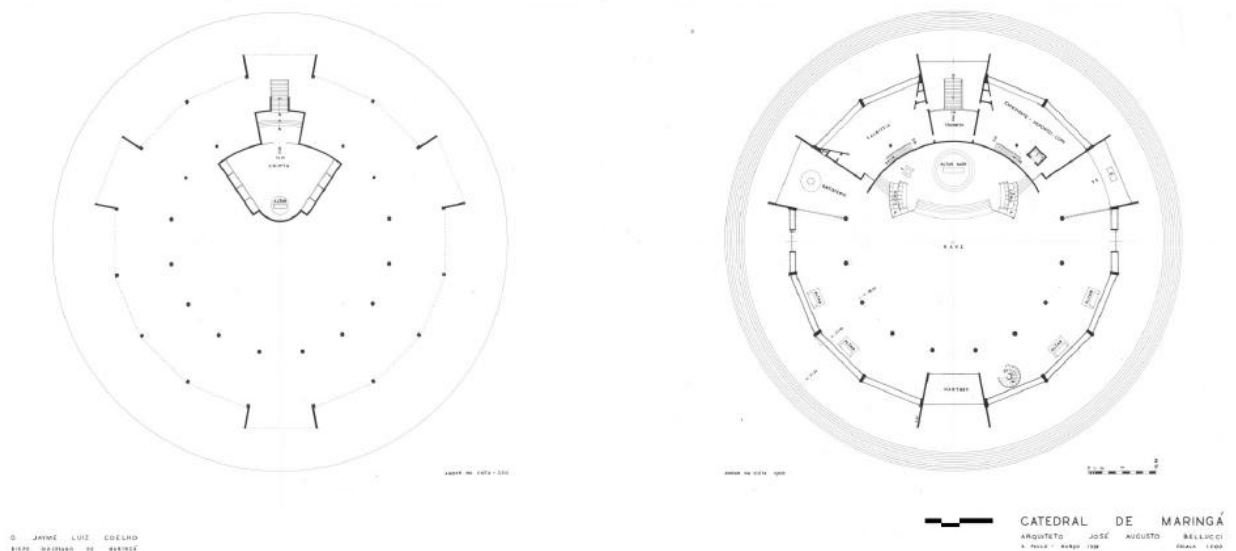
A Catedral Basílica Menor de Nossa Senhora da Glória, é contemplada como o maior símbolo da cidade tanto como um monumento quanto como símbolo de uma identidade local. Implantado no centro geométrico da praça semicircular, localizado na zona central, o edifício caracteriza-se por sua forma cônica. Sua planta de forma circular se expande num diâmetro de 50 metros da única nave, sendo que o diâmetro interno possui 38 metros. O embasamento do edifício é composto por 16 capelas piramidais, sendo que as quatro maiores configuram os acessos; as capelas do Santíssimo e Batistério se localizam ao norte e sul, e as 12 capelas menores se destinam a altares, sacristia, imagens e expediente (VERRI JR., 2001).

De forma cônica, o fuste é formado por um cone interno e outro externo, que se expandem a 9 metros de altura do embasamento. O cone interno possui altura livre de 84 metros, e o cone externo atinge a altura de 114 metros, e sustenta uma cruz de 10 metros, totalizando uma altura total de 124 metros. Ao norte e ao sul, há uma abertura na superfície do cone, rompida verticalmente que permite iluminação e ventilação ao interior da nave. Os vitrais, 16 no total, são de autoria do artista Lorenz Helmair, e o conjunto foi encomendado e executado junto a Arte Sul Artesanato de Vidros Ltda., de São Paulo. As peças que compõem o interior da igreja foram criadas pelo arquiteto Manfred Osterroht, compostas pelo altar, o batistério, a capela do Santíssimo Sacramento e as cátedras (Figuras 79, 80, 81 e 82). O edifício é todo em concreto armado, e a nave expande-se além dos limites dos cones através de um sistema de colunas em forma de W. Estas colunas, além de

transmitirem as cargas dos pavimentos superiores ao solo, apoiando parte dos esforços nas capelas. Sobre o sistema estrutural, Verri Jr. descreve que:

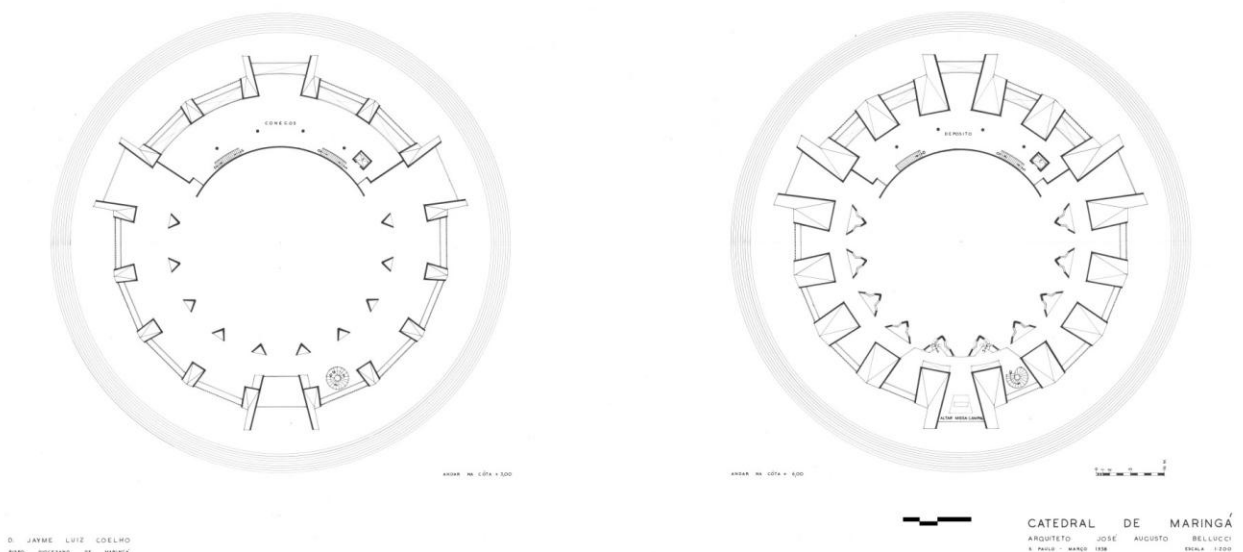
Os cones, ao se aproximarem do solo, são interligados por cintas, que funcionam como tambores absorvendo os esforços verticais dos cones, possibilitando aberturas horizontais no cone interno para as galerias a 15 e 12 metros de altura com relação à nave. As colunas em W são em número de 10, funcionando como arcobotantes aos desviarem as cargas verticais horizontalmente; sua estabilidade é conseguida através de uma das paredes das capelas que atuam como contrafortes. Entre as colunas centrais defronte à porta principal, localiza-se o coro, acessado por escada helicoidal (VERRI JR., 2001, p.48).

Figura 79 – Anteprojeto da Catedral. Planta da nave nível 0 e cripta nível -3,50.



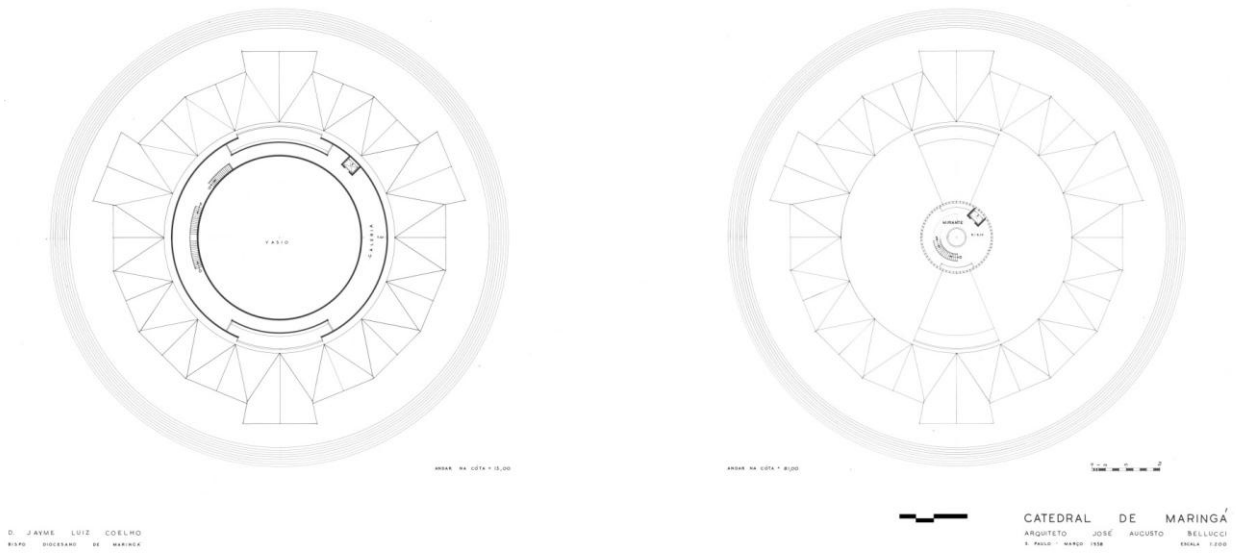
Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

Figura 80 – Anteprojeto da Catedral. Planta nível +3 e +6.



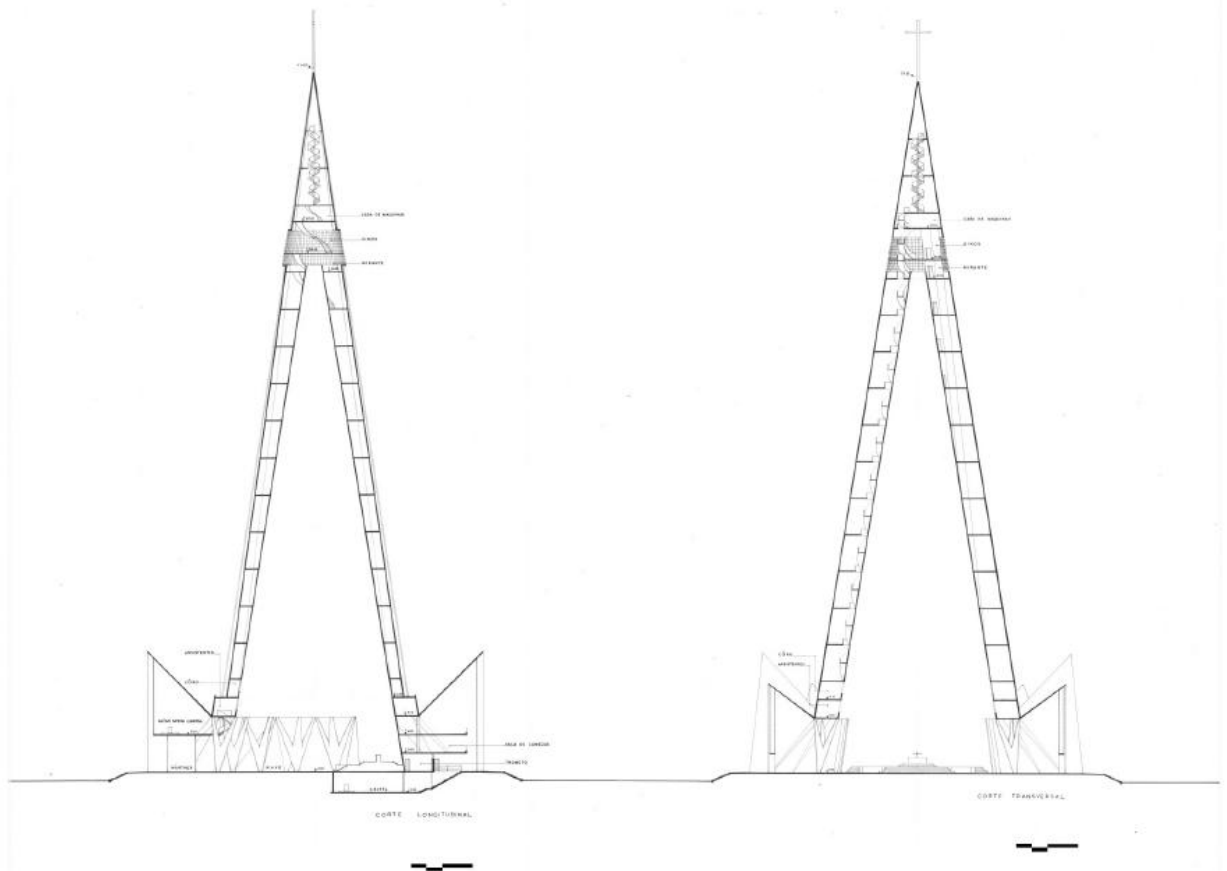
Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

Figura 81 – Anteprojeto da Catedral. Planta nível +15 e +81(mirante).



Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

Figura 82 – Anteprojeto da Catedral. Corte norte-sul e leste-oeste.



Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

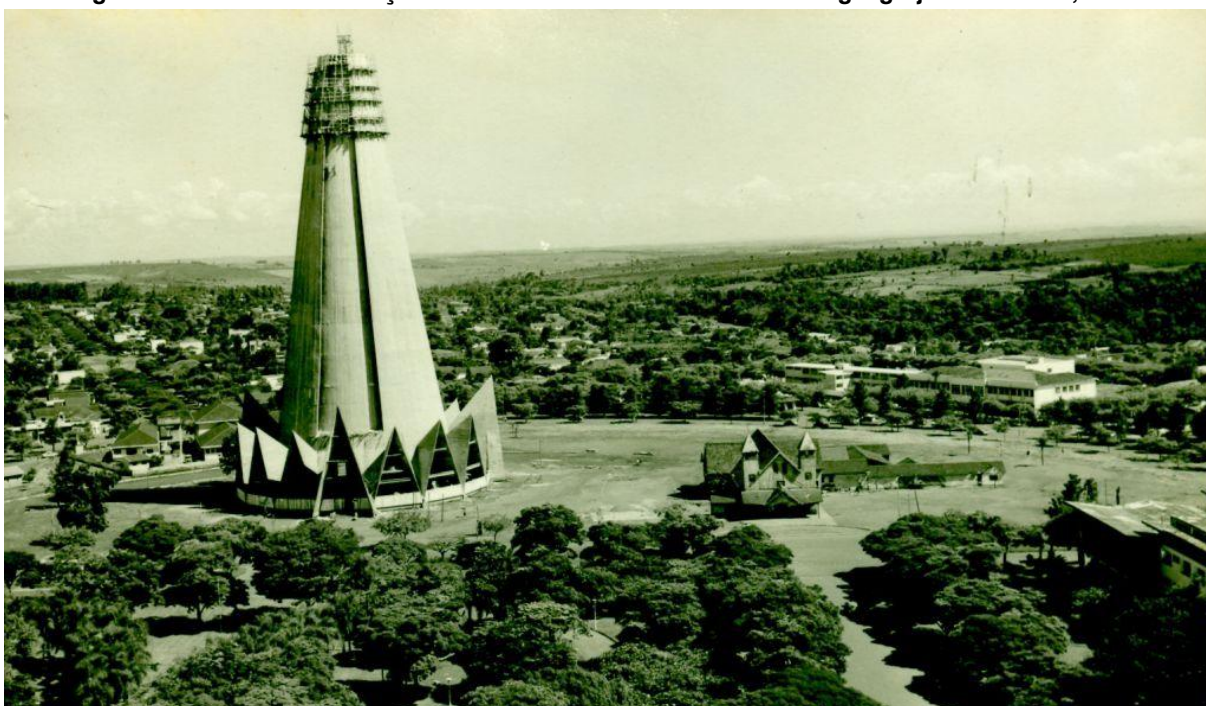
A conclusão da obra, que se iniciou em 1959, ocorreu em 10 de maio de 1972. As discordâncias entre o bispo e o arquiteto marcaram a trajetória do projeto e da obra. Segundo Robles (2007), Bellucci pretendia inicialmente conferir aos vitrais um tom azul semelhante aos do Santuário Dom Bosco, em Brasília, muito provavelmente em ressonância ao que havia imaginado como iluminação para o projeto e para as capelas. Dom Jaime teria discordado, elegendo uma profusão de cores suaves, alterando-se para cores fortes, preferindo “assinalar os passos da caminhada humana pelas etapas da história da salvação” (ROBLES, 2007, p.165). De toda sorte, também o formato das capelas foi tema de divergência entre o bispo e o arquiteto.

Em consulta ao acervo do arquiteto no setor de projeto da FAUUSP, referente ao projeto da catedral nota-se um extremo cuidado com a “organização executiva dos vitrais” expressa pelos croquis e projetos do profissional destinados aos mesmos, enfatizando ser um elemento de destaque em sua proposta. Consta também nos arquivos, uma proposta original referente a estudos para o projeto de urbanização da praça de contorno da catedral, nunca antes divulgados.

Devido às inúmeras e constantes discordâncias apresentadas pelo bispo em relação às concepções originais, e pelos desentendimentos entre o bispo e o arquiteto, Bellucci preferiu afastar-se, no período final do acompanhamento das obras. Como afirma Verri Jr.(2001), o afastamento do arquiteto da obra teve até mesmo carta pública veiculada nos jornais da cidade. Desta forma, sem Bellucci, a obra não foi concluída conforme as especificações do projeto, e alguns elementos especificados pelo arquiteto foram extremamente modificados, caso dos vitrais, mobiliário, e detalhamento do entorno. A inauguração da Catedral deu-se durante o Jubileu de Prata de Maringá, com a celebração da primeira missa em 31 de dezembro de 1972.

Assim, ainda que templos religiosos sejam edificações tradicionais e pioneiras na construção do espaço urbano das cidades, uma obra como a Catedral se destaca pelos seus traços contemporâneos. Fugindo dos moldes tradicionais das construções religiosas, o projeto conforma um edifício diverso daquele que comumente caracteriza essa tipologia de edificações, e atendeu aos desejos da Companhia e da municipalidade pelo seu aspecto moderno e arrojado. As imagens da época dão ideia do significado dessa obra no contexto da modernização e da manifestação da arquitetura, sendo visível como sua inserção contrasta com o entorno imediato (Figuras 83 e 84).

Figura 83 – Foto da construção da catedral em contraste com a antiga igreja de madeira, 1970.



Fonte: Museu da Bacia do Paraná

Figura 84 – O edifício de concreto armado na paisagem urbana da cidade, 1972.



Fonte: Museu da Bacia do Paraná

Sendo uma das maiores edificações da cidade em altura, o edifício configura um marco isolado da paisagem urbana. Apesar de todas as alterações realizadas durante e após a sua construção, o edifício manteria a sua integridade pela força de seu partido estrutural, e

a praça livre acolheria a comunidade com os largos planos acomodados a topografia e ao passeio com muretas baixas de arrimo.

Neste projeto, sobressai a atuação de alguns agentes, unindo suas estratégias políticas e interesses locais. Sempre vinculada à ideia de progresso e desenvolvimento, a obra apresentava em seu projeto traços modernos, expressando a atenção de um bispo aos episódios mundiais assim como expressava os valores da igreja católica. Mais do que isso, reuniu a colaboração popular aos interesses econômicos e políticos dos agentes locais.

Se no Grande Hotel, as questões financeiras desdobraram diversos estudos por parte de Bellucci, na Catedral, o projeto foi executado fielmente – a despeito das divergências anteriormente relatadas. Segundo Silva (2010), a partir dos anos 1950, a Igreja intensificou sua aproximação com as lideranças locais, “tratava-se da união de um bispo com empreendedores, diante dos ideais de modernidade, desenvolvimento e progresso” (SILVA, 2010, p. 176). Através de seus contatos, o bispo estabeleceu uma rede de arranjos políticos e angariou apoio financeiro para seu projeto. Por exemplo, duas leis aprovadas em 1957, (72/1957; 73/1957) autorizavam o Poder Executivo a contribuir com as obras da Catedral, assim como consta nos relatórios de gestão, uma contribuição do erário municipal para o término da obra, a partir das capelas, na gestão de Adriano Valente (REIS, 1996). Além da participação de políticos, bancos, associações e empresários, aconteciam as ações públicas, como as campanhas do café¹⁰, cujas rendas eram revertidas para as obras da Catedral.

Enfim, a construção da Catedral esclarece alguns questionamentos. A primeira constatação, mais evidente, é a repercussão da obra no contexto citadino, tanto no que se refere à modernização construtiva, quanto à difusão de uma imagem. Essa obra expressa também o papel atuante e expressivo de agentes locais na construção da paisagem urbana da cidade. O edifício pode ser considerado como parte integrante da própria construção social da cidade de Maringá, em que se insere a interlocução com a arquitetura moderna pelos traços do arquiteto paulistano (Figura 85).

¹⁰ Aproveitando o desempenho agrícola da região, especialmente a produção cafeeira, o bispo utilizou-se na confiança depositada na pessoa dele, e chegou a prometer cinco anos sem geadas na região, desde que houvesse o empenho de todos na construção da catedral (SILVA, 2011).

Figura 85 – Catedral vista da Avenida Getúlio Vargas, década de 1980.



Fonte: Museu da Bacia do Paraná

2.4. O Paço Municipal

De acordo com os estudos de Verri Jr. (2001) e Cordovil (2010), o Paço Municipal era uma necessidade, e entre as obras previstas para construção no centro cívico, seria a mais importante realizada pela municipalidade. A prefeitura funcionava em um edifício de madeira e não comportava a estrutura administrativa que periodicamente crescia. Dessa maneira, somente no ano de 1967, o prefeito Luiz Moreira de Carvalho decidiu pela construção de um novo edifício do Paço e da Câmara Municipal, novamente solicitado ao escritório Bellucci Arquitetos.

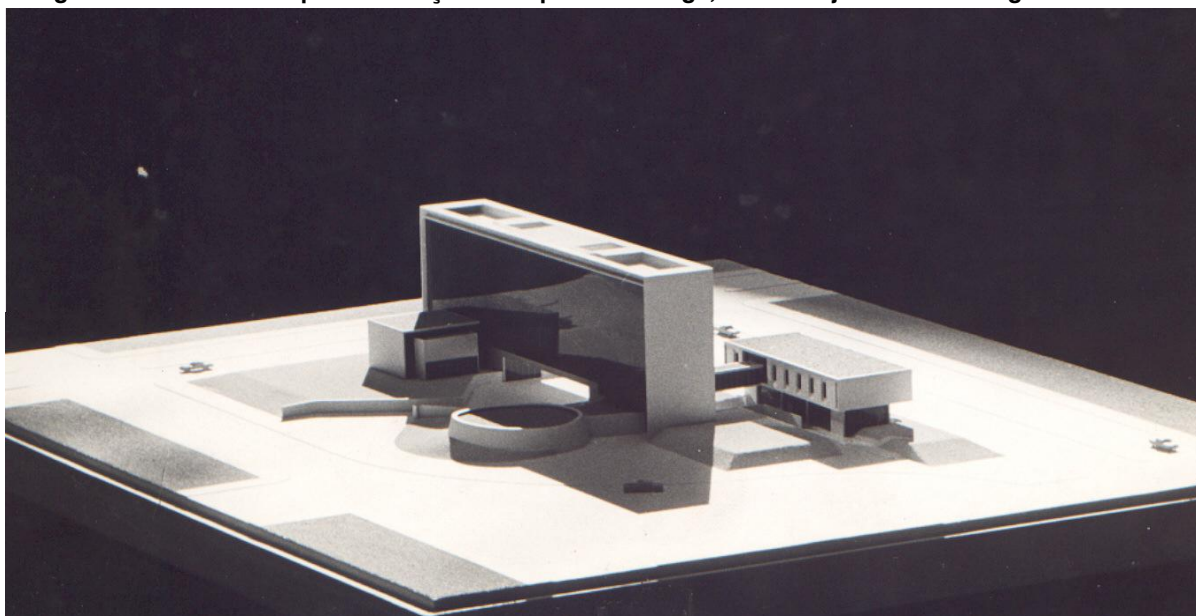
O início o projeto se deu em 1967, quando estava em vigor a Lei nº 418/65. Esta lei estabelecia critérios para a construção do Paço Municipal, da Câmara Municipal e da Biblioteca Municipal no centro cívico de Maringá¹¹. De acordo com o artigo 1º desta lei, ficaria autorizado a contratação de firmas especializadas e serviços profissionais de engenheiros e arquitetos, e os edifícios deveriam ser concebidos “dentro da técnica moderna”. Destaca-se também que toda a área não edificada deveria ser ajardinada e

¹¹ A Câmara Municipal foi construída fora do centro cívico, e teve início na gestão de Silvio Barros no que é hoje a Praça da Catedral, com projeto de Luty Kasprovicz. Porém, a gestão seguinte do prefeito João Paulino Vieira Filho (1977-1982) preferiu interromper a obra, para manter a praça livre de construções e as fundações já executadas foram desprezadas (CORDOVIL, 2010). Em 1982, a Câmara Municipal foi instalada em um prédio da Praça Rocha Pombo que foi remodelado para tal fim.

arborizada, obedecendo a “técnica moderna de urbanização”. Tais parâmetros sugeriam desta maneira a utilização de “novas” técnicas construtivas e um “novo” padrão arquitetônico e urbanístico.

O lote destinado à construção do conjunto se situa em uma esquina, na área destinada aos edifícios públicos. O programa de necessidades continha o gabinete do prefeito, secretarias, câmara dos vereadores, auditório e praça cívica. O partido de implantação do conjunto emprega dois elementos básicos para o equacionamento do programa: uma torre de sete pavimentos alojaria as secretarias, e no plano horizontal, dois blocos se organizam em torno da praça, abrigando o gabinete do prefeito e a Câmara, acessíveis ao público (Figura 86).

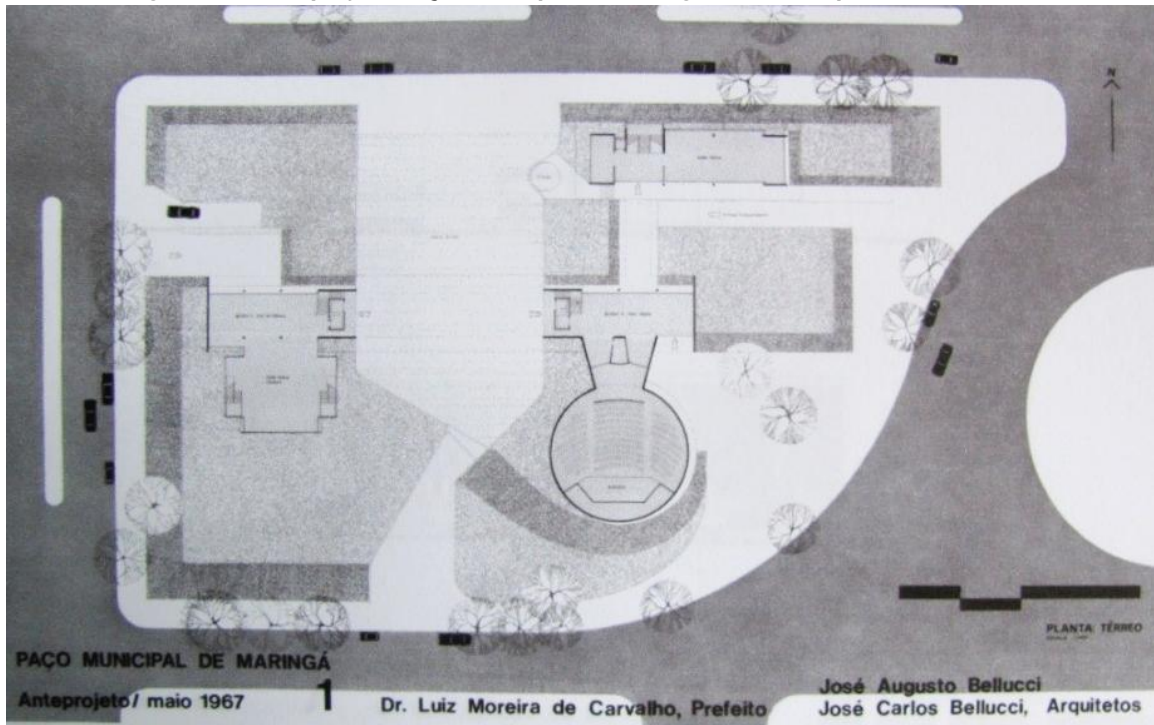
Figura 86 – Foto da Maquete do Paço Municipal de Maringá, 1967. Projeto de José Augusto Bellucci.



Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

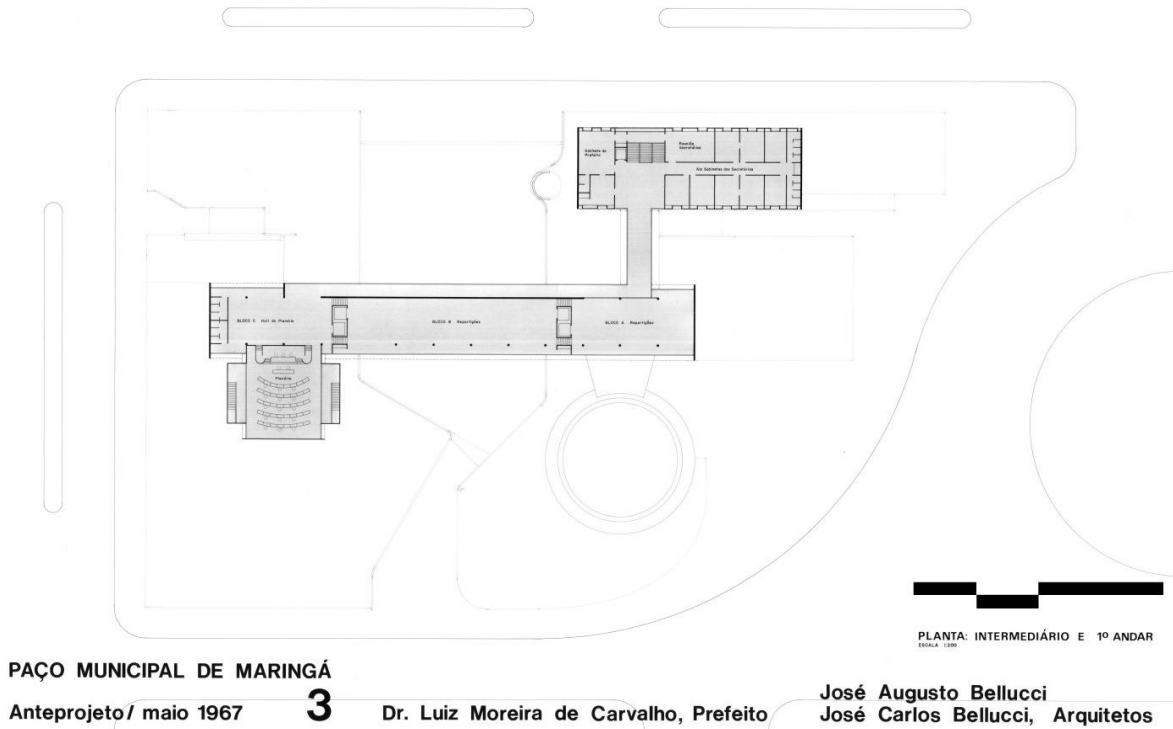
O embasamento dos blocos destinados ao gabinete do prefeito e a câmara dos vereadores se desdobram em mais um pavimento. No térreo localizam-se os salões nobres, e no primeiro andar, o gabinete e a tribuna. Estes blocos se conectam com o bloco vertical por meio de corredor e passarela, e o estacionamento do conjunto ficaria no subsolo. No interior da quadra, determina-se a permanência de um espaço vazio, a praça cívica, que em certa medida, estabelece um contraponto à massa construída da torre vertical. A disposição da praça favorece a passagem de pedestres, permite uma continuidade com o entorno imediato, além de constituir o acesso à circulação vertical dos blocos (Figuras 87 e 88).

Figura 87 – Anteprojeto Paço Municipal de Maringá. Planta do pavimento térreo.



Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

Figura 88 – Anteprojeto Paço Municipal de Maringá. Planta do pavimento intermediário e 1º andar.

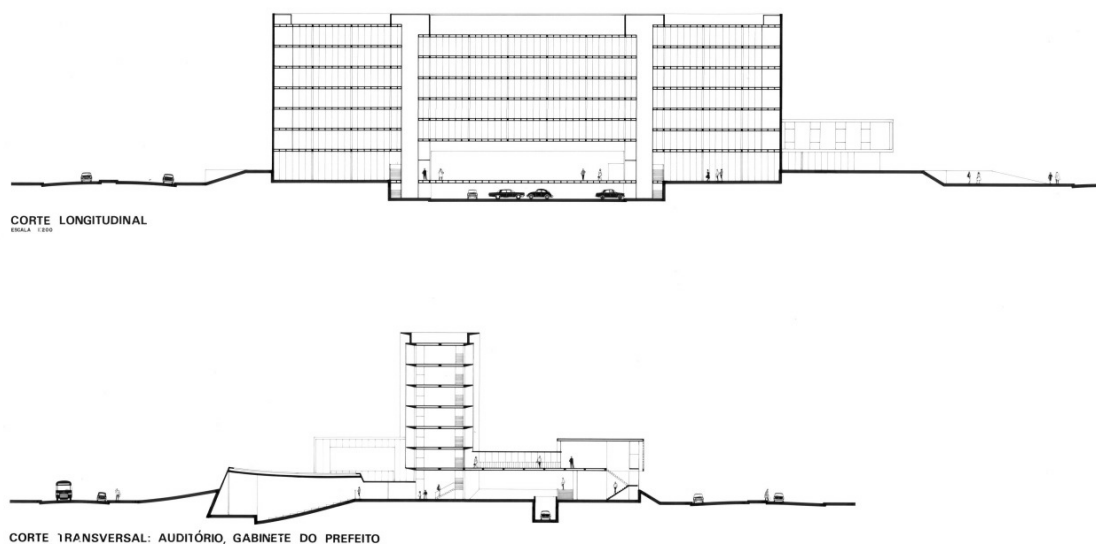


Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

Situando-se em posição de destaque em relação ao conjunto, a torre de secretarias conecta-se aos demais blocos implantados. Seu partido estrutural adota a solução de vigas de concreto armado protendidas, ficando o bloco suspenso sobre a praça, com um vão livre de 40 metros. Segundo Verri Jr.(2001), tal solução calculada como uma grelha vertical foi projetada fazendo uso de um computador da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, verificando os esforços ponto a ponto (Figuras 89, 90 e 91).

Curiosamente, este bloco foi o que acabou não sendo executado. A proposta de verticalização – que já estava presente no Grande Hotel – seria condizente com a monumentalidade e importância ambicionada por um edifício projetado para ser a sede municipal, em ponto privilegiado do plano elaborado por Jorge de Macedo Vieira, mas, apesar disso, o projeto de Bellucci não foi construído em sua totalidade; Verri Jr. (2001) levanta a hipótese que uma das justificativas para a não execução do projeto seria que a estrutura protendida exigiria uma tecnologia de que a cidade não dispunha. Apesar dos profissionais de arquitetura e engenharia conceberem edifícios utilizando parâmetros técnicos e construtivos “modernos”, estes projetos eram reprovados ou modificados, de maneira que, a “técnica moderna” incentivada pela municipalidade, na realidade, não se concretizava em sua totalidade, revelando a complexa teia de agentes, condicionantes, intenções modernizadoras, em suas possibilidades e limites.

Figura 89 – Anteprojeto Paço Municipal de Maringá. Corte longitudinal e transversal.



PAÇO MUNICIPAL DE MARINGÁ

Anteprojeto / maio 1967

8

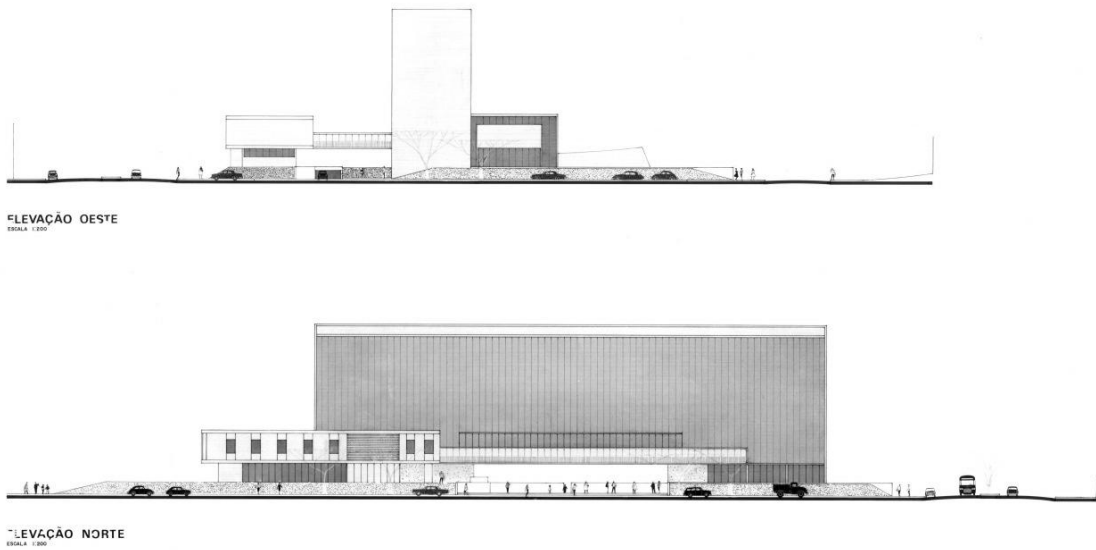
Dr. Luiz Moreira de Carvalho, Prefeito

José Augusto Bellucci

José Carlos Bellucci, Arquitetos

Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

Figura 90 – Anteprojeto Paço Municipal de Maringá. Elevação oeste e norte.



PAÇO MUNICIPAL DE MARINGÁ

Anteprojeto/ maio 1967

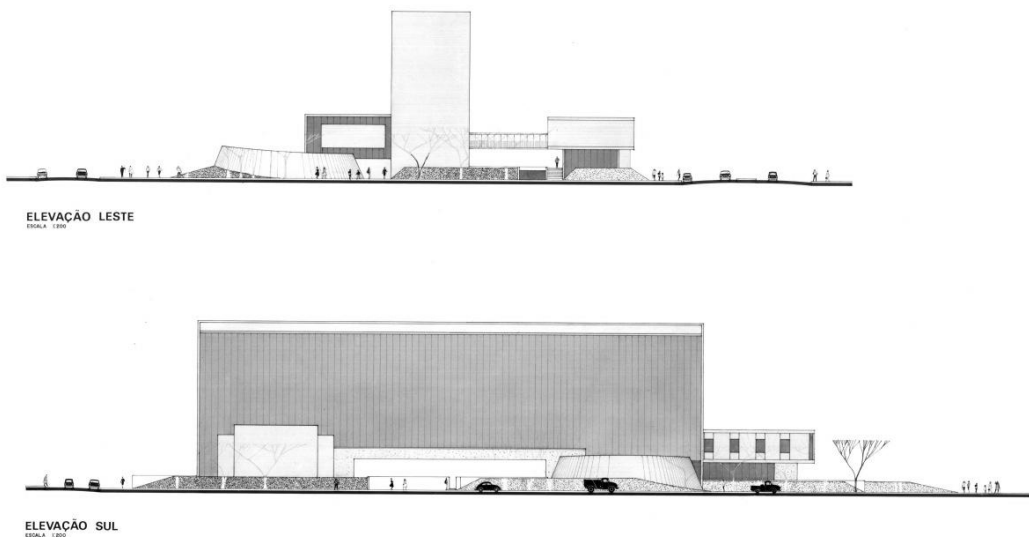
7

Dr. Luiz Moreira de Carvalho, Prefeito


 José Augusto Bellucci
 José Carlos Bellucci, Arquitetos

Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

Figura 91 – Anteprojeto Paço Municipal de Maringá. Elevação leste e sul.



PAÇO MUNICIPAL DE MARINGÁ

Anteprojeto/ maio 1967

6

Dr. Luiz Moreira de Carvalho, Prefeito


 José Augusto Bellucci
 José Carlos Bellucci, Arquitetos

Fonte: Acervo Bellucci, consultado em Verri Jr., 2001

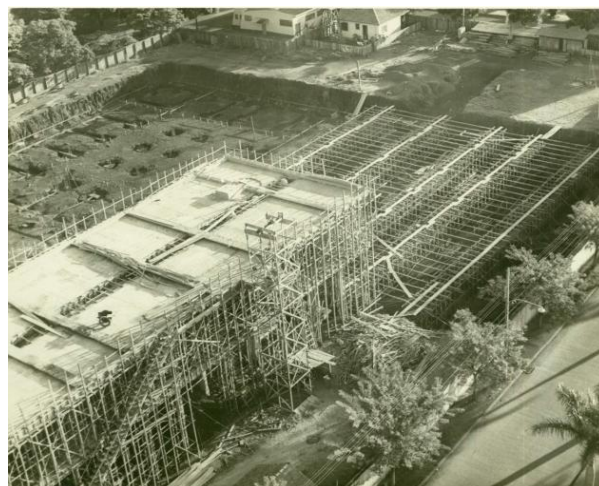
No acervo do arquiteto consultado na FAUUSP, encontram-se os desenhos do projeto do Paço Municipal de Maringá. O anteprojeto data de 1967, e o projeto executivo data de dezembro de 1968. Ao todo são 58 folhas de projeto arquitetônico, e 70 folhas de detalhamentos. Encontram-se também todos os projetos técnicos complementares completos, sendo instalações hidráulicas, elétricas e de ar-condicionado, além do projeto estrutural de concreto armado. Destaca-se ainda, entre as peças produzidas pelo arquiteto, diversos exemplares de croquis de estudos arquitetônicos, estruturais e de detalhamentos, além de croquis artísticos para o projeto definitivo.

Como consta no relatório de gestão publicado por Reis (1996), a construção do Paço Municipal foi iniciada em uma primeira etapa na gestão de Adriano José Valente (1969 a 1972), executando-se o prédio do gabinete do prefeito e uma área subterrânea de 4.400 m² para o qual foi transferida provisoriamente as funções da Prefeitura (Figuras 92, 93, 94 e 95).

Figuras 92 e 93 – Fotos mostrando a primeira etapa de construção do Paço Municipal de Maringá, 1969.



Fonte: DPH - Maringá



Fonte: DPH - Maringá

Figura 94 – Obra do bloco do gabinete do prefeito, 1969.



Fonte: DPH - Maringá

Figura 95 – Gabinete do prefeito realizado na primeira etapa da construção.



Fonte: Museu da Bacia do Paraná

A segunda parte da obra não seguiu o projeto de Bellucci e foi concluído na gestão de Said Ferreira (1983 a 1988). As fundações executadas foram desprezadas, sendo que o edifício efetivamente construído, de quatro pavimentos, ocupa a área destinada à praça cívica (VERRI JR., 2001; CORDOVIL, 2010). Segundo Edson Cardoso, autor do atual projeto do Paço Municipal e arquiteto da prefeitura na gestão de Said, as secretarias funcionavam no subsolo da prefeitura em condições quase precárias, além do que muitos setores da administração municipal possuíam sede fora do subsolo do Paço. Desta maneira, somente em 1982, Said Ferreira, prefeito à época, reivindicou um novo edifício sede para a administração municipal.

Cardoso afirma que à época, o projeto de Bellucci foi consultado, mas por questões espaciais um novo projeto precisou ser elaborado. A cidade de Maringá apresentava grande crescimento, e possuía muitas secretarias e órgãos públicos, que o projeto original do arquiteto paulista não comportaria. Ainda de acordo com Cardoso, o programa de necessidades estava obsoleto e o contrato referente ao projeto com o escritório Bellucci Arquitetos já havia expirado. Desta maneira, Edson Cardoso e Gilmar Ferdinandi, arquitetos da municipalidade, realizaram um novo estudo de viabilidade, alterando o dimensionamento do Paço Municipal e atualizando o programa de necessidades. Porém, ao consultar os acervos do escritório de Bellucci doados a FAUUSP, encontramos nos arquivos do Paço Municipal, croquis de uma proposta de 1982 para o alargamento do

edifício do Paço, com intuito de obtenção de maior área de repartições – material que à época não foi utilizado.

Enfim, o Paço Municipal, ainda que construído parcialmente, foi o a última edificação construída do arquiteto paulista em Maringá, sendo que em 1976, o arquiteto foi novamente solicitado para realizar um estudo para o Teatro Municipal de Maringá, desenvolvido apenas em nível de anteprojeto e nunca construído. Em relação ao espaço urbano, apesar da proposta inicial de Jorge Macedo Vieira destinar a concentração de edifícios públicos a uma determinada área de seu plano e sugerir uma composição arquitetônica, os edifícios foram construídos de maneira isolada. Efetivamente foi implantado neste espaço além do Paço Municipal e da Catedral, o edifício dos Correios, do Fórum, e em lotes individualizados uma série de prédios públicos foram ocupados por instituições federais e estaduais, como a Procuradoria Pública, Receita Federal, INSS, e serviços públicos ligados a Secretarias de Estado. Instituições como a Biblioteca Municipal e a Câmara de Vereadores acabaram por situa-se fora da área destinada aos edifícios públicos.

Considerações Finais

Nascida de um projeto moderno, Maringá se insere como um episódio de planejamento urbano-regional promovido por uma empresa privada – a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, sucessora a partir de 1944 da Companhia de Terras Norte do Paraná, empresa de capital inglês atuante neste estado a partir da década de 1920 que naquele ano é adquirida por capitalistas paulistas – tomando parte, ainda que por caminhos peculiares, do cenário da modernização brasileira do segundo pós-guerra.

A realização de uma ampla pesquisa historiográfica acerca da produção da arquitetura e do urbanismo da região norte do Paraná, e especificamente de Maringá, revela-se passo inicial para o levantamento de questões e ampliação do debate em torno de alguns discursos sedimentados, na já extensa produção historiográfica estabelecida, o que sugere uma percepção da necessidade de superação de algumas abordagens.

O fato de grande parte dos profissionais forâneos que atuaram na cidade serem oriundos da capital paulista embasou a investigação do nosso estudo, especialmente pelo estudo das dinâmicas entre o interior com a metrópole, retomando a problemática trabalhada pelos autores e estabelecendo interlocução com os mesmos. Neste contexto, abordamos o papel da circulação das ideias sob diferentes perspectivas, e já neste momento buscamos entender essa temática do ponto de vista do estudo do papel dos agentes promotores destes projetos de modernização, as iniciativas particulares e ações públicas. Buscou-se suplantar a abordagem de tal dinâmica de circulação de ideias enquanto contextualização da produção arquitetônica e urbana, enriquecendo este debate.

Superando a dualidade entre “centro” e “periferia” que marca as abordagens recorrentes, não descartamos as peculiaridades do empreendimento colonizador norte paranaense frente à metrópole paulistana. Tratamos da produção urbanística e arquitetônica desta área em dois capítulos a partir da seleção de temas que consideramos esclarecedores. Discutir a produção arquitetônica e urbanística na construção da cidade de Maringá, procurando contribuir para o perscrutando do conteúdo e sentido de modernidade eventualmente nela presente, caracterizou o objetivo deste trabalho. O recorte cronológico vai de 1947, com a fundação do município e elaboração de seu plano urbano por Jorge de Macedo Vieira, a 1967, com a construção do último projeto de José Augusto Bellucci na cidade. É a este período que nos dirigimos neste trabalho, numa análise, porém, que não descarta a inserção do momento histórico em questão seja no quadro mais amplo da história do país, e até mesmo em âmbito internacional.

As formulações críticas de Roberto Schwarz, ao articularem linguagem estética e artística com as condicionantes histórico-sociais sugerem uma reflexão acerca da produção arquitetônica e urbana no que se refere à apropriação de “modelos”. Quando trata de forma artística e conteúdo social, o tema central da tese do autor apresenta-se no debate recorrente acerca da universalidade de “modelos” e a particularidade de sua realização na periferia, que dá continuidade ao reafirmar que estes dois polos, central e local, são partes de um único processo. Para o autor, a produção artística apresenta um horizonte intrinsecamente interligado com o processo social; tais dilemas encontram ressonâncias e marcam as dinâmicas expostas neste trabalho.

Na perspectiva de uma contribuição ao processo de difusão de ideias e construção do espaço, alguns aspectos do trabalho merecem ser ressaltados. O estudo de aspectos da conjuntura histórica e econômica desde o Estado Novo até o segundo pós-guerra revelou-se importante para a compreensão do processo de colonização e urbanização do norte do Paraná desde a evolução das políticas de proteção da cafeicultura ao longo do tempo, as relações estabelecidas entre o processo de industrialização de São Paulo, até a participação de profissionais de arquitetura e urbanismo na produção do espaço regional e da paisagem urbana no empreendimento colonizador.

Investigamos as especificidades das dinâmicas e fluxos entre o norte do Paraná e São Paulo, através da análise do planejamento urbano-regional na construção da rede urbana norte paranaense, configuradas pelas práticas da CTNP/CMNP. Coloca-se o debate e o sentido da atuação planejadora na criação de uma nova cidade e a construção de uma imagem local muito específica, através do plano urbanístico que teve grande importância neste contexto modernizador. Daí também, paralelamente as concepções da cultura urbanística moderna, coloca-se os limites, em torno da realidade construída, cuja conceituação insere-se em uma iniciativa de introduzir em um território, ideias modernas de ocupação territorial na intenção de construir uma paisagem bastante simbólica, sem desconsiderar os anseios políticos e comerciais dos grupos dirigentes que a promoveram enquanto empreendimento capitalista. De qualquer forma, como afirma Monbeig, as reflexões possíveis até o momento sugerem cautela em relação ao norte do Paraná enquanto palco de inovação ou singularidade.

O debate cada vez mais amplo instaurado em torno da formulação do plano inicial de Maringá, baseado nas referências recorrentemente apontadas dentro das concepções urbanísticas estrangeiras mencionam referências e concepções que devem ser mais bem compreendidos, não descartando que outros caminhos metodológicos sejam trilhados em

direção à superação dos limites das análises não apenas em relação ao suposto hibridismo das concepções teóricas que teriam embasado a proposta de Vieira, mas também já coloca em questão a paisagem que se construía e às transformações por ela sofridas.

Requalificando a ligação no que tange a arquitetura, procurou-se efetuar neste trabalho, uma reconstituição histórica desta produção baseada no estudo de parte de seus exemplares. Em substituição às abordagens tradicionais em termos de cópia e adaptação, buscou-se entender as dinâmicas por trás destas materializações. Mais do que exaltar exemplos paradigmáticos da arquitetura ou a ação de agentes consagrados, o que empreendemos nesta pesquisa foi apreender as possibilidades de ligação dos projetos ao ambiente social em que se insere e do qual resulta. Nesta aproximação, nos pareceu mais proveitoso selecionar os agentes e produções mais significativas, sendo notável a atuação da Companhia, do poder público, dos agentes da indústria da construção civil, e a influência e intercâmbio com profissionais paulistas.

A análise do período revelou alguns aspectos fundamentais para compreender o conteúdo da produção arquitetônica. A necessidade de impor na lei a “técnica moderna de urbanização” ou a “arquitetura moderna” demonstrava outra realidade. A contraposição entre as referências externas, assimiladas de grandes centros, e as possibilidades de concretização no meio local, acabariam por apresentar algumas constatações. Ainda que a ideia de modernização fosse inevitável, a tradução desta linguagem para as circunstâncias construtivas locais se deu, por certas vezes, de forma conservadora.

A experimentação de novas técnicas construtivas ou a exploração de novos materiais e de possibilidades estruturais, como os grandes vãos e formas livres, estiveram presentes, embora com dificuldades de concretização. Tal fato, porém, não pode ser creditado diretamente ao grau de desenvolvimento tecnológico local, ou as consideráveis limitações técnicas e de recursos financeiros locais, o que, por sua vez, certamente as reafirmariam.

A interação entre valores locais e forâneos também perpassou a própria representação dessa arquitetura, especificada em formato de lei, e frequentemente tratada como instrumento de publicidade. Tal perspectiva deve superar a noção de influência em torno da capacidade dos locais de construir ou afirmarem uma condição de igualdade em relação ao centro, e reproduz o cerne da questão de Schwarz, quando afirma que “ajuda pouco insistir na sua clara falsidade, mais interessante é acompanhar-lhes o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira”, assinalando a obra como “registro do processo sócio”, resultado das relações que estabelece com seu processo produtivo. A assimilação

da arquitetura moderna se processava através das circunstâncias locais, por outro lado, isso não significava a elaboração ou afirmação de uma identidade própria, mas a adequação dessa arquitetura às dinâmicas em que se insere e a qual resulta.

Através do estudo do debate da arquitetura e do urbanismo em Maringá e no norte do Paraná entre 1947 e 1967, tratamos de investigar as produções historiográficas e a constituição de projetos, e como eles evoluíram de acordo com o momento histórico, dentro de uma perspectiva mais abrangente. Antes de procurar estabelecer conclusões definitivas, esta pesquisa buscou apresentar as dinâmicas da história da urbanização e da arquitetura maringaense, no intuito de contribuir com o processo de construção de conhecimento referente a este objeto, e disponibilizar informações de forma a contribuir para futuras aproximações.

Referências

- ALAMBERT, Francisco. Lugar da Dialética, Dialética do Lugar. In: Ricardo Musse; Isabel Loureiro (Org.). **O marxismo Ocidental**. São Paulo: Editora da UNESP, v.1, p.229-247, 1998.
- ALVES, André Augusto de Almeida. **Arquitetura e sociedade em São Paulo 1956-1968: projetos de Brasil moderno**. 2000. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, São Paulo, 2003.
- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro *et al.* O urbanismo do engenheiro Jorge de Macedo Vieira. **Catálogo da Exposição**. Iv Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, São Paulo, 1999.
- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. Ressonâncias do tipo cidade-jardim no urbanismo de cidades novas no Brasil. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, VI, 2000, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2000.
- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de; STEINKE, Rosana. Desenhando uma nova morfologia: o urbanismo do Eng. Jorge de Macedo Vieira. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, VII, 2002, Salvador. **Anais...** Salvador: 2002.
- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de; CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. O projeto moderno e a transformação da paisagem: a cidade de Maringá no noroeste paranaense. In: SEMINARIO APEC. La producción del conocimiento y los desafíos (in) sostenibles del mundo contemporáneo, XIII, 2008, Barcelona. **Anais...** Barcelona: APEC, p.47-56, 2008.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentimento da Dialética da Experiência Intelectual Brasileira. Dialética e Dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- BELOTO, Gislaine Elizete. **Legislação urbanística: instrumento de regulação e exclusão territorial – considerações sobre a cidade de Maringá**. 2004. 201f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.
- BOEIRA, Jurandir Guatassara. **A arte e a técnica de desenhar cidades**. 2000. 188f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2000.
- BONFATO, Antonio Carlos. Jorge de Macedo Vieira: o orgânico e o geométrico na prática urbana (1920-1960). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, ANPUR, Salvador, v.5, n.2, p.75-93, nov. 2003.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar? In: José Francisco Bernardino de Freitas e Eneida Maria Souza Mendonça. (Org.). **A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar?** 1ed. Vitória: EDUFES, 2012, p. 141-157.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- CANCIAN, Nadir A. **Cafeicultura paranaense – 1900/1970**. Curitiba: GRAFIPAR, 1981.

CARDOSO, Edson. **Edson Cardoso**: depoimento [fev. 2014]. Entrevistadora: A. C. P. de Brito. Maringá, 2014.

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia de. "As ideias estão no lugar". In: Cadernos de Debate, n.1. São Paulo, 1976.

CASSAGO, Ana Paula. Construção da rede urbana no norte do Paraná. **Anais... VII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, Salvador: 2002.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ – CMNP. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 1ed. São Paulo: CMNP, 1975.

CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. O código de posturas e obras de 1959 e as transformações do plano inicial de Maringá, PR. In: VI Encontro Tecnológico da Engenharia Civil e Arquitetura – ENTECA, 2007, Maringá. **Anais... DEC-UEM**, p.1-11, 2007.

CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. **A aventura planejada**: engenharia e urbanismo na construção de Maringá - 1947 a 1982. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. Referências Teóricas e Urbanísticas do Plano Inicial de Maringá: Aproximações e Distanciamentos. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XIV, 2011, Rio de Janeiro. **Anais... Rio de Janeiro: ANPUR**, 2011.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos; DE ANGELIS NETO, Generoso; SAMPAIO, André Cesar Furlaneto; BARROS, Gabriela De Angelis; BARROS, Rafaela De Angelis ; GUIZELINI, Larissa De Angelis. A (des)mistificação do "verde" de Maringá - um desafio a ser (re)pensado. In: Oigres Leici Cordeiro de Macedo; Fabíola Castelo de Souza Cordovil; Renato Leão Rego. (Org.). **Pensar Maringá: 60 anos do Plano**. Maringá: Massoni, 2007, p.47-67.

DELMONICO, Renato. **A Arquitetura modernista nas residências de Maringá**: apropriações culturais (1950-1970). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

FERRONI, Eduardo Rocha. **Aproximações sobre a obra de Salvador Candia**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, São Paulo, 2008.

FRAGOSO, Mario. Arquiteto revê cidade que pai ajudou a planejar. **O diário do norte do Paraná**, Maringá, 9 dez., 2005. Disponível em:
<<http://www.odiariomaringa.com.br/digital/2005/12/09/pagina7.swf>>. Acesso em: 15 out. 2013.

FREIRE, Adriana Leal de Almeida. **Modernização e modernidade**: uma leitura sobre a arquitetura moderna de Campina Grande (1940-1970). 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2010.

FRESCA, Tânia M. **A rede urbana do Norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do Norte do Paraná -1930 - 1970. In DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, J.H.R. **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, p.88-121, 1999.

GREMAUD, A. P; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JUNIOR, R. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã**. Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2002.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades-jardins de amanhã**. São Paulo: Hucitec – EDUSP, 1996.

IZEPÃO, R. L.; TARTAGLIA FIHO, L. O planejamento governamental nos estados do Paraná e Santa Catarina: um estudo comparativo. **A economia em Revista**, Curitiba v.17, n.2, p.43-56, dez. 2009.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. Maringá: A Prefeitura, 1997.

MANSUR, Denise Cristina. **O planejamento e a regionalização da administração direta do estado do Paraná como aporte às ações e à política de desenvolvimento econômico**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná, 2008.

MARINGÁ (Prefeitura Municipal) **Plano Diretor de Desenvolvimento**, 1967.

MATOS, Odilon N. **Café e Ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo: Fontes, 1974.

MENEGUETTI, Karin Schwabe; REGO, Renato Leão; BELOTO, Gislaine Elizete. Maringá - a paisagem urbana e o sistema de espaços livres. **Paisagem e Ambiente**, n.26, p.29-50, 2009.

MONBEIG, Pierre. A zona pioneira do Norte-Paraná. **Boletim Geográfico**: São Paulo, ano III, n. 25, 1945.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1984.

MULLER, Nice L. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**: São Paulo, n.22, p.53-98, mar. 1956.

MUNIZ FILHO, C. Divisão regional do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.87, p.149-173, jan./abr.,1996.

NICHOLLS, William. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-1965. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, Paraná, n.26, setembro/outubro de 1971.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo, Boitempo, 2003.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. 2. Ed. Curitiba: IPARDES, 2006.

PALTI, Elías. **El problema de las “ideas fuera de lugar” revisitado. Más allá de la historia de “ideas”**. UNAM – CCyDEL, México, 2002.

PALTI, Elías. **El tiempo de la política**. Buenos Aires, Madri e México. D.F.: Siglo XXI, 2007.

REGO, Renato Leão. O desenho urbano de Maringá e a idéia de cidade-jardim. **Acta Scientiarum**. Maringá, v.23, n.6, p.1569 – 1577, 2001.

REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, Karin Schwabe. O território e a paisagem: a formação da rede de cidades do norte do Paraná e a construção da forma urbana. **Paisagem e Ambiente**. São Paulo, v.25, p.37-54, 2008.

REGO, Renato Leão. **As cidades plantadas: os britânicos e a construção da paisagem do norte do Paraná**. Londrina: Humanidades, 2009.

REGO, Renato Leão. Ideias viajantes: o centro cívico e a cidade como obra de arte – do *city beautiful* ao coração de Maringá. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, XI, 2010. **Anais...** Vitória: UFES, 2010.

REGO, Renato Leão. Importing planning ideas, mirroring progress: the hinterland and the metropolis in mid-twentieth-century Brazil. **Planning Perspectives**, p.625-634, 2012.

REIS, Osvaldo. **Maringá e seus prefeitos. 1952-1996**. Um perfil das principais realizações de cada gestão. Maringá: Clichetec, 1996.

ROBLES, Pe. Orivaldo. **A igreja que brotou da mata**. Os cinquenta anos da Diocese de Maringá. Maringá: Dentalpress, 2007.

ROSANELI, Alessandro Filla. **Cidades novas da fronteira do café: história e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no norte do Paraná**. 2009. 268f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, São Paulo, 2009.

SCHWARZ, Roberto. “As Ideias fora do lugar”. **Estudos Cebrap**, n. 3, 1973. (Reimpresso In: **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios dos romances brasileiros**. São Paulo: Duas Cidades, Ed.34, 2000. p.11).

SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: **Que horas são?** São Paulo: Companhia de Letras, 1987.

SEGAWA, Hugo. Dilemas da modernidade e da tradição na arquitetura brasileira. **Revista Projeto**, São Paulo, v. 131, p. 48-50, 1990.

SILVA, Jonas Jorge. A Catedral de Maringá: a imagem de um modelo de cidade. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n.121, p. 51-19, jun. 2011.

SUZUKI, Juliana. **Idealizações de Modernidade: Arquitetura dos Edifícios Verticais em Londrina 1949-1968**. Londrina: Kan, 2011.

STEINKE, Rosana. **Ruas curvas versus ruas retas: a trajetória do urbanista Jorge de Macedo Vieira**. Maringá: EDUEM, 2007.

SZMRECSANYI, Maria Irene. O modelo das cidades-jardins no norte do novo Paraná. **PÓS-Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**. São Paulo: FAU, v.1, n.8, 2000.

TOMAZI, Nelson. **Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Assis, 1989.

TOMAZI, Nelson D. **Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual do Paraná. Curitiba, 1997.

TOMAZI, Nelson. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, J.H.R. **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A nova economia paranaense: 1970-2000**. Maringá: EDUEM, 2006.

VERRI JUNIOR, Aníbal. **A obra de José Augusto Bellucci em Maringá**. 2001. 148f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, São Paulo, 2001.

VERRI JUNIOR, Aníbal. **Aníbal Verri Júnior: depoimento** [out. 2013]. Entrevistadora: A. C. P. de Brito. Maringá, 2013.

Demais fontes de Pesquisa

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Biblioteca Central do IBGE**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acessado em: 12 dez. 2013.

LONDRINA HISTORICA. **Acervo Online**. Disponível em: <<http://londrinahistorica.blogspot.com.br>>. Acessado em: 5 dez. 2013.

MARINGÁ (Prefeitura). Secretaria Municipal de Cultura. **Acervo da Gerência do Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de Maringá**.

SÃO PAULO (Prefeitura). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **Acervo de Jorge de Macedo Vieira**.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Acervo do Museu da Bacia do Paraná**.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Acervo da Biblioteca Central**.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Acervo do Setor de Projetos de Arquitetura da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**.